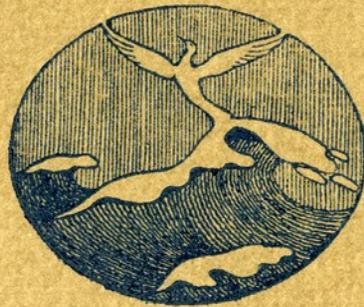


ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



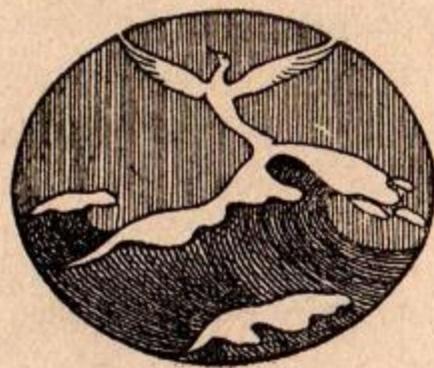
ANO I

Nº 11

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO.
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



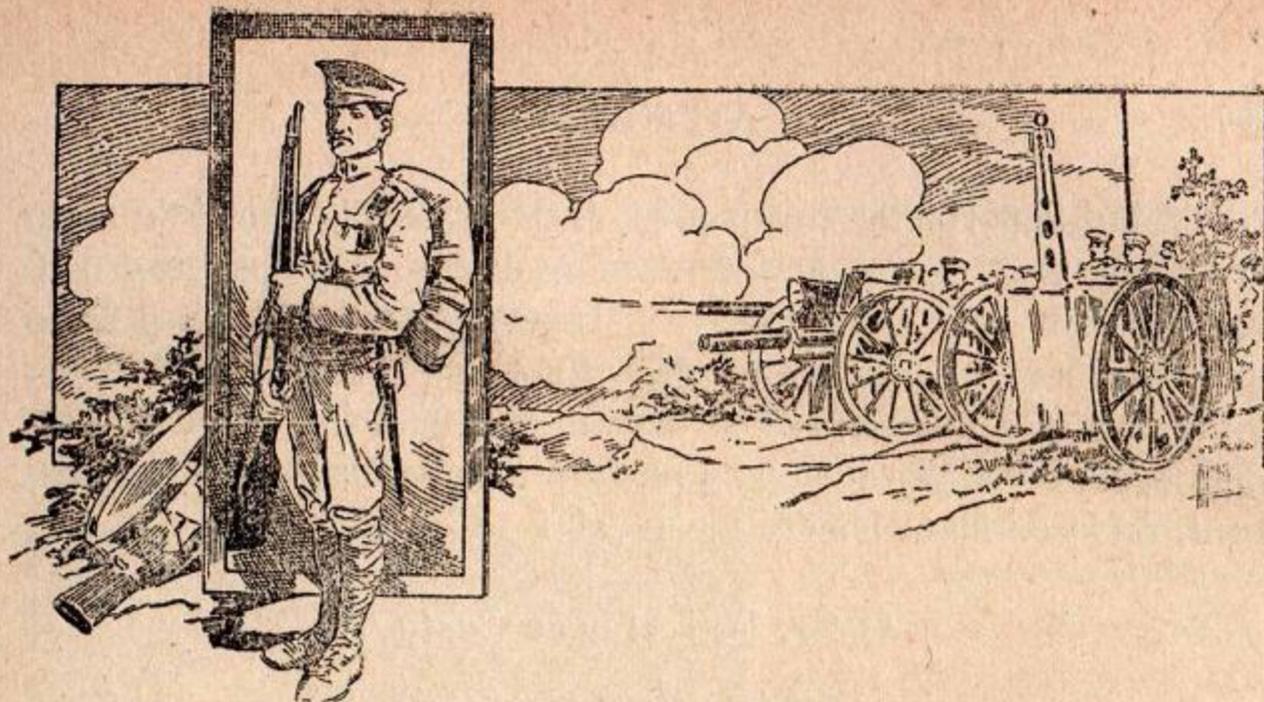
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



O RENASCIMENTO PORTUGUÊS

III

A Situação Internacional

OS SRS. MINISTROS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS FALAM À «ATLANTIDA»

Poucos dias depois da sua chegada de Londres e Paris, os Srs. Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros prometeram dizer à *Atlantida* as suas impressões de viagem, detalhadamente. A promessa foi recebida com alvoroço e desvanecida alegria. A honra que nos davam era, com efeito, excepcional: — a nenhum outro órgão da imprensa, portuguesa ou estrangeira, S. Ex.^{as} concederam ou tencionavam conceder informações amplas sobre essa viagem histórica, de cujas fecundas e vastas conseqüências para o futuro da Nacionalidade a ninguém de boa fé é permitido duvidar. Mais do que nenhuma outra, esta consagração honrosíssima ao patriotismo e à sinceridade da obra que a *Atlantida*, modestamente, vem realizando, enchia-nos de um legítimo orgulho. Por nosso intermédio, os dois homens eminentes, que definiram e consolidaram de vez a situação internacional portuguesa, iam comunicar ao grande público as suas impressões de políticos e de estadistas sobre a atitude da França e da Inglaterra para com Portugal, e as suas razões de crer, inabalavelmente, no prestígio da Pátria e da República ante as nações aliadas. As palavras que dissessem tinham de ser recolhidas com devota exactidão. Para mais, a escolha da *Atlantida* como intermediária-

ria de tão importantes revelações, fazia-nos sentir que este facto era mais uma prova de interesse e de ternura dos governantes do meu país pelo povo fraterno de além-mar. Era preciso não trair nem a confiança na *Atlantida*, nem o significado e valor de nenhuma palavra que nos fôsse dita. E não foi, por isso, sem uma certa comoção que eu há poucos dias me dirigi ao Monte Estoril, onde carinhosamente me recebe

O Sr. Dr. Afonso Costa

MINISTRO DAS FINANÇAS

Como sempre, ao ter a boa fortuna de falar com Afonso Costa, acode-me à lembrança uma frase que em tempos li sobre a eloquência de Jaurés: — «*Jaurés não fala como os outros oradores; constroe à vista de todos a sua eloquência*». Da eloquência do grande político português pode dizer-se o mesmo. E também da sua obra. E também da sua vida.

Há pessoas, com efeito, cuja vitória no *struggle for life*, cujo domínio social, cuja realização de um desejo ou de quaisquer ambições, são ou parecem ser devidas às circunstâncias que as rodeiam, mais do que à própria energia. Não edificam a sua casa ou o seu palácio interior: — a sua alma habita no palácio ou na casa que outros construíram. A grandeza ou a sumptuosidade da sua existência moral é o reflexo do meio, é a imagem do momento transitório: — reflexo passageiro, imagem sem consistência. Assim acontece com certos políticos, que um acaso fortuito coloca à frente de um movimento de ideias ou de multidões; com certos literatos, que a moda consagra e que a posteridade esquece; com certos artistas, que o *snobismo* adopta e que o *snobismo* logo a seguir invalida e destroe...

Com Afonso Costa dá-se o contrário, e os seus piores inimigos hão-de reconhecê-lo. Cômscio de que em sua alma vibra e palpita a alma sadia e forte de Portugal, possuindo um sentimento, e mais de que um sentimento, um *instinto* cívico que nunca o deixa errar sobre as vantagens ou as desvantagens patrióticas das suas concepções políticas, enérgico até à audácia temerária, honesto até ao sacrifício do seu natural amor-próprio, e lúcido e previdente em face das situações mais difíceis e mais obscuras, Afonso Costa soube e pôde dominar a sociedade portuguesa, através de mil oposições, de mil ataques, de mil comba-

tes, e, mesmo, de mil sinceros, mas incompreensivos panegíricos que certos dos seus apaixonados defensores teem feito do seu esforço admirável . . . A tudo resistiu, e tudo venceu, deixando, perduravelmente, o seu nome ligado às maiores realizações e vitórias do regimen, desde as leis de remodelação social, como são todos os decretos do Ministério da Justiça do Govêrno Pro-



visório, até essa obra genial de regeneração financeira, efectivada em 1913, obra tão grande e tão complexa que chegou a parecer impossível e irrealizável — mesmo depois de feita! E cada uma das suas palavras, cada um dos seus actos, cada um dos seus esforços, encadeiam-se, ligam-se, cimentam-se, erguem-se numa architectura prodigiosa — como blocos de um largo edificio, blocos que parecem nascer nas próprias mãos que os juntam, e que, da terra onde sólidamente estão assen-

tes às flechas de idealismo em que os vemos pairar, formam um edificio tão seguro e tão vasto que toda a aspiração da Pátria nêle cabe e pode expandir-se!

Esta impressão de dominador, de criador, de *construtor*, dá-a de resto Afonso Costa na convivência quotidiana.

Não pela sua attitude, nem pelas suas maneiras, que são simples e familiares: mas pelo seu próprio aspecto físico, pela decisão dos seus gestos, pela mocidade perene do seu entusiasmo, pela certeza de triunfo que emana de toda a sua pessoa e que dá confiança e coragem na vida aos mais receosos . . . Conversando, a sua conversa é luz e movimento: — abre horizontes de claridade, impele o espirito para mil problemas e questões. E assim que eu o ouvi para a *Atlantida*, sob uma quasi impressão de terror — o terror de não poder seguir-lhe o pensamento

com a necessária presteza e de não poder traduzi-lo com a necessária fidelidade. Hesito antes de fazer a primeira pergunta, que está, de resto, naturalmente indicada. Afonso Costa sorri do meu embaraço. Vê-se, adivinha-se que não tem senão coisas optimistas a dizer-me, que não traz de Inglaterra e de França senão lembranças agradáveis e lisonjeiras. Então mais tranquilo, interrogo-o sobre se a sua missão, e do Dr. Augusto Soares, foi difícil, aborrecida ou de qualquer modo irritante.

— Absolutamente não, responde o grande republicano. Tive a felicidade de verificar, nos homens mais representativos da Inglaterra e da França, a melhor opinião da política portuguesa. A recepção que nos fizeram foi calorosíssima nos dois países. Homens como Briand, como Albert Thomas, como Lord Grey, como o Sr. Asquith, como Loyd George falaram me de Portugal com enternecedora justiça. E no Rei de Inglaterra e no Sr. Poincaré encontrei o mesmo acolhimento de singular simpatia.

— Apesar das nossas afinidades, cada vez maiores, para com a França — mãe espiritual da nossa civilização — penso que seria sobretudo interessante que V. Ex.^a se referisse à Inglaterra, observei . . .

— Decerto. É a nossa velha aliada, a nossa aliada de há tantos séculos, e ligada a ela tem sempre corrido a nossa vida internacional. Isso criou entre os dois países uma estima profunda, uma estima que muito facilitou a missão que desempenhávamos. Lord Grey, que é um homem de alta moralidade, um raro e elevado carácter, sendo, ao mesmo tempo, um notabilíssimo estadista, tem por Portugal e pela República uma amizade que nasce, precisamente, da sua rara probidade de espírito e de coração. Lord Grey conhece bem a obra financeira da República — e aprecia o esforço de rejuvenescimento patriótico que ela procurou realizar. Desde a primeira vez que conversámos, senti-me em presença de uma grande figura de eleição, e de um grande amigo de Portugal, que inteiramente confiava no nosso trabalho de republicanos. Essa atitude simplificou muito a nossa tarefa. A cada instante êle nos dizia o quanto e como a Inglaterra apreciava a lialdade de que lhe demos inequívocas provas desde o começo da guerra. E, veja: — uma das mais flagrantes provas do carinho de Lord Grey para com Portugal foi o cuidado com que, ao redigir o convite para a nossa cooperação militar, êle procurou as palavras em que melhor se exprimissem o respeito pela nossa indivi-

dualidade livre e também a sua enorme estima pela nossa Pátria. E sabe que advérbio escolheu e preferiu, para dar toda a significação ao convite? O advérbio *cordealmente*, como consta da nota lida ao Parlamento na sessão de 7 de Agosto.

— É o advérbio querido do Presidente da República, insinuo...

— Na verdade. Simplesmente, não foi sugerido por nós, como aliás o poderíamos ter feito, dada a nossa admiração pelo feitio moral do Snr. Presidente. Sir Maurício de Bunsen explicou-nos bem qual o valor que a Inglaterra queria que tivesse essa palavra amável. E, de resto, nós sentíamos perfeitamente que Lord Grey procurava voluntariamente dar-nos uma impressão de intimidade e de carinho. E foi o que mais nos comoveu: — a Inglaterra, a prática Inglaterra, preocupada tão visivelmente com o ponto de vista afectivo e moral...

— Vejo que V. Ex.^a vem também enternecido com o ministro inglês...

— Nem podia deixar de ser. Enternecido e reconhecido. E a análise do convite que nos foi feito, basta para explicar êste reconhecimento. Senão — repare: — a Inglaterra avalia o nosso esforço na África, esforço que tem sido, na realidade, muito grande, e tanto assim que nos convida a uma maior *cooperação* militar. Por outro lado, rodeou o seu convite de consideração moral, de respeito pela nossa autonomia de país independente que sabe como deve governar e administrar-se, dizendo que pede a nossa cooperação «*em tanto quanto Portugal se julgue capaz de a prestar*». Não se pode exigir mais da lialdade e da correcção britânicas...

— Mas, insisti, crê V. Ex.^a que a Inglaterra dê muita importância ao envio das nossas tropas para a frente da batalha?

— Absolutamente. A importância de mais um país, cooperando directamente na grande luta, e na Europa, é óbvia. Importância moral, e importância material. A Inglaterra não o desconhece. E não desconhece também que não nos podia convidar senão dando ao exército português o valor que êle tem, o respeito que merecem as suas tradições...

— Diz-se que vamos combater enquadrados pelo exército britânico...

— De modo algum, afirma com energia o Dr. Afonso Costa. O exército português terá o seu sector próprio a defender, com o seu comando próprio, com a sua completa autonomia. Com-

preende v. o quanto nos deve honrar e lisonjear esta situação, não é verdade? O exército português, dentro dos limites do seu sector, terá independência perfeita. Estará apenas subordinado às combinações que com o seu Estado-Maior fizerem os Estados-Maiores dos aliados. Não imagina quanto me penhorou, como português e como republicano, essa consagração, de antemão feita, ao exército do meu país e ao seu conhecido passado de estremada bravura. De resto, deixe-me dizer-lhe ainda que Lord Grey comunicou à França os termos e as condições do convite inglês e que a França, sempre nobre e justa, os aplaudiu e com êles concordou.

— É uma grande vitória sua e do Minístro dos Estrangeiros, avengei.

— Não. É uma vitória do nosso prestígio militar. Senti, alvoroçadamente, que a França e a Inglaterra selaram, por assim dizer, com êsse facto e com o envio da missão militar franco-inglesa, a sua enorme confiança no valor da nossa cooperação. Lord Grey fez muitas vezes alusões entusiásticas ao passado guerreiro do nosso Portugal. E disse compreender bem que a necessidade, que tivemos, de reorganizar o nosso exército, derivava unicamente do longo período de paz em que adormecemos. Êle admira o soldado português, e sabe que êle foi sempre um herói e um triunfador...

Um breve silêncio pairou na sala, depois destas palavras, que devem ser gratas a todos os portugueses, e que me encheram de orgulho, ao ouvi-las proferir com aquele calor e aquela ardente convicção que o Minístro das Finanças põe em todas as suas afirmações patrióticas. Mas a minha curiosidade não estava satisfeita. Perguntei ainda:

— E foi êste o único assunto das conversas com Lord Edward Grey?

— Não. Conversámos muitas vezes e sobre muitos assuntos — a questão dos submarinos de guerra e mercantes, por exemplo, a entrada de outros países na luta, a situação de cada um dêles em relação à guerra, etc. De resto, foram-nos fornecidos todos os esclarecimentos de que precisávamos ou que pedíamos. E, de passagem, deixe-me dizer-lhe que a burocracia inglesa é admirável. Tive de acompanhar de perto muitos problemas que interessavam à nossa cooperação, militar e económica. Pois em toda a parte encontrei um método, uma clareza, uma precisão extraordinários. Com



A' illustre redacção da
"Atlantida".
Affonso Costa

31. Julho. 1916.

DR. AFFONSO COSTA
Ministro das Finanças

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio
EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 11

15 de Setembro de 1916

SUMÁRIO

<i>A Situação Internacional</i> , entrevistas com os Srs. Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros	João de Barros
<i>Alcobaça</i>	M. Teixeira Gomes
<i>Graça íntima</i>	Jaime Cortesão
<i>Ao mar</i>	Joaquim Costa
<i>Os engenhos de Pernambuco</i>	Sousa Bandeira
<i>O Sepulcro de Bartolomeu Dias</i>	Chagas Franco
<i>Victoria-régia</i>	Guilherme Valencia
<i>Vitória-régia</i>	Foutoura Xavier
<i>A Educação no Brasil</i>	A. Carneiro Leão
<i>A Justiça</i>	A. M. Rita Martins
<i>Latino Coelho</i>	José Antonio de Freitas
<i>Espectros</i>	Antonio Sergio

REVISTA DO MÊS

<i>O Embaixador do Brasil</i>	
<i>Afirmações da Consciência Nacional</i>	Jaime Cortesão
<i>Cartas do Brasil</i>	João d'Alem
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>O mês literário</i>	Joaquim Manso
<i>Economia & Finanças</i>	X.

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reproduções de Columbano e Antonio Carneiro.
Desenhos de Raul Lino e Santos Silva.
Fotografias de C. Vandyk L.^{td} e Swaine, de Londres.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	2\$80
Seis meses	1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
-------------------------------	---------

Número avulso em Portugal \$25

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

Sir Maurício de Bunsen tratei o caso dos navios ex-alemães. E foi um prazer discutir e conversar com um homem de tão límpida e robusta lucidez. Lucidez que em todos os ministérios — finanças, munições (criado com o exército já em campanha), guerra... — pude verificar, quer por parte dos ministros, senhores em absoluto do *ensemble* dos serviços que dirigiam, quer da parte dos outros funcionários técnicos, todos competentíssimos...

— E foi realmente bem sucedida a sua entrevista com o Sr. Mauricio de Bunsen?

— Muito bem. Neste caso dos navios alemães, não só garantimos e fizemos triunfar o ponto de vista internacional — que era também um ponto de vista moral — mas ainda realizámos, como já o disse na câmara, uma óptima operação financeira.

— E a questão financeira propriamente dita?

— Já no Parlamento expliquei também como ela ficara resolvida: — muito melhor do que para qualquer outro país aliado. Ocupei-me dela com o sr. Mac Kenna, ministro das Finanças; e os resultados avalio-os eu em duas palavras: — ultrapassaram as minhas mais elevadas aspirações...

— Então nenhuma dificuldade, nenhum empecilho?

— Nenhum. Mostraram-me mesmo as circulares confidenciais e pude observar a fundo todos os mais delicados e recentes organismos, como êsse da comissão de *ravitaillement*, installada no Indian House...

— Vejo que V. Ex.^a teve o dom de comover a frieza britânica!...

— Oh! a frieza britânica. É uma lenda — pelo menos para nós. O acolhimento que tivemos foi impressionante, realmente impressionante. Durante seis semanas fomos hóspedes do govêrno inglês — e hóspedes animados. Tivemos convites para todas as cerimónias oficiais, automóveis à porta, polícia que, sem que nós a preveníssemos, por toda a parte nos acompanhava. O Sr. Asquith, primeiro ministro, quis receber-nos. E o próprio Rei, Sua Magestade Jorge V, fez-nos um espontâneo convite para que o visitássemos...

— E falaram da República, e da sua vitalidade, por certo...

— Nem podia deixar de ser. Com o Sr. Asquith, que nos recebeu no seu gabinete do Parlamento, conversámos sôbre a nossa situação interna e externa, dando-lhe a explicação das pequenas e cada vez menos importantes dificuldades que tem tido a Repú-

blica no ponto de vista da sua estabilidade, mostrando que assim acontecia, não só por causa da nossa atitude perante a guerra, como também pela ineficácia das tentativas monárquicas, mais ridículas do que perigosas, de 1911 a 1914. E creio poder afirmar que êle apreciava bem, se é que não saboreava, a verdade das minhas palavras . . .

— E com o Rei?

— Com o Rei tratámos de interessantes assuntos. E desde já lhe declaro, com satisfação profunda, que se mostrou extremamente amigo da República Portuguesa, sentindo-se lisonjeado com a nossa atitude de velhos aliados. Em palavras de penhorante simpatia, disse-me como e quanto estava reconhecido para comigo e para com os outros ministros da República por tudo o que tinha sido feito de amável e de delicado a propósito de vários pedidos sôbre mobiliário, quadros, cortiça, etc., que o ex-rei D. Manuel, seu parente, nos fizera com a sua recomendação. Acentuei-lhe então que se Portugal assim procedera com excessiva generosidade, êsse era o seu nobre carácter. De resto, porque não havia de ser assim? acrescentei. Nós, republicanos, fortes. Os monárquicos — fracos, sem importância, sem base moral, sem tática, e pouquíssimos. As recentes eleições gerais — feitas libérrimamente — não tinham trazido ao Parlamento, fiz eu notar a Sua Magestade, nem um só deputado ou senador monárquico!

— Mas afirma-se por aí que a Inglaterra se interessa muito pelos monárquicos portugueses?

— Não dei por isso. Se alguém o pensa — engana-se. No Rei, havia curiosidade, apenas. Julgo, porém, ter-lhe explicado claramente que a monarquia em Portugal é um facto histórico. Disse, textualmente, que se pode falar dela como da República Romana; e que dela não ficara aqui a menor influência. Tanto é assim, que tendo o ex-rei enviado um telegrama a respeito da atitude dos monárquicos em face da guerra, dêle não fizeram caso os seus raros, confusos e restritos partidários residentes em Portugal . . . Não analisei as condições do telegrama, já se vê. Constatei que não fôra obedecido. O que prova a inteira falta de coesão dos monárquicos . . .

— Foi uma conversa longa?

— Sim, bastante longa. Mas, é claro, não entrei em minúcias: expliquei a minha maneira de ver, bem defensável, aliás. Dos propagandistas monárquicos actuais — alguns foram republi-

canos. Outros, como certos jornalistas, fizeram no tempo da monarquia campanhas tão violentas contra o regimen que nem os republicanos as aproveitaram. Outros, ainda, são criaturas que nem em política, nem em literatura, nem em arte, nem em sciência, fizeram ou conseguiram qualquer coisa durante a monarquia. Puros fantasmas, não é verdade? Só a velha e inofensiva mania das reviviscências inúteis permite falar dêles. Manuelistas? Sebastianistas! . . . É gente para mais uma geração? Talvez. Portugal — arqueólogo político — também conserva alguns miguelistas, para observação . . . Mas nem vale a pena insistir: — o que é necessário é que v. saiba que, durante toda a nossa entrevista, o Rei falou de Portugal e da República com a melhor das amizades.

— E que disse Sua Magestade da nossa intervenção na guerra?

— Concordou comigo quando lhe afirmei que Portugal, tendo encontrado na instituição da República a sua orientação definitiva, pela República se encontrava ao lado dos aliados, numa guerra em que se jogam os destinos do mundo e em que não participar seria pior do que morrer. E o grande rei que é Jorge V sente-o e vê-o nitidamente . . .

Estava terminada a nossa entrevista. Mas eu queria ainda ouvir de Afonso Costa algumas palavras, — algumas palavras sobre um homem com quem o estadista português possui tantas e tão profundas afinidades. Refiro-me a Loyd George.

— Loyd George, responde-me, é, como sabe, um homem notabilíssimo. Foi certamente a pessoa mais detestada em Inglaterra pelas classes conservadoras. E agora — não tendo perdido nenhum dos amigos que possuía — sente a seu lado todos os antigos inimigos de valor. A opinião pública idolatra-o e por ela foi imposto para suceder a Lord Kitchener. É o homem da situação . . . E, quer saber? Ficou lisonjeado ao saber que na cadeira de finanças das nossas Universidades, ensinamos as suas teorias com o nome de *Loydgeorgismo*. Esta notícia deu-lhe um instante de viva e comovida alegria . . .

Levantei-me. A entrevista terminara e com uma originalíssima nota patriótica. E eu, que sei quanto o tempo é precioso ao Ministro das Finanças, despedi-me com efusivo reconhecimento. Mas com aquela bonomia amorável que é a sua doçura de homem forte e que todos os seus amigos conhecem bem, o eminente político não quer que eu parta sem me mostrar os seus no-

vos retratos, tirados em Londres, e dos quais a *Atlantida* tem a honra de publicar hoje dois dos mais interessantes. Leva-me à pequena sala onde está reunida a sua família, sob a serena autoridade dessa dedicada e nobre mulher que é a Senhora D. Alzira Costa. Os retratos, espalhados sobre uma larga mesa, provocam várias discussões. Há opiniões desencontradas. Há risos. Há animação ruidosa. E só por vezes se vela de terna melancolia um profundo olhar maternal, envolvendo em carícia a moça fisionomia expressiva do soldado Sebastião Costa — que para honra da Pátria e do mesmo ideal que tão prestigiosamente defende e realiza o seu Pai, vai em breve combater ao lado dos exércitos franco-ingleses, herói futuro e certamente vitorioso da mais bela das causas! . . .

* * *

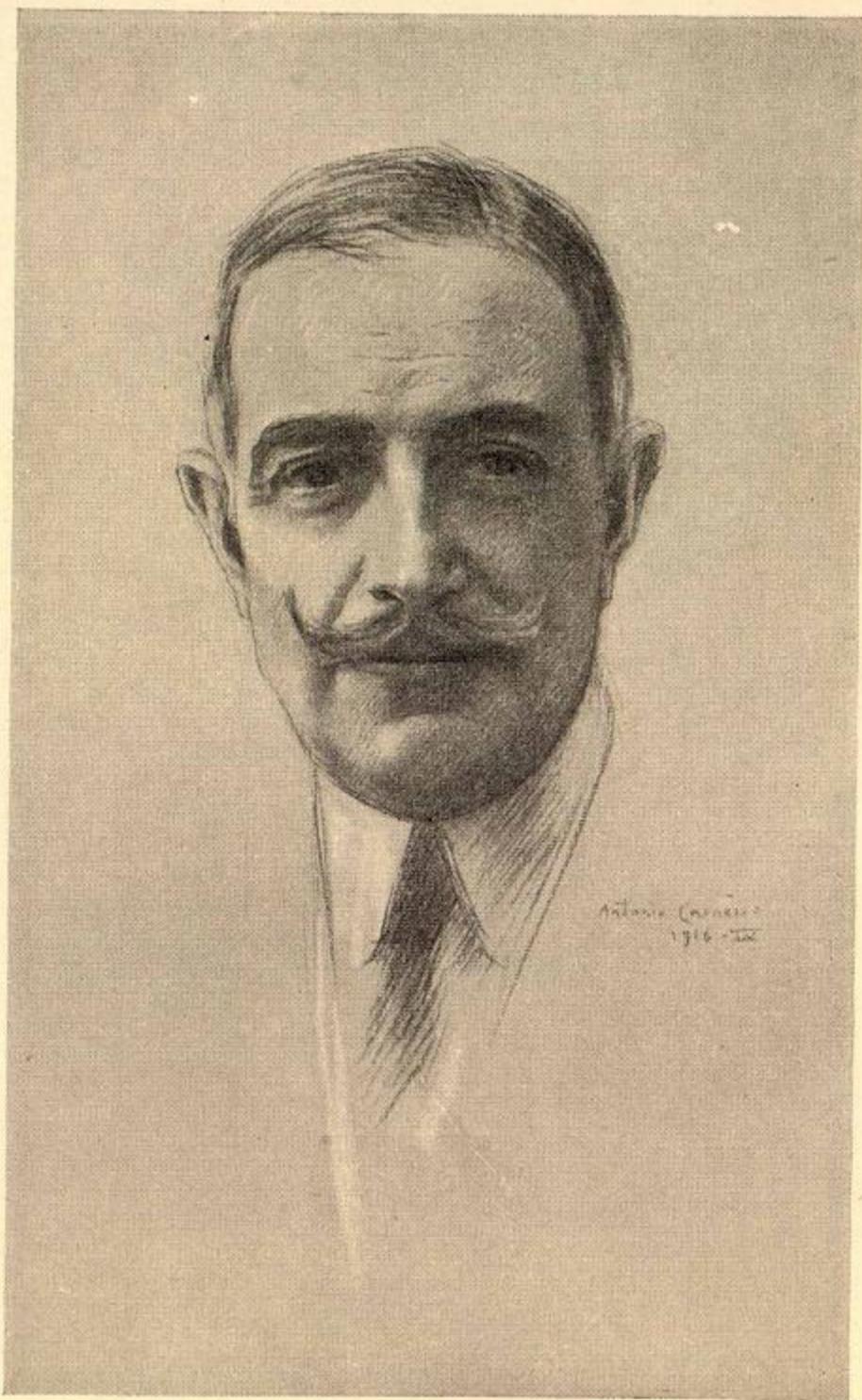
No dia seguinte àquele em que me fôra dado o grande prazer de ouvir o Dr. Afonso Costa, dirigi-me ao Palácio das Necessidades, para que aos leitores da *Atlantida* falasse também a voz autorizada do

Sr. Dr. Augusto Soares

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Pelo caminho, reli com certa curiosidade a entrevista que em Março concedera à *Atlantida* o eminente homem de Estado, e o esboço rápido que eu então procurara traçar do seu carácter e da sua inteligência. Leitura supremamente desagradável para a minha vaidade de escritor! O retrato, que eu tinha delineado do Ministro dos Estrangeiros, era pobre demais, com efeito. Nem uma só das minhas palavras pudera fixar o encanto e a fascinação raríssimos dessa individualidade superior, que em serenidade e elegância sabe ocultar o ritmo forte e ardente da sua alma excepcional. Creio ter apenas conseguido balbuciar o meu entusiasmo e a minha admiração. Êsses mesmos, porém, de tão rude e mesquinha maneira, que me ficava um quasi arrependimento de não as saber exteriorizar melhor. O mesmo acontecerá hoje, de certo — pensava eu. E pensava-o, sinceramente o deciaro, com desgosto e com zanga . . .

O Ministro acolhe-me sorrindo. É o *charmeur* de sempre. Num silêncio, que não sei quebrar, imagino por instantes o quanto deve ter sido útil ao prestígio da Pátria e da República a pre-



DR. AUGUSTO SOARES
Ministro dos Negocios Estrangeiros
Desenho de Antonio Carneiro

sença dêste diplomata cativante e subtil em meios de vasta civilização e elevada cultura, como são os de Londres e de Paris. Nas duas prodigiosas metrópoles, entre os mais célebres representantes da política e da sociedade, o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros não pode senão ter sobressaído — porque êle-próprio é também um alto representante da civilização e da cultura latinas. Onde outros se apagariam — êle encontrou, sem dúvida alguma, — para o seu valor, para o seu espírito, para o seu tacto, para o seu conhecimento do mundo e da vida, — mil possibilidades de brilhar e de triunfar. De resto, julgo providencial o facto de se terem ligado, para o conseguimento de uma grande missão patriótica, as duas personalidades tão diversas mas tão identicamente nobres e tão conscientemente portuguesas, de Afonso Costa e de Augusto Soares. O primeiro é a energia que deslumbra, que avassala, que arrasta e convence; o segundo é a fôrça calma, que persuade e *que prende*. Sem estabelecer paralelos, que são sempre mentirosos ou superficiais, creio que não é exagêro escrever que êsses dois homens se completam. E que o Dr. Afonso Costa não encontraria em mais ninguêm a preciosa e devotada colaboração que de há muito lhe está dando o Ministro dos Estrangeiros.

Emquanto eu faço estas breves reflexões, o Ministro senta-se, em face de uma larga janela donde se vê o Tejo. E assim, em plena luz, noto na sua fisionomia como que um certo ar de abandono, um contentamento que não foge a revelar-se, uma falta de reserva que é pouco habitual à sua attitude. Evidentemente agrada-lhe o assunto de que vamos tratar! E como não há-de agradar-lhe, se o resultado da sua missão foi uma incontestável vitória? A mesma boa disposição, que já encontrara no Dr. Afonso Costa transparecia nos seus gestos, de tão sóbria elegância, no seu olhar, de tão clara limpidez. Por isso, é com visível desampontamento da minha parte que o ouço afirmar:

— Quer ouvir-me sôbre a missão do govêrno português a França e a Inglaterra? Com muito prazer. Simplesmente, meu Amigo, nada tenho a acrescentar ao que lhe disse Afonso Costa...

— Perdôe-me V. Ex.^a, reclamei eu logo e impetuosamente. Há muita coisa ainda para dizer. Os mesmos factos, vistos por pessoas diferentes, ganham novos aspectos. Ainda que V. Ex.^a não queira contar-me factos desconhecidos ou inéditos, bastam as suas impressões pessoais...

— As minhas impressões pessoais? Aspectos novos? Sim, gostarei de falar-lhe de um aspecto da nossa viagem, que é ainda ignorado mas de grande importância. É necessário, mesmo, que toda a gente o conheça e que toda a gente o aprecie. E sabe qual é? É aquele que diz respeito à figura moral e intelectual de Afonso Costa perante as nações da Europa.

— Consideram-no muito, não é verdade?

-- Extraordinariamente. Uma justa consagração rodeia o seu nome. Tanto na França, como na Inglaterra, mas sobretudo neste último país, o nome do verdadeiro estadista que é Afonso Costa tornou-se de tal modo conhecido, julgado e apreciado, que não há por certo português algum que não sentisse o orgulho que eu senti, ao ouvir as referências elogiosas a êle feitas pelos homens mais eminentes da política britânica.

Mas conhecem lá fora a obra de Afonso Costa? Dada a ignorância geral que sempre tem havido a nosso respeito, o facto é muito para estranhar . . .

— Conhecem essa obra admiravelmente, insiste com segurança o ministro. Conhecem as reformas sociais e a obra financeira. E maravilham-se de que um homem tão novo pudesse, em tão breve espaço de tempo, ter realizado um esforço tão vasto e trabalhos de tanta valia . . .

— E qual é a parte da obra de Afonso Costa mais apreciada em Londres? A parte social ou a financeira?

— Ambas. Mas o *equilíbrio orçamental*, por êle conseguido tão brilhantemente, é que produziu maior impressão nos meios políticos inglêses. Emquanto em Portugal se atacava tão levianamente êsse formidável trabalho, o govêrno inglêz, talvez por causa dêsses mesmos ataques, mandou fazer dêle um estudo aturado e meticoloso.

— E concluiu? . . .

— Concluiu que um estadista de tal quilate fazia honra a qualquer dos grandes países do mundo. V. compreende agora que, com um homem dêstes, todas as emprêsas são fáceis . . .

— Decerto. Mas V. Ex.^a não me quer persuadir de que foi a Londres e a Paris só de passeio. Permita-me, portanto, que lhe pergunte: — em que assuntos interveio mais directamente o Ministro dos Estrangeiros?

— A resolução de todos os nossos problemas políticos, a defesa dos nossos interesses na conferência dos Aliados e na chan-

celaria inglesa — tudo isso foi obra do nome inapagável e, por conseguinte, da influência do Dr. Afonso Costa na Inglaterra e na França . . .

— Sem querer desmerecer, nem duvidar dessa influência, que só por má vontade dos governos estrangeiros podia deixar de existir (e vejo que essa má vontade felizmente não existe . . .) deixe-me lembrar-lhe que também deve ter tido alguma importância, para as facilidades encontradas, a política de lialdade de Portugal para com a Inglaterra, política em que V. Ex.^a desempenha um papel tão notável e a que tem ligadas todas as suas responsabilidades de homem público . . .

— Inegavelmente, a nossa política de lialdade impressionou de maneira muito favorável não só a Inglaterra, como a própria França. Mas repito-o — e repito uma verdade: — sem a presença de Afonso Costa nunca poderíamos obter o triunfo que Portugal obteve com a nossa viagem . . .

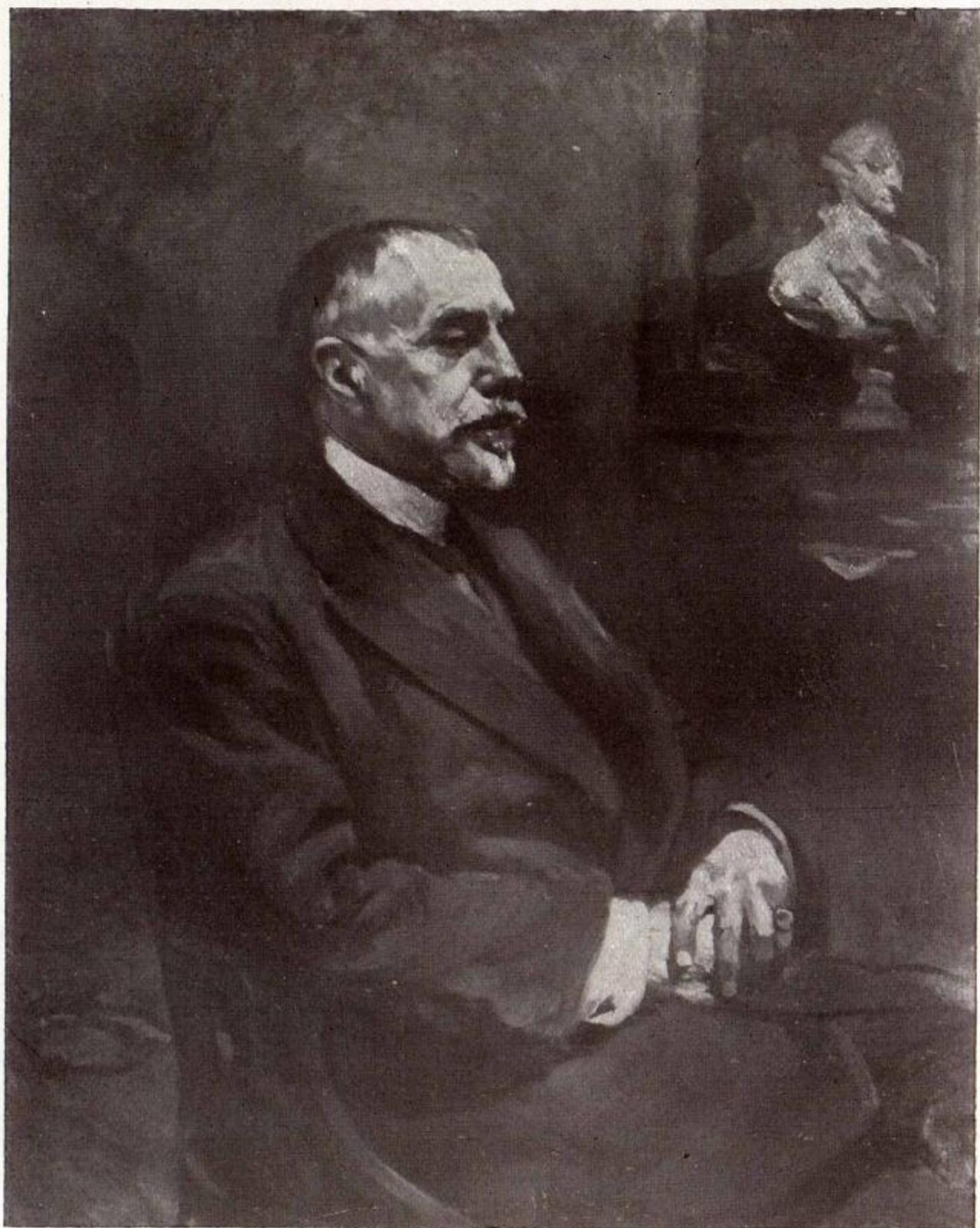
Comecei a reconhecer que era inútil e impossível insistir contra a insistência do ministro. A resposta seria sempre igual. De mais a mais, eu sentia que o Dr. Augusto Soares não falava assim para esquivar-se a falar sobre outros assuntos. Mas unicamente, porque estava convencido do que afirmava com tanto calor; e também porque tinha, ao afirmá-lo, uma alegria que era, acima de tudo, orgulho, sinceridade e fé de patriota e de republicano. Calei-me, sem tentar reatar a conversa. E foi o Ministro que de novo falou:

— Ah! meu Amigo! Não cuide que eu exagere. Sabe quanto ou sou parco de elogios e quanto detesto a retórica. Pois todos os elogios que eu porventura fizesse à obra de Afonso Costa, nada significariam ante a profunda estima e a admiração que essa obra desperta na Europa culta. É preciso dizê-lo bem claro, para que em volta dela cessem as campanhas de incompreensão e de malquerença, que pretendem diminuí-la. E para que Portugal saiba, de uma vez para sempre, que tem no grande estadista, o maior, o melhor e o mais ilustre defensor dos supremos interesses e aspirações da Nacionalidade! Gosto bem que a *Atlantida* recolha e espalhe estas minhas palavras de simples justiça . . .

Agradei, em nome da *Atlantida*, assegurando ao Ministro a honra que nós sentíamos em recolher e espalhar as suas palavras. Pena era que não recolhêssemos também um pouco do ca-

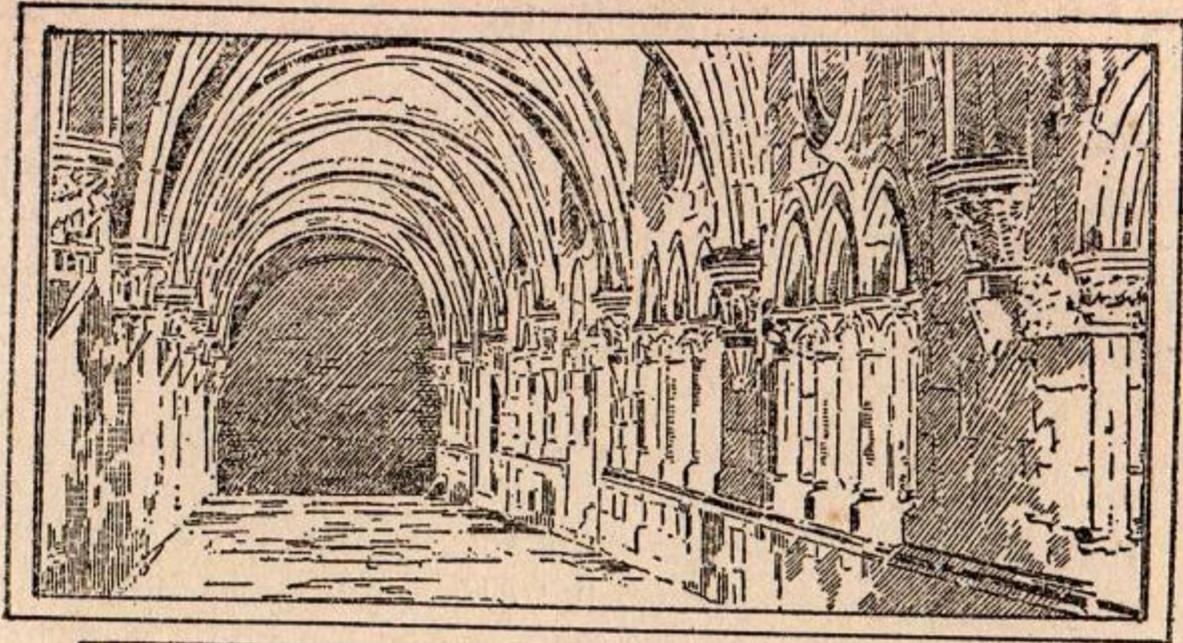
lor patriótico e da convicção que as fizera pronunciar! — O Ministro teve uma frase de extrema e imerecida amabilidade — e levantou-se. Adquiri só então a desconsoladora certeza de que não obteria d'ele o mais ligeiro e insignificante informe sôbre os seus trabalhos em Londres e em Paris. Despedi-me. E enquanto saía, seduzido por aquela nobre e excessiva isenção que era uma elegância a mais na elegantíssima pulidez do Dr. Augusto Soares, compreendia enfim o motivo essencial da sua boa disposição, denunciada desde o princípio da nossa conversa: — não ter dito uma única palavra sôbre a sua obra diplomática, embora certamente possua a consciência nítida de que ela tem sido grande e levantada e de que há-de ser sempre duradoira e fecunda!...

JOÃO DE BARROS



TEIXEIRA GOMES
Ministro de Portugal em Londres

(Por Columbano)



CLAUSTRO DE EL-REI D. DINIZ

Alcobaça

As notícias que os jornais me trazem a estas paragens de exílio — de resto muito suportável exílio, seja dito com vista aos invejosos — da festa que o poeta Lopes Vieira imaginou e realizou, em memória dos amores de Pedro o Cru e Inês de Castro, junto aos seus próprios monumentos funerários, avivam-me as recordações, já um tanto ou quanto esvaecidas, de algumas horas passadas, anos idos, no mosteiro de Alcobaça.

Tentaremos fixar essas recordações dando assim seguimento ao ensaio iniciado com o capítulo dedicado a «Évora».

Mas não o faremos sem primeiro louvar o poeta, que nos seus empreendimentos revela tão estremado gosto artístico e literário como é rara e prodigiosa a sua tenacidade em dar-lhes cumprimento.

E diremos também um pouco da nossa melancolia por nos encontrarmos tão alheios, sentimentalmente, aos altíssimos entusiasmos que descobrem . . .

Mesmo àqueles que nunca fizeram versos pesa dolorosamente o sentirem-se decaídos da idade da poesia para o da prosa. Há na mocidade um natural e inspirado murmúrio suavíssimo, que os anos emudecem, convertendo-o em seqüência de formas racionadas cuja secura se não disfarça com enfeite algum.

Mas é na idade da prosa, talvez, que melhor se aprecia e saboreia — seja-nos isso consolação — as aventuras poéticas da juventude, todas envôltas em ilusões iriadas, reverberando o fogo da esperança e a ansiedade amorosa, com as labaredas do desejo ainda fisicamente e fácilmente apaziguável . . .

*
* *
*

Para alcançar «Alcobaça» parava-se na estação do «Valado» e tomava-se, irremediavelmente, um carrojão enorme que, por ser domingo de mercado, no dia em que dêle me servi, ia cheio de labregos. Êsse vastíssimo carro, aberto dos lados, com oito ou dez bancadas paralelas, regorgitava de gente dura e possante, que, em mangas de camisa e jaqueta ao ombro — tresandando a terrum, com uns longes de cheiro a pêro — brandia os varapaus em atitudes guerreiras.

A vozearia que soltavam, a agitação hostil das aguilhadas, as núvens de poeira soalhada que nos envolviam, tudo concorria para dar à scena o carácter desordenado e pitoresco de uma sortida de bárbaros que encontrou monção favorável aos seus intuitos.

No imenso terreiro que precede o adro da igreja despejou o carrojão, tumultuariamente, os seus inquietos passageiros, no meio de uma turbamulta de campónios que os festejaram dignamente, com abraços de quebrar costelas e gritos de feras.

Escapuli-me como pude e dirigi-me à igreja que conservava ainda aberta a porta principal.

Atravessando a corredoiira detive-me um instante a contemplar o espectáculo sempre interessante dessa parte das feiras.

Um cigano retinto, barbado, de feições envilecidas, e envelhecidas, as compridíssimas pernas metidas em esfrangalhadas calças de corte andaluz, fazia trotar um burrico lazarento, mas de tão minguada estatura que os pés do cavaleiro, calçados de alpercatas brancas e meias côr de rosa, se encolhiam para não roçar na lama.

Logo adiante, outro da mesma tribu, mas novo ainda, fazia valer, num círculo de lavradores, as qualidades de um potro realmente elegante e fino. A mão do cigano, comprida, nervosa, estreita, de um moreno que o sol doirava, ia correndo pelo pescoço sedoso e suado do cavalo, afagava-lhe a anca, apalpava-lhe o peito, coleando-se tão cingida ao modelado do animal, que mais

parecia um artista na ânsia de aformosear as linhas da sua obra, boleando-lhe os músculos, ritmando-lhe as curvas . . .

*
* *

A igreja do mosteiro de Alcobaça é dos mais nobres e elegantes exemplares de architectura ogival que tenho visto — e tenho visto muitíssimos; se não todos, os melhores que existem.

Nobre, elegantíssimo e sóbrio.

De magestoso efeito, na singeleza quási severa das suas linhas, a grande nave central dilata-se e ascende, sem demasias de ornamentação, numa profunda curva puríssima onde parece caber, ainda melhor do que na vastidão da abóbada celeste, toda a expansão religiosa que celebrasse o panteísmo.

Compreende-se bem, ali, que a ogiva se não originasse na mera intersecção de duas linhas materiais, procurando inéditos motivos architectónicos, mas simbolizasse a prece da humanidade agradecida ao bem da vida.

Não são as mãos postas; é a crença religiosa na unidade universal da vida que encontrou a adequada forma de se exteriorizar, fechando sobre si o espaço infinito, sem lhe cercear a incomensurável aparência.

Não se distrai a atenção pelas naves laterais, adrede escuras e estreitas, servindo sómente ao desfôgo das arcadas e colunas onde descansa a abóbada central. Assim isolada e profunda a portentosa nave amplia-se espiritualmente, absorvendo-nos por completo a imaginação e desprendendo-nos, por momentos, ao menos, de toda a preocupação terrestre . . .

*
* *

Releio a passagem antecedente e convenho em que lhe possam tachar o lirismo de algum ressaibo retórico.

Fica tal como está, não encontrando maneira de atingir o «sublime», digno da obra que um architecto de génio autêntico concebeu, traçou e levantou.

Devia de ser maravilhosa a sua arte!

Para aumentar a impressão de leveza imaginou êle, aqui, uns estreitíssimos colunelos que, em relêvo, nos feixes principais das colunas, e nascendo-lhes, sem base, ao terço da sua altura, as

acompanham até à abóbada, soltando-se delas para irem morrer na ogiva do céu, o qual parece serem sós a suster.

E como ficou inverosímilmente suspensa, no seu espantoso vazamento aéreo, a obra de pedra que a luz invade, jogando com a magia fugitiva das sombras, das penumbras, do claro-escuro, por entre as linhas serenas e firmes das arcarias!

E porque não haja aqui, a exemplo do que sucede na quasi totalidade das catedrais góticas, côro ou capela no cruzeiro, que impeça a vista, ou corte a perspectiva da nave no seu conjunto, a sua vastidão reveste-se de incomparável imponência.

E na côr o tempo tonalizou mais subtilmente a grande harmonia primitiva . . .

De memória lhe reduzo infinitamente as proporções e toda a construção, que eu vejo agora ao meu lado, sôbre a mesa onde trabalho, fica ainda imensa, graciosa e perfeita, no seu burilado de relicário.

E agora compreendo melhor o sentido dessas imagens de santas medievais, de fluida gracilidade, que sustentam nas pontas dos longos dedos afusados, e parece que as estão mostrando com gestos miudinhos, reduções completas de colossais basílicas, ou de cidades acasteladas e torrejantes.

*
* *
*

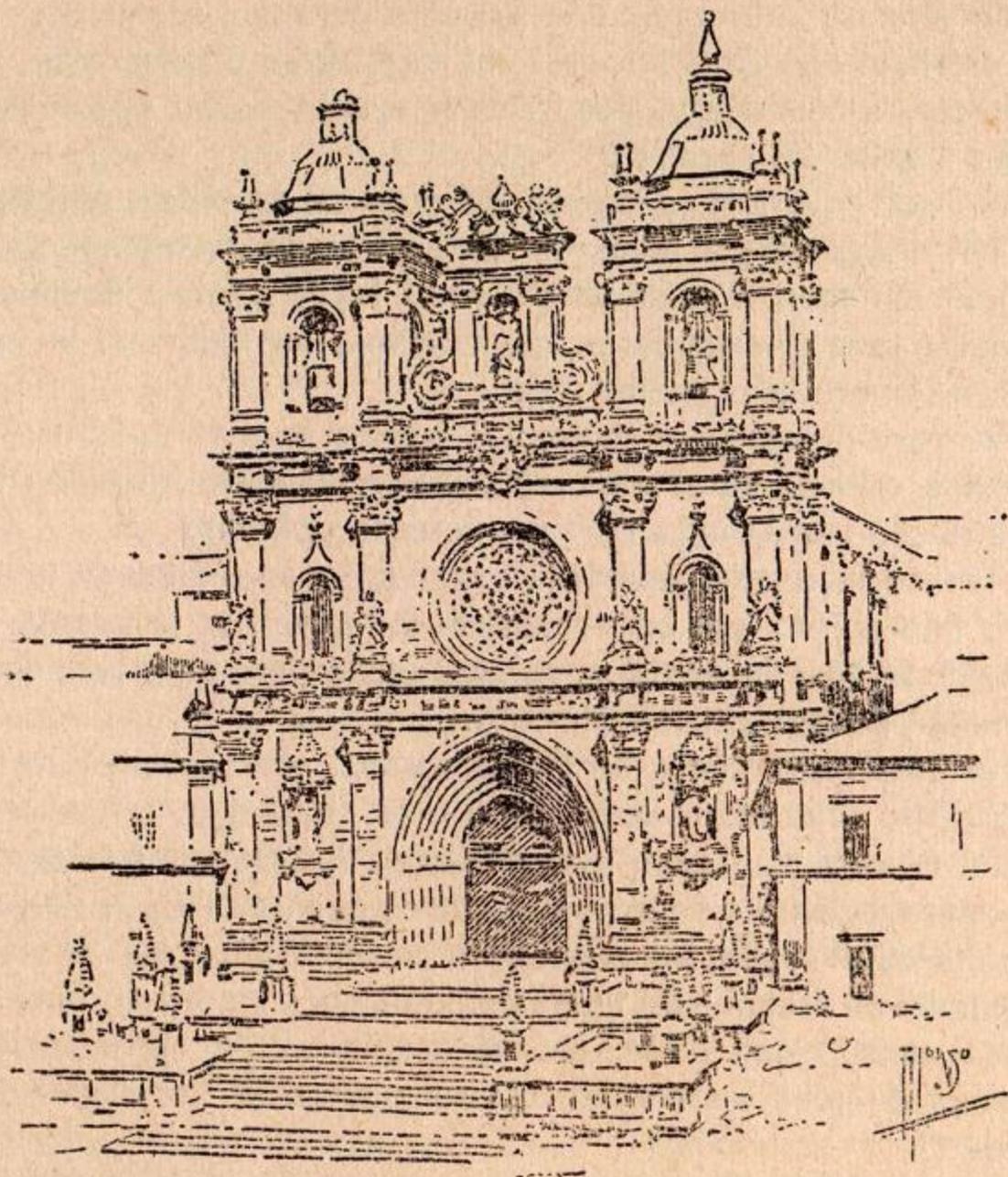
Seria confiar estultamente na minha memória — embora ela tenha em certos casos o poder fotográfico — se fôsse agora dar pormenores dos túmulos de Pedro e Inês, que uma capela lateral ao cruzeiro encerra. Mesmo a relação muito perfuntória do que êles contam — comquanto eu levasse talvez mais de uma hora no seu enlevado exame — teria o perigo de não corresponder à verdade objectiva.

Guardo a impressão de uma obra genuinamente gótica, com o lavrado tôsko, mas imaginoso, representando scenas de inspiração dantesca, onde há figuras de tal forma ingénuas que frisam pelo bizantino. Outras scenas ali há também que evidentemente me parecem lúbricas . . .

O conjunto é de uma acabada elegância, de um perfeito equilíbrio.

Mas os anjos que, no coroamento, cercam as estátuas jacentes dos dois amantes, não são anjos, são verdadeiros demónios, atirando-se àqueles corpos de pedra para os espedaçar e agarrando-se-lhes com tal expressão de frenesi que só do inferno . . .

Outros túmulos há ainda na mesma capela, simples caixões de pedra, nus de ornamentação; apenas um ou dois cobertos de arabescos; um, sobretudo, não sei de que menino Infante, envolto em desenhos de Alhambra.



Deviam tirá-los de ali, desafogando o recinto que pertence exclusivamente, em nome da arte, da poesia e da lenda, à glória dos dois amantes desgraçados.

* * *

A igreja não tem alfaias: tudo levaram os franceses, segundo a tradição portuguesa das sacristias, satisfeitas com tal explicação, na ignorância benévola do que ainda hoje os antiquários nacionais arrecadam, ou mercadejam com estrangeiros, sem que

se averigüe a forma como profanamente entraram na posse de tanta preciosidade de origem eclesiástica.

Mas a verdade é que as nossas igrejas, em comparação dos outros países latinos, nunca tiveram extraordinária abundância de alfaias, sobretudo nos grandes períodos artísticos, e às que existiam nos seus tesouros, as mais raras e apetecidas, não foi preciso a intervenção dos franceses para lhes dar descaminho: bastou a gente de casa . . .

Não há pois alfaias dignas de nota na igreja de Alcobaça, mas há, dispersas por todos os cantos, grande quantidade de esculturas em barro cozido e colorido, bárbaramente iluminadas muitas, outras encantadoras, decorativas, ou realistas, ou ingénuas, e sempre com intensa vida.

Era para desejar que algum dos nossos mais conspícuos e autorizados críticos de arte as estudasse e acudisse a impedir-lhes a destruição completa, a qual me pareceu próxima.

Mas eu faço esta observação sem saber se realmente já appareceu benemérito que empreendesse tão generosa campanha; se o houve de aqui lhe envio as minhas saudações, à mistura com a expressão do meu reconhecimento.

No grupo da «morte de S. Bernardo», obra capital e de elevado estilo — já muito deteriorada — os anjos que, formando retábulo, cercam a Virgem, quatro tocando instrumentos de música, dois que ajoelham a seus pés, e outros dois, os corpos colgados na volta da abóbada, lhe seguram a corôa de oiro, são dignos — ou julguei-os assim — de figurar em qualquer museu de fama.

Há mais, como disse, dessas esculturas de barro cozido e algumas de real valor estético, especialmente nas capelas do abside.

Ao fundo da sacristia imensa — é sabido que em Alcobaça tudo foi talhado em insólitas proporções — no «Santuário», entre o sem número de bustos que encerravam no peito, na face ou no crânio, as venerandas relíquias do convento, deparei com a profana, mimosa cara de uma rapariga de fartos cabelos negros sôltos, apartados ao lado e enfeitados de laços côr de rosa, tão viva, tão sorridente e garrida, que pesaroso a deixei, prisioneira daquela legião de mártires barbaçudos, alguns dos quais, mesmo degolados, a pareciam mirar concupiscentemente . . .

Será necessário ajuntar que essa lindíssima menina também era de barro e leva um nome de santa que esqueci?

Talvez ela ainda lá esteja esperando o Perseu que a há-de transportar para o . . . Palácio das Janelas Verdes.

* * *

O mosteiro, que se visita com interêsse, pois a sua descomunal grandezã não exclui profusão de detalhes engenhosos e artísticos, servia então de caserna a um regimento de cavalaria.

O contraste que resultava da correspondente animação guerreira, em recinto destinado pela piedade a santas, silenciosas meditações; o rinchar dos cavalos, o tinir das esporas, o arrastar das espadas pelos claustros sonoros, em um dos quais — comparável na vastidão às praças públicas das cidades populosas — metade do regimento aproveitava êsse domingo lavando a roupa na funda ribeira que o atravessa; tudo se concertava para dar ao turista a impressão de um alvoroço importuno, mas que engendra vida palpitante, a par da morte irremediável de um passado que não volta, embora cada pedra do colossal edifício o esteja ressuscitando.

E para o clarim, que obsequiosamente me deram por guia, da escola positivista, só crente em experimentações e tradicionais, populares narrativas, cada uma dessas pedras, cada cela, cada abóbada, cada galeria, tudo, no infinito monumento, se delineou e levantou para satisfação da tripa fradesca; tudo rescende ainda aos fumos das vitelas, que em número de cincoenta, assadas, com outros tantos leitões, os santos padres diariamente deglutiam. Servia-lhes de adega toda a parte térrea do convento; nos altos achavam-se instaladas as fábricas de conservas; dormiam a sesta na biblioteca — bem arejada, com efeito, ampla e fresca —; salgavam os cevados no carneiro — não perguntei se o dizia com segunda intenção; iam arrotar, por fim, para a igreja . . .

Eu não ousava atalhar a tarimbeira mangação porque, em boa verdade, lá estava a cozinha faraónica, onde primeiro me levara, que dava direito suficiente a divagações por tão picarescos exageros . . .

* * *

Não se poderia imaginar sala mais adequada a festas régias, brilhantes e sensuais como as havia na côrte de Luís XV, do que a biblioteca, então dormitório de uma companhia de destemidos cavaleiros, tal como a vi, sem livros, sem estantes, mas com os

estuques preciosos e doirada varanda de estilo rococó, elegantíssima, que, suspensa a meio das paredes, lhe corre em volta, ainda intacta.

Religioso, evocativo, o claustro de D. Dinis; sombrio e quasi bizantino na galeria inferior e infloridas as arcadas superiores num sistema de harmoniosas curvas abertas na pedra escura. Naquele recinto silencioso, ainda respeitado pelos bárbaros, pronto se embebe a alma de clementes imaginações, e sonha-se com a vida consoladora, embora impossível, que às nossas penas trouxessem os exaustos, passados remédios.

Foi ali mesmo que durante a festa de Lopes Vieira, soaram na quietação da noite os acordes patéticos da mais sentida das sonatas do Beethoven . . .

Londres, Julho.

M. TEIXEIRA GOMES.



Graça íntima

*Lá onde corre num murmúrio a fonte
Das águas da divina Formosura,
É que eu te vejo, oh! pálida figura,
Que banhas de Luar todo o horizonte...*

*Fico-me ali, extático, de frente;
Tudo em redor de ti se transfigura;
E eu vou, quero beijar-te a face pura,
Sequer roçar-te os lábios pela frente.*

*Mas de súbito paro : é que receio
Ir perturbar as linhas do teu seio
Ou desluzir-te o mimo das feições ;*

*Temo que, ao dar-te um beijo, empalideças,
Percas a aérea graça; que esmaeças,
E te sumas no ar como as visões...*

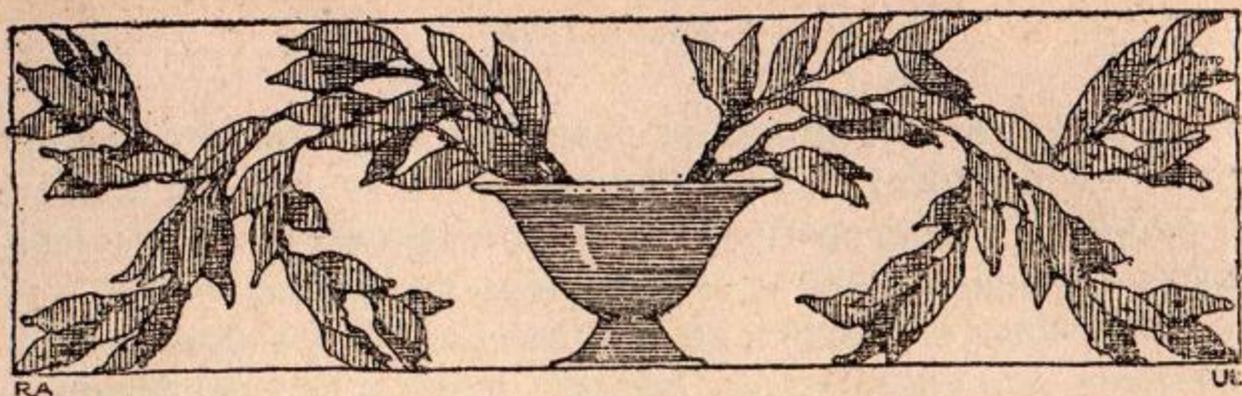
Ao mar

*Ó vasto mar, banhado d'esplendores,
Com bramidos de ventos e procelas,
Que lanças tuas águas às estrêlas,
E sustentas no dorso os pescadores!*

*Abismo d'agonias e de dôres,
Em vão, em vão tu buscas entendê-las;
E sôbre ti as frágeis caravelas
Já não seguem a rota dos vapores.*

*Por noite morta, entre o bramir que soltas,
Ó mar, ó negro mar d'ondas revôltas,
Por sôbre as águas há gritos de guerra!*

*E o sangue jorra, ó infinito mar!
Pudesses tu, pudesses tu lavar
A nódoa imensa que já cobre a terra!*



Os engenhos de Pernambuco

«A nós, do Norte do Brasil, criados em engenhos de cana», diz Joaquim Nabuco, «o aroma que rescende das grandes caldeiras de mel nos embriaga toda a vida com a atmosfera da infância».

Há, com efeito, na lavoura da cana, uma feição de poesia, que actua fortemente sôbre o espírito, e deixa um traço impossível de apagar.

Um dos mais belos espectáculos que tenho presenciado é o de um belo canavial, oferecendo até perder de vista o seu manto verde claro, coroadado pelas *bandeiras* flutuantes ao vento que sussurra nas fôlhas sedosas, enquanto das soqueiras ambreadas começa a despontar o perfume das canas amadurecidas. Só lhe conheço de comparável o, que muito mais tarde pude apreciar, de um trival maduro, balouçando ao vento as louras espigas, entremeadas pelas manchas azuis e rubras das centáureas e papoilas.

O corte das plantas com todo o seu cerimonial, as turmas de trabalhadores armados de fouce e facão a golpearem as hastes, a limpa das canas, a arrumação dos feixes, o transporte nos carros de bois, dos aceiros até à casa da moagem, são scenas que ainda estão à espera de um Virgílio que as descreva em versos imortais. Ao cair das belas tardes de verão, tem alguma coisa de solene a chegada dos grandes carros, atufados até os varais de feixes de canas, ao tardo passo dos anafados bois, enchendo o ambiente com o rangido melancólico, que se perde nas quebras, e vai morrer ao longe, confundido com o cicío das cigarras.

e o canto dos pássaros que se despedem do dia. A elegância dos senhores de engenho consistia em apurar o que se chamava *o canto do carro*, apertando mais as rodas nos eixos, e tornando-as mais adstringentes, pelo emprêgo do carvão.

A moagem e o fabrico do mel, nos engenhos antigamente conhecidos por engenhos de *banguê*, desde a pressão das canas nas moendas, passagem e defecação do caldo, cozimento do mel nas grandes tachas, transporte para a casa de purgar, acondicionamento nas fôrmas, até à cristalização e purificação, tem sempre um aspecto curioso e alegre.

O início da moagem em cada estação, a que chamam a *botada do engenho*, lembra as antigas cerimónias pagãs do culto de Ceres. Como parecia a escravatura, a *fábrica* na linguagem do tempo, assistia o senhor do engenho com a família e convidados. Ao sinal convencionado, um apito da máquina nos engenhos de vapor, um toque de corneta, sino, ou búzio nos outros, introduzia-se na moenda um feixe escolhido de canas já descascadas e guarneçadas de fitas, cabendo esta honra ao convidado de mais distinção.

Começavam então as moendas a esmagar as canas que se estorciam nos cilindros, e o caldo corria pelas calhãs, forte, grosso, perfumado, prometedor de uma boa safra. Em geral, a botada era assistida por um padre, que chamava as bênçãos do céu sôbre o engenho. Os trabalhadores exultavam, crescia o vozerio, a máquina apitava, começavam os caldeireiros a manejar as *gingas* e as grandes colheres com que mexiam e baldeavam o caldo nas tachas, até que o *mestre de açúcar*, provando o melado o achava em ponto, e o fazia transportar para a casa de purgar. Toda aquela gente, num fervor dionísico, animada pelas libações do caldo, delirava, entusiasmada, enquanto o líquido a correr, a ferver, operava a eterna transformação da matéria em produtos do engenho humano destinados a fazer circular a riqueza. Sôbre tudo e todos se espalhava o mesmo aroma do mel cozido que tonifica e inebria. As festas ditirâmicas de botada nos engenhos de açúcar, são perfeitamente idênticas às alegres vindimas das zonas vinhateiras da Europa.

A grande casa de vivenda, verdadeira mansão feudal, dominava o agrupamento de edifícios, tendo ao lado o engenho, adiante a casa de purgar, e depois o casario da senzala, «o grande pombo negro», como lhe chamou Joaquim Nabuco.

Em volta estavam as casas dos moradores, os partidos de cana, o pomar, a roça, as pastagens, descendo das eminências até à várzea, onde serpeia um rio, em uma volta do qual os galhos encurvados de algum velho ingazeiro faziam um recanto sombrio e fresco para o banho matinal.

Que prazer galopar por estes rincões, respirando o ar embalsamado das manhãs, extasiando os olhos com o espectáculo sempre novo da natureza em festa.

E a vida naqueles tempos era farta e doce. Os senhores eram, em geral, humanos para com os escravos. Não abusavam dos terríveis castigos de que tanto se falava. Conheci, na infância, o *tronco* e o *carro*. Nunca, porém, vi funcionarem tais instrumentos de suplício. Apesar de ouvir falar vagamente em coisas terríveis acontecidas havia muitos anos, a impressão de conjunto que guardei, é de que a detestável instituição da escravidão não tinha em Pernambuco o carácter cruel sob que era pintada nas fazendas do Sul.

O costume havia criado a instituição do *apadrinhamento*, interessante aplicação do direito de asilo, em favor dos escravos refugiados nos engenhos próximos, cujos senhores intercediam junto aos vizinhos pelo perdão dos fugitivos, sendo a recusa sem motivo plausível considerada ofensa gravíssima. Refere a tradição o caso de um velho agricultor de Ipojuca, perfeita encarnação do *Burbero Benefico* de Goldoni, que, ordenando os mais cruéis castigos aos escravos, só os fazia executar quando tinha certeza da presença de qualquer pessoa que por êles intercedesse. Aconteceu uma vez que, já amarrado ao carro um preto para ser castigado, uma visita assistia indiferente à scena, sem desejo de intervir. Quando o senhor do escravo percebeu que teria de executar a pena por falta de padrinho, atirou-se violentamente contra a visita, para aplicar-lhe o castigo, que queria evitar no preto.

As lendas e tradições que povoam a zona da mata, repetidas na suave melopeia das trovas populares, criam uma auréola de mistério, onde revivem, bem longínquos, a saudade céltica dos atavos portugueses, e o *banzo* dos africanos nostálgicos das suas florestas. As cantigas cheias de uma doçura melancólica, os folguedos populares (cavalo-marinho, bumba-meu-boi, pastorinhas) formavam um agradável fundo de scena à vida rural, o qual muito concorria para amenizar o aspecto degradante e repulsivo da odiosa instituição servil.

A cada passo, nos velhos engenhos, nas cercanias das povoações, ou à beira dos caminhos, são perpetuadas lendas que transfiguram a vulgaridade dos sítios. A poucos quilómetros de Jaboa-tão, via-se em uma eminência uma solitária capela em ruínas, de cuja tórre caída surgia uma grande árvore que a amparava e cobria com as suas frondes esgalhadas. Relata a tradição que, da eminência fronteira, um assassino desfechou um tiro de bacarmarte no padre que dizia a missa de Natal, precisamente no momento da elevação... A igreja foi interdita e abandonada, e depois nasceu a árvore, que imprimia à paisagem uma beleza melancólica.

Tem também a sua repercussão na lenda pernambucana a velha história de Ulisses e Penélope, tantas vezes renovada, na realidade e na ficção. Parte para longes terras o guerreiro ou o navegante, deixando a mulher amada, que lhe jurou fidelidade. As angústias da volta, ou teem o feliz desfêcho da meiga Griselda, ou acabam despedaçando o coração do triste abandonado, que vê o seu lar refeito com o rival intruso, como em «Frei Luís de Sousa» e «Enoch Harden». Na tradição pernambucana, cujo *folk-lore* está cheio de romeiros que tornam da Terra Santa para castigarem as mulheres infiéis, a lenda se reveste de uma tocante suavidade. Um agricultor do século XVII, António Homem de Saldanha e Albuquerque, não conseguindo a mão de D. Sancha Coutinho, menina de 15 anos, alista-se na guerra contra os holandeses, e é dado por morto no combate do Arraial. Quinze anos depois, aparece em Pernambuco, como padre, sob o nome de Aires Ivo Correia. Ao encontrar em Itamaracá a antiga namorada, esta o reconhece e morre súbitamente de emoção. O padre comove-se e... assim conclui a poesia em que José Soares da Silva condensou a tradição:

E no lugar do sepulcro
Uma mangueira plantou
Onde o hálito de Sancha
Até morrer respirou.

Inda em tórno da mangueira
Se vê um lindo jardim
E as mangas do padre Aires
São as mangas de jasmim.

É esta, segundo a lenda, a origem das mais famosas de entre as lindas e deliciosas mangas de Itamaracá.

Nestas linhas despretenciosas, quero apenas evocar os sentimentos e sensações da minha infância, nos distantes dias de férias passados nos engenhos. Certamente, o aspecto de hoje será muito diverso.

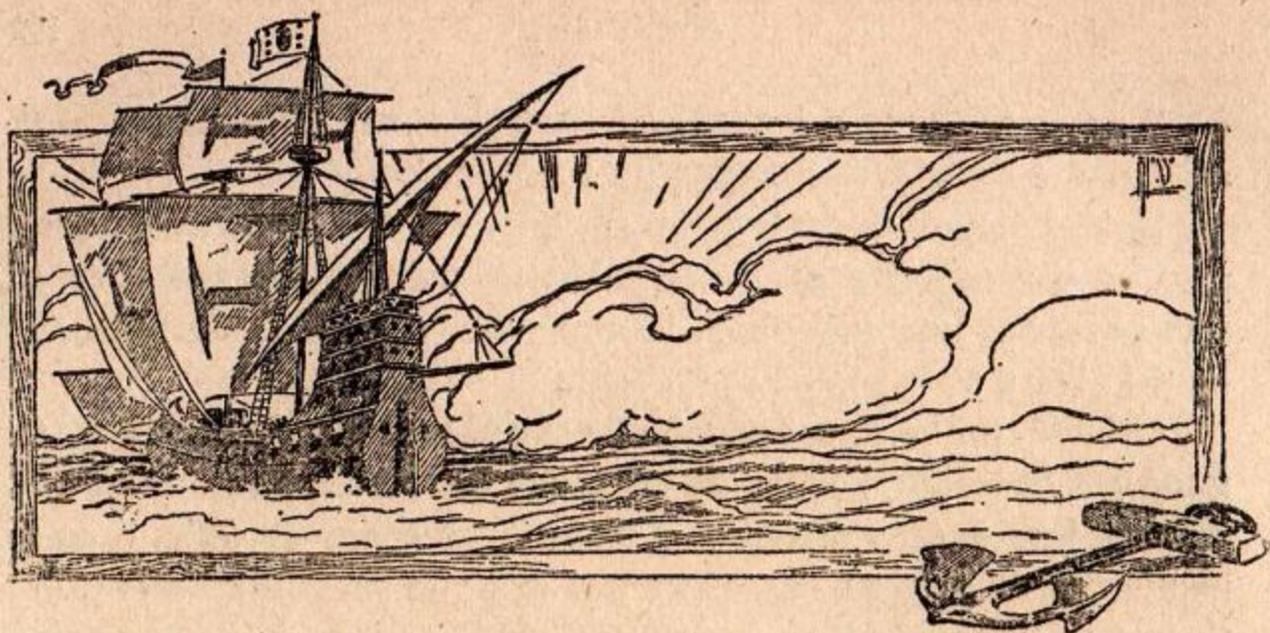
Grande parte dos engenhos estará hoje de fogo morto. Os *banguês* cederam o lugar às caldeiras de vácuo e às turbinas, da mesma forma que o vapor substituiu as rodas de água e as almanjarras de animais, as quais por sua vez sucederam aos primitivos engenhos movidos à mão. As velhas casas de vivenda estarão em ruínas, e substituídas talvez por outras, de mais aparência e menos conforto. E não enxameia mais a imensa colmeia negra, que fervilhava nos engenhos, para produzir com o seu trabalho a fartura geral. Desapareceram as famílias, mudaram-se as instituições, transformaram-se os costumes.

Fica só a natureza, grande, eterna, generosa, indiferente aos cataclismos humanos, continuando a fornecer os tesoiros do seu seio, apesar de todos os erros dos homens, e acima de todas as suas mesquinhas construções.

Dobam-se os anos. Homens e govêrnos nascem, vivem e morrem. Sempre a mesma brisa perfumada espalha entre os povos o amor do torrão. Sempre o mesmo estendal dos canaviais desfralda sôbre a terra pernambucana uma verde bandeira de esperança.

(Capítulo do livro *Evocações*).

SOUSA BANDEIRA
(Da Academia Brasileira)



O sepulcro de Bartolomeu Dias

Era na terceira década de maio de 1500.

A famosa esquadra de Pedro Alvares Cabral tinha descoberto pouco antes, pelo oitavário da Páscoa, a terra de Santa Cruz; e, mandado o navio de Gaspar de Lemos a Lisboa com a notícia, de novo sôltas as velas, a maruja ia ainda no encanto dessa nova pátria tão inesperada, tão formosa, tão grande que havia de imortalizar a raça.

Eram inolvidáveis as vastas florestas misteriosas, todas em púrpura na alvorada, todas em êxtase ao luar; eram inolvidáveis as cordas bizarras dos cipós envolvendo os baobabs gigantes e as grandes flôres vermelhas, abertas em turíbulos sob os tríplexes doces de esmeraldas, e as variegadas aves tão estranhamente belas, e a magia das noites consteladas e a mansidão do mar.

Os naturais enternecidamente, tinham-nos recebido como a velhos amigos, como a irmãos desde muito ausentes, tinham-se associado à sua alegria heróica, ajoelhado ante os seus altares; e agora, de novo no alto mar, enquanto um hálito de epopeia fazia arfar as velas, os robustos marinheiros de Pedro Alvares, descobridores de mundos, falavam a cada momento da terra maravilhosa, recheada de oiro, de prata, de pedrarias, onde tinham conhecido o tabaco, onde tinham encontrado a *ibirapitanga* ou pau-brasil, de uma bela côr tão vermelha, tão ardente e viva

como brasas, e onde na sexta-feira primeiro de maio, antes de largarem, no mais alto cume dos Aymorés, o capitão-mór tinha arvorado a cruz.

Eram as onze naus, navios e caravelas de Pedro Alvares, de Sancho de Toar, de Simão de Miranda, de Aires Gomes da Silva, de Bartolomeu Dias, o primeiro que dobrara o Cabo da Boa Esperança, de seu irmão Pero Dias, de Nicolau Coelho, o companheiro de Vasco da Gama em 1497, de Vasco de Ataíde, de Pero de Ataíde, a quem chamavam o *Inferno*, de Nuno Leitão, de Gaspar de Lemos.

Eram as naus predestinadas, da mais escolhida equipagem e poderosa artilharia que saíra ainda do Tejo:—e naquela manhã, como o tempo ia sereno e altos os corações, os mareantes e os homens de armas, esquecidos das tormentas e dos temores passados, tocavam pelas toldas as trombetas e atabaques, as flautas e pandeiros, os sêstros e tambores como se fôsem em plena festa.

Já, no castelo da capitaina, Pero de Toar, o pagem de lábios vermelhos, tinha entoado à guitarra as canções de Portugal, tão tocantes, tão feitas para a ausência; já Fernão de Sá, o visionário sempre enamorado, afirmara ter entrevisto na bruma as alvas espáduas das nereidas.

As naus iam singrando entre cânticos e reflexos; no céu infinito, no mar infinito os alvos listrões das prôas eram formosas manchas no azul; o tempo ia propício para as esperanças, para as quimeras heróicas — e tal encantamento empolgara os nautas que os próprios gageiros, no alto das gáveas, pareciam extáticos, a sonhar.

Mas a bordo da nau de Bartolomeu Dias o franciscano Fr. Bernardo da Cruz tinha logo de manhã espirrado três vezes estrondosamente; e, apontando para o grande cometa que dias antes tinha aparecido ao sul, o pilôto achara o caso de mau agoiro.

Entretanto no convés, à sombra da mezena arfante, Gil Garcia, o mais novo da companhia, fazendo vibrar uma janúbia, executava as danças sagradas que tinha aprendido com os Tupini-

quins; e era em volta um folgar sadio de embarcações, em grandes gargalhadas sonoras, em largos gestos joviais.

Um momento o próprio Bartolomeu Dias, com a barba já grisalha a esvoaçar, a testa bronzeada dos ventos e dos temporais, se debruçara no castelo da pôpa a sorrir; mas logo se alheara, fitando o céu numa preocupação:—para as bandas do norte, nas paragens remotas do Cabo, a uma distância de muitas léguas,



adivinhava-se um pequenino ponto negro na rutilação do azul intensíssimo trespasado de claridade. E logo o capitão se lembrara da sua viagem de anos antes quando com duas pequenas caravelas descobrira a angra dos Ilhéus e o cabo das Voltas, quando andara treze dias quasi naufragado, à mercê dos ventos e das ondas, perdida a terra a leste, perdido quasi o rumo, com as caravelas alagadas, as tripulações em revolta. Depois, quando o vento acalmara, descobrira a enseada de S. Brás, fundeara no rio a que chamara do Infante — e já Pero de Alenquer, o piloto

da capitaina, lhe jurara estarem no caminho da Índia, já a glória lhe sorria de perto, quando tivera de recuar. Então, na volta, encontrara o grande Cabo que tinha dobrado, misteriosamente sumido na voragem, coroara-o de padrões como a uma conquista muito querida; chamara-lhe logo Tormentoso, esperando que os vindouros o confirmassem.

Mas em Lisboa, num dos rasgos da sua ambição tão ilimitada, tão audaz, D. João II crismara-o em Boa Esperança — e o Gama fôra mais feliz, conseguira justificar o grande rei.

Ao longe, na direcção do Cabo, o pequenino ponto negro parecia afastar-se, diluir-se nas rutilações do azul; no convés a maruja ria ainda numa feliz algazarra; e Bartolomeu Dias, olhan-

do o grande cometa que havia uma semana surgira por sôbre o cabo, sentia bem intenso, a adverti-lo, a perturbá-lo, um preságio sombrio de marinheiro.

Seria realmente aquele o Cabo da Boa Esperança?

Seria o Tormentoso que queria vingar-se?

Nêsse momento uma gargalhada frenética atroou o convés: Gil Garcia, o dodivanas, improvisara uma *arrasoia*, a saia pomposa que os chefes índios usavam nas grandes festas, e, arrogante, com a perna balouçada, um grande cachimbo a fumegar, a cabeça desdenhosa diademada por um penacho de penas multicôres, anunciava que ia dar audiência aos seus vassalos.

Em volta tinham-se calado as trombetas e atabaques, as flautas e pandeiros, os sêstros e tambôres para o admirarem melhor; e, no meio do enlêvo de todos, só Fernão de Sá, o visionário, continuava ainda absorto, encostado à amurada, olhando ao longe o mar.

Mas aquele alheamento, aquela indiferença, indignaram Gil Garcia; e compondo a *arrasoia*, sacudindo numa régia sobrançeria o diadema de penas multicôres, o dodivanas chamou com entono:

— Vinde a mim, Fernão de Sá! Sereis o meu *pagé*...

O visionário mal se voltou num encolher de ombros desdenhoso; e como o velho Pero Gato lhe perguntasse em que pensava assim tão afincadamente, todos ouviram a sua resposta soberba:

— Penso que tenho uma duquesa em Lisboa, e que hei-de conquistar cidades, hei-de levar-lhe uma destas naus atulhada de jóias para a merecer!



Após os listrões de espuma as naus iam singrando ; um vento de epopeia fazia arfar as velas, alargava no azul a bandeira soberba de Portugal. Os corações batiam tranqüilos na alegria de novos triunfos, de novas lutas, de aventuras novas ; todos sonhavam como Fernão de Sá na conquista de um castelo, na posse de um tesouro — e na exuberância gloriosa da raça, nêsse preamar de heroísmo que durante um século encheu toda a história, os marinheiros seguiam cantando.

Mas, pouco depois do meio dia, o mar engrossou de repente, veio de longe tão encapelado como se quisesse tragar as naus ; o horizonte para o norte obscureceu-se de núvens encasteladas e logo o bulcão inesperado, misteriosamente, pareceu entumescer-se, rodopiar, alongar-se até à armada.

A tromba aproximava-se, vinha fulminante, numa vertigem ; o mar e o céu estavam confundidos no mesmo turbilhão, na mesma raiva ; por momentos no meio da temerosa escuridão, o vento acalmou, deixou de ringir nos mastaréis ; mas logo, implacavelmente, carregou nas naus tão súbito que não deu tempo para amainarem.

Tinham-se despedaçado as velas, tinha-se ouvido lúgubrememente o estralejar do cavername ; e a desconforme entumescência das núvens alargava-se mais, turbilhonava de novo, caía agora num cone perfeito perpendicularmente ao mar.

As ondas encurvavam-se como montanhas, cachoavam, eram numa formidável, estranha influência, sorvidas pela tromba ; a nau de Bartolomeu Dias, colhida de muito perto, turbilhonou, girou desvairadamente sôbre si mesma, quedou-se arquejante, toda escalavrada, perdida em pleno vórtice — e na noite escuríssima que se fizera de repente, no refterver do mar alagando os porões, galgando de um a outro bordo, mal se podiam ouvir os últimos apitos, as últimas vozes do capitão, os gritos de misericórdia. Mas o turbilhão tornou-se mais convulsionado, mais enraivecido ainda ; a nau ergueu-se um momento até às núvens relampejantes, logo caiu toda em destroços nos vagalhões da voragem ; e por entre os estertores, por entre o bracejar dos náufragos, no estrondear horrisono do escarcéu, só Fernão Vaz, já a submergir-se, impávido, ao portaló, com os olhos febrís de visionário, parecia ainda esperar que as nereidas o salvassem.

A esquadra tinha-se dispersado, não havia socorro possível ; as naus de Aires Gomes da Silva, de Simão de Pina, de Vasco

de Ataíde estavam igualmente perdidas: a própria capitaina mal tivera tempo de ferrar os panos e estava em perigo também.

Já os destroços da nau tinham arrastado para os abismos Fernão Vaz e os seus sonhos; e quando ao fim de poucos minutos a tromba se afastou e foi diluindo ao longe na luz azulínea dos raios, Bartolomeu Dias, exausto, tentando ainda na agonia lutar com as ondas encurvadas, dirigiu o seu último olhar, o seu último gesto para o cabo implacável.

Não, não era a Esperança.

Era o Cabo Tormentoso que se vingava.

CHAGAS FRANCO.



Victoria-regia

*Frente que ansiara la Capitolina,
Nimbo real sobre gentil tocado,
Grácil armiño, y sobre el cuello amado
Un tesoro de fama peregrina.*

*Filas, Ella... a nosotros se avecina
— Vago ensueño, de amor y luz nimbado —
Europa! Cuando el toro enamorado
Mostró al Olimpo su beldad divina.*

*Marcha real, los cascos e alabardas,
Picas estrepitosas de los guardas,
Y junto al Rey — com la debida venia —*

*Entre hidalgos de torres y coronas,
Pasa triunfal Doña Victoria Eugenia
Alba, como la flor del Amazonas.*

Paris, Julio 18, 1914.

GUILLERMO VALENCIA.

Vitória-régia

*Fronte esculpida de Vénus Capitolina,
A corôa rial sôbre o toucado louro,
Sôbre os ombros o manto e no colo o tesouro
De um Maharajah da India ou Vice Rei da China,*

*Alas, ei-la que vem, visão entre a neblina
De um sonho ébrio de luz, todo de azul e ouro...
Devia ser assim Europa quando o touro
Júpiter revelou-a ao Olimpo : divina !*

*Alas, marcha rial, filas de alabardeiros,
Cortejo em linha ao som das lanças dos archeiros,
E, no braço de El-Rei (com a devida vénia)*

*Entre grandes de Espanha, em meio a côrte egrégia,
Surge a passo marcial Dona Vitória Eugénia,
Branca, do porte e côr de uma vitória-régia !*

Madrid, 23 Jan., 1914.

FONTOURA XAVIER,

A educação no Brasil

Há hoje no Brasil um evidente acordar de atenção pela educação popular, o mais palpitante problema nacional. Vêm todos (todos os que vêm, por certo) que o período de quatro séculos de admiração extática em que temos vivido, sempre orgulhosos dos nossos rios, da nossa fertilidade, do nosso céu, com as mesmas esperanças riosas de Vaz Caminha e as mesmas exclamações de pasmo dos primeiros colonos, deve passar por fim. E poderemos aventurar, sem optimismos ingênuos, que está passando. Já homens de responsabilidades afadigam-se na organização de cousas práticas. Ainda outro dia reuniam-se, em tórno do Sr. Miguel Calmon, que é uma inteligência ilustre, ministros, deputados, jornalistas, o Brasil que pensa e que sente, numa exposição, não de arte nem de modas, mas simplesmente de algodão — um dos muitos produtos em que se tem de consolidar a riqueza nacional. É sintomático. É de ontem a época em que todo o espírito que sentia em si uma parcela dessa ansiedade de criar vinha à política ou à burocracia, não trabalhar o progresso da pátria, mas conquistar, sem canseiras, os pingues vencimentos que lhe garantissem as aspirações de uma vadiagem intelectual brilhante e próspera. E, como não se preocupava senão de si ou de pouco mais e o resto do país era imenso, a maioria absoluta, alheia a essas venturas fáceis, permanecia e ainda permanece agora, em grande parte, no analfabetismo, na ignorância, comprometendo a economia do país, porque era ela e é ainda a detentora das profissões produtivas e sem capacidade nem possibilidades, só milagres, imprevistos neste século, poderiam conseguir cousas úteis e duráveis.



DR. GASTÃO DA CUNHA
Embaixador do Brazil

Ainda bem que se procura cuidar da educação popular. Essa tendência pela preparação clássica, pela organização e melhoria contínua de um ensino secundário e superior, que nos vem atormentando, desde as épocas coloniais, agravado, ainda por cima, naqueles tempos, pela convivência hipnótica do Padre Vieira, parece se empedernir, afinal, no cérebro de alguns legisladores remanescentes. Naquelas épocas eram perfeitamente explicáveis êsses contrasensos. Todos os colonos ou nacionais ricos (que eram muitos) mandavam os seus filhos à metrópole e essa mocidade entusiasta não ia para lá aprender a cavar a terra nem trabalhar no fabrico de utensílios caseiros, mas, fascinada pelos vestígios ainda meio recentes de Camões e dos clássicos, pelo bulficio de Sá de Miranda e dos outros, estudar literatura, fazer versos e compôr discursos académicos. Mesmo aqueles que diziam depois mal da metrópole, não querendo, por um nativismo furibundo, descender senão dos nossos íncolas selvagens, estavam saturados, até os olhos, dêsse academicismo. Vem de aí a anomalia curiosa de possuímos, em pleno século XVIII, afogado numa semi-barbaria de alguns milhões de pretos suarentos, autóctones rebeldes e brancos analfabetos, uma Atenas brasileira florescente.

E o Brasil dessa época ou era o aglomerado imenso de escravos incultos, estranhos inteiramente à civilização ou o Brasil de alguns grupos de criaturas tão cultas, que estavam em dia com a ciência e as letras europeias, acompanhando, com interesse e entusiasmo, as conquistas liberais dos povos superiores, e aspirando, para o país nascente, as mesmas liberdades e os mesmos progressos dêstes. Bernardo Vieira de Melo e os incondidentes, no período colonial, e o Padre João Ribeiro, Frei Miguelinho e Natividade Saldanha, depois da independência, são casos típicos. Foi talvez impressionado por êsses factos históricos que a imaginação ardente de Southey viu, em Minas Gerais, relativamente mais pensadores e homens de letras que na culta Inglaterra.

Ainda, em 11 de Agosto de 1827, o célebre decreto que cria as instituições de ensino superior, antes de se ter organizado o ensino primário nacional e a educação popular que ainda hoje, em 1916, quasi um século depois, é um caso a resolver, continua fiel às tradições e às tendências do país.

Agora, felizmente, a disposição dos nossos homens públicos começa a ser prática e o gesto daquele legislador que nos queria

mimosear com a bem-aventurança de sete Universidades, já se comenta como cousa remota e inteiramente sepulta nos anais parlamentares.

A necessidade de uma educação popular é cousa que se discute, no Brasil, por toda a parte. Nas mensagens dos Presidentes e Governadores, no Parlamento e na Imprensa aparece agora permanentemente. Há jornalistas inteligentes e brilhantes, como Vítor Viana, estudiosos e pacientes, como Pinto Serva, publicistas notáveis, como Rangel Moreira, afatigados pela resolução desse problema. No Congresso, para só falar nos actuais, José Bonifácio, Álvaro Baptista, Ildefonso Pinto, Barbosa Rodrigues, Augusto de Freitas e José Augusto (discípulo apaixonado de Le Play e Demolins e paladino formidável da tendência moderna na educação popular) batem-se todos, renhidamente.

Ideas e planos não nos teem faltado nunca, o que nos escasseia de um modo positivamente lastimável, é continuidade no esforço. Ainda na monarquia delineou Rui Barbosa, com aquele fôlego característico do seu génio, uma reforma completa de educação nacional. A República tem sido também fecunda em projectos notáveis. Deixando de parte o que diz principalmente com o ensino superior e secundário e atentando apenas no que respeita ao ensino primário — a educação do povo — há os projectos Tavares de Lira, Augusto de Lima, Miguel Calmon, Monteiro de Sousa e alguma cousa mais, brilhantemente empreendida, mas logo rapidamente esquecida também. Faltou aos seus próprios autores a virtude da persistência, meio único capaz de produzir triunfos.

Entretanto, últimamente, com um simples decreto de govêrno, quando Presidente da República, o Sr. Nilo Peçanha criou uma das cousas mais úteis à educação popular — as Escolas agrícolas e os Institutos de aprendizes artífices, nacionais, porque estaduais, nesse género, já possuíamos algumas cousas interessantes.

Sente-se agora um afan de muitos govêrnos de Estados brasileiros pela organização do ensino popular. E, não falando de S. Paulo, nem Distrito Federal, nem Rio Grande do Sul, nem Minas, cuja instrução moderníssima guarda o defeito único de não ter acabado de vez o analfabetismo, citarei apenas um departamento da República que, possuindo ainda uma educação popular deficientíssima, conseguiu um govêrno, que promete a acção mais decisiva em benefício da formação do povo. Esse Estado é Pernambuco. E as ideas do seu governador, o Sr. Ma-

nuel Borba, dão bem a medida da visão prática que se começa a ter actualmente no Brasil, sôbre a educação.

Longe de acrescer o ensino de tendências literárias promete torná-lo prático, contribuir, enfim, para formar o povo no trabalho e na acção, dando-lhe capacidade, segundo os meios e as circunstâncias, para tirar o melhor partido na luta pela vida. É assim que, para a população dos campos, ao lado de uma instrução literária rudimentar, bebida ainda mais em livros que falem principalmente das virtudes da vida campestre, há o desejo de prepará-la em cousas agrícolas e pecuárias. Nas cidades a educação deve ser encaminhada para o amor das profissões práticas, das artes manuais, dos officios. Os meios mais cultos ficarão então com o seu ensino mais de letras, mais de cousas meramente intellectuais.

Que programa mais lúcido, mais próprio à formação de uma raça vitoriosa! Que melhor meio para uma fusão mais rápida da nacionalidade! Será o desaparecimento dessa linha acentuadamente divisória que separa o Brasil que moireja, suarento e tardígrado, nos campos desertos ou nos litorais estéreis e despoçados, sem cultura, nem preparação para a vida, servindo-se dos petrechos pastoris ou agrários de um século atrás, arquejante, numa luta desigual com a civilização que se movimenta lá fora. É aproximar da civilização pelo trabalho, pela elaboração da nossa riqueza, três quartas partes do nosso povo, como já se aproximara a outra pela elegância, pelos requintes intellectuais. Temos, aqui, uma multidão de criaturas tão ilustres, tão finas, como as mais interessantes das cidades contemporâneas mais cultas e uma soma de alguns milhões de trabalhadores, das indústrias e dos campos, infinitamente àquém dos mais modestos colonos inglêses da África do Sul. Isto é, possuímos da civilização o que ela tem de mais formoso nas suas brilhaturas, mas nos escasseia por completo, o trabalho organizado, a vertigem produtora, a riqueza, os fundamentos indispensáveis à sua afirmação.

É esta disparidade ameaçadora ao nosso espírito de nacionalismo que uma educação popular generalizada virá destruir. Pelas mesmas aspirações e a mesma finalidade de progresso e grandeza nacional, uns, voltados para a beleza e as letras, outros, absorvidos pela produção da riqueza, marcharão, ambos brasileiros, homens que se entroncam na mesma nacionalidade, movidos pelo mesmo ideal de afirmação da pátria.

Não conheço outro processo para o ressurgimento de um povo. Os exemplos pululam. Esta propensão para cuidar das louçanias, das filigranas antes de fixar as bases, tão de molde do espírito latino e que nós herdámos, intensificada pelas ardências dos trópicos, parece declinar francamente. O que devemos querer agora é cousa prática. Vejam a França, a Bélgica, a Itália, a Argentina. Estou que, depois da acção prática de Edmond Demolins, provocaria na França muito maior gratidão o gesto do estadista que organizasse um completo aprendizado prático, que a façanha de Napoleão, fundando uma universidade para, entre outras cousas, se estudar o direito e a justiça, depois de ordenar ao sultão de Darfour que lhe enviasse dois mil escravos e restabelecer nas colónias o regimen da servidão.

Esta parece, pelo menos, a tendência prática que começamos a ter da educação moderna. Sobretudo principia-se já um trabalho intensivo para generalizar uma educação integral.

Infelizmente pela nossa Constituição não é dever taxativo da União cuidar da instrução primária — a educação popular por excelência — porque, ao alcance de todos, bem organizada, vai contribuir prodigiosamente para a construção da nacionalidade. Como ela é obrigada apenas a cuidar do ensino secundário e superior, estes são tratados com os desvelos enternecedores de filhos queridos, enquanto o outro, o ensino primário, nem caso, vive e sabe Deus como, entregue aos cuidados nem sempre paternais dos Estados e Municípios.

Entretanto a América do Norte, a Argentina, a Suíça, com disposições semelhantes, sobretudo as primeiras, promovem amplamente a educação nacional. A Suíça distribui subvenções magníficas para o auxílio do ensino nos Cantões. A Argentina, porém, vai mais longe nesse particular e, sem determinações constitucionais, tem o seu Conselho de Educação Nacional, criando escolas federais por toda a República e superintendendo superiormente a já notável preparação do seu povo. Da América do Norte não preciso falar se o «Board of Education» é universalmente conhecido e já a sua educação admirada por todos, é a mais estupenda oficina de uma das mais vertiginosas civilizações contemporâneas! No Brasil êsses exemplos já começam a calar numa multidão de espíritos lúcidos. Não há muito um apêlo que fiz ao Congresso, advogando a organização de um Conselho de Educação, adaptável ao Brasil e respeitador fiel do texto constitucio-

nal, teve a mais bela acolhida num discurso brilhante de um dos mais luzentes espíritos da nossa Câmara baixa. O Snr. José Augusto, que é um lutador infatigável pela causa da educação popular, nesse discurso, luminoso de verdades sociais, deixou bem patente o traço, a orientação que se terá a seguir na formação de uma nacionalidade brasileira triunfante e soberba.

Para que insistir em evidenciar o valor da educação? Seria o mesmo que querer demonstrar que o sol aquece, que o sol ilumina, que o sol vivifica. O momento é de acção. A hora das demonstrações teóricas passou. Carecemos agora é de organizar o meio prático de difundir uma educação prática. Esta é a preocupação evidente dos que se impacientam pelo destino do nosso povo. Que exemplo mais tocante do que o gesto de Bilac, deixando, por um momento, as atitudes serenas da sua arte diuturnamente solitária, para comungar com o povo, prègar à juventude estudiosa das escolas o ensino militar — uma parte apenas do programa educativo, mas uma parte realmente imprescindível ao nosso prestígio de nação moderna!

A educação popular, que não convêm confundir com a desaparição apenas do analfabetismo (uma vez que só por si aprender a escrever e a ler não resolve de modo algum a nossa crise social) mas uma preparação integral e generalizada por todo o país é o meio único para o decisivo engrandecimento da nacionalidade. Essa educação prática, além de fazer do povo inerte uma fôrça activa e produtora, é, indirecta, mas prodigiosamente também, a melhor educação moral e cívica que poderemos dar à nossa gente. Os povos que trabalham, que agem, que sabem produzir, são fortes e vitoriosos, não conhecem os desfalecimentos, nem o scepticismo. Onde os desconsoles, as comoções, as ameaças sociais da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Suíça? Ali o indivíduo mais obscuro é um elemento directo de produção, de riqueza e de fôrça. Se algum perigo existe é o do excesso de potencialidade virtual, é, para o futuro, o excedente de energias sem campo de acção. Há, porêm, a colónia, há o intercâmbio do comércio e da indústria que entrelaça os povos pelo interêsse numa comunhão internacional, abrindo ao emigrado, na pátria estranha, os campos de actividade que se fecharam na sua.

No Brasil, por mais progressos que empreendamos, êsses perigos não surgirão por muitos séculos ainda. E, onde o estacionamento social e o descontentamento dos homens? A educação

prática substituindo a inércia pela actividade, o ócio pelo trabalho, os centros de consumo por fontes de produção, transformação a riqueza, solidificarão a economia e fixarão a grandeza do país. Ninguém dirá mais, o Brasil é um país perdido, porque os senhores políticos e os detentores das posições burocráticas persistem em não aproveitar os aptos e não se servirem dos notáveis, como se fôsse indispensável, para a execução de praxes consuetudinárias, suportar as impertinências do talento e o trambôlho das competências ilustres! A culpa, se culpa teem os detentores do poder, não será nunca por não se cercarem de inteligências brilhantes, de que não carecem prementemente para a burocracia pacata, mas por não fomentarem a educação integral do povo, dando fontes novas de riqueza ao Brasil e possibilidades magníficas de triunfo aos nossos patrícios. Entretanto, qual o industrial, qual o homem do comércio, qual o chefe de profissões práticas que preferisse para cooperar na sua riqueza, para trabalhar consigo, o incompetente ao competente, o medíocre à inteligência privilegiada?

É a afirmação do valor, a reabilitação da justiça.

Que outra medida produzirá uma melhor educação moral?

E, cousa curiosa! os povos de quem melhor se aproveitam as aptidões e o mérito nas funções políticas e públicas são aqueles, justamente, em que existe a mais perfeita preparação prática. E é claro. Se as profissões práticas são mais rendosas que as públicas e se todos podem facilmente conquistá-las, pela mais bem acabada preparação técnica, só irá para a política, só se abismará na burocracia ou a vocação decisiva ou então alguém que se determinar a servir ao país, guardando, entretanto, toda a liberdade e toda a altivez de quem é realmente independente pela capacidade e pelos recursos naturais de que dispõe.

Que exemplo mais formidável de educação cívica do que êsse que, não só mostra aos homens, pelas profissões práticas, como no seu país se aproveita o mérito e se faz justiça às competências, como ainda conduz ao funcionalismo e à política, indivíduos aptos e livres!

Evidentemente não percebo, para o engrandecimento nacional, melhor meio de afirmação que a educação popular, e para os nossos homens de responsabilidade melhor padrão de glória que o seu empreendimento.

A. CARNEIRO LEÃO.

A justiça

— Deixo . . . — murmurava a custo o agonizante, a ditar à pressa as últimas disposições.

— Deixo . . . — repetia o sr. tabelião, a fazer cantar o seu aparo novo, em grande velocidade, no almaço azul pautado, sobre uma pasta de couro vermelho.

Era de noite. A chama da candeia de azeite punha tons amarelados naquela simplicidade, e o fumo pardacento, a subir em fitas espessas, perdia-se no bafio do quarto lá de dentro . . .

— Todos os meus bens, — continuava o moribundo, receando não poder acabar.

— Todos os meus bens — respondia tranqüilamente o escrivão.

— À minha querida afilhada Maria Antónia . . . — terminou a custo o velho.

O arcaboijo largo do homem do campo fôra arrefecendo; o suor era frio; e lá dentro, o coração tinha-se perdido . . .

As cans davam-lhe respeito à face — a face de um homem que levava toda a vida a trabalhar.

Uma contracção gelou-o.

*
* *

Corria isto no *Monte-Ruivo* — o casebre rústico de uma vasta herdade, que era do sr. Morgado, onde o João da Ruiva levava a vida a mourejar; e que o vira cansar e morrer, a rir-se de o sentir suar sobre os seus pedregulhos, como já suara o pai do Ruivo, e o avô do Ruivo . . .

No ano de alêm, comprara com efeito um ferragialzito! E no fundo do baú de coiro, com desenhos de preguetas amarelas, descansando em cachorros boçais, um pé de meia de alguma aquela tinha fama nos arredores.

Diziam por lá que a afilhada era filha dêle e mais da mulher do seu compadre: — mas ao certo, nada se sabia.

*
* *

Quando o escrivão saiu do *Monte-Ruivo*, o Joaquim da Pisca veio acompanhá-lo à porta, de chapéu de borla na mão e sorriso submisso na face. Subiu para a charrete do compadre Chico e fez ao criado sinal de largar.

O chicote silvou. E as rodas roeram as pedras, que as chuvas e os Ruivos há séculos gastavam.

Era escuro de pez. Nem luz nem alma. Só as lanternas focavam com a luz verde as covas e os penhascos, que iam entre o caminho e o pinhal da Moira.

Lá por cima, núvens pesadas corriam, à pressa. Nem estrêla. Era só o verde das lanternas; o cão de algum casebre lá ó longe, a gritar, assustado; o crucitar de algum nocturno — e as sombras, as sombras do arvoredado a mexerem-se, a parecerem animadas...

As rodas, travadas, raspavam o atalho cavado nos rochedos. O cavalo de Alter, comprado pelo S. João, fincava as ferraduras novas e resfolegava por cima das pedras atravessadas no caminho.

De um pântano subia a ladaíinha triste dos animais aquáticos. Ao passarem pela *Cova da meia noite*, onde há uns dez anos um reideiro ficara traspasado com treze facadas (não se sabe por quem) — o escrivão viu iluminada a verde, pelas lanternas da charrete do compadre, a lápide comemorativa da morte, a pedir *Padre-nosso*, *Ave-maria* por alma do Manuel das Covas... — e não se sentiu bem.

Mas na sombra esguia e gigantesca, que se perdia lá alêm, pareceu que o tabelião encolhera o ombro e, num gesto anguloso, carregara para a testa o chapéu, e ganhara ânimo ao sentir a coronha da pistola, que o Miguel, contrabandista, prêso a tiro pela Guarda Fiscal, lhe oferecera quando saíu livre.

Ao chegarem à vila, o guarda-nocturno veio respeitosamente tirar-lhe o chapéu.

— Era preciso alguma coisa?...

*
* *

De aí a dias, soube-se do testamento do João da Ruiva. E toda a gente se admirou de ver que, afinal, o herdeiro era o Joaquim da Pisca, o tal que viera acompanhar à porta o sr. escrivão, com o chapéu de borla nas mãos e o melhor sorriso na face: o Joaquim da Pisca! — a quem o Ruivo nunca pudera tragar, desde que uma vez, alta noite, o apanhara a roubar-lhe as burras...

O pior é que o namôro da afilhada, ela que sempre aturara o Ruivo, e de quem êle, coitado, gostava tanto, — a deixou, preferindo a filha do feitor das Picôas.

E o pior ainda é que a pobre Maria Antónia, apaixonada com êste interêsse, tão feio e desumano, do Zé da Catarina, que ela nunca julgara assim, — deu em andar aquela, até que um dia, o compadre doutor disse ao tio que ela estava mas era tísica, e que não durava muito, que nem escapava mesmo dêsse outono...

*
* *

Era pelo Natal. Iam ver-se os presépios onde o Deus-menino jaz, entre algodão, verduras e cascatas e lagos com patinhos, em palhinhas doiradas, entre a vaquinha generosa e a mula egoísta, — que naturalmente ali simboliza a nossa humanidade.

— Senhora, senhora!... — entrou gritando a criada Micas — está lá em baixo um porco que o sôr Joaquim da Pisca manda de presente ao sôr escrivão!...

— Sabes, filho? — Tens lá em baixo um presentinho, levanta-te, madraço! Anda ver, anda ver! Anda ver, depressa!...

Então o tabelião levantou-se, muito bem disposto, — cantarelhando a *Marselhesa*. E, por via da frieza da manhã, pausadamente, envergou o seu capote alentejano, feito pelo Valério.

No quintal estava, efectivamente, atado por um perna, um suíno pela certa de mais de sete arrôbas! À porta da travessa apinhavam-se a garotagem curiosa, indiscreta e as vizinhas cobiosas, linguareiras.

E o grande suíno lá estava, atado com uma liaça, prêso a uma argola do portão da adega. Já tinham ido chamar o compadre Pedro, que entrementes afiava a faca, para tratar da matança e dispôr na salgadeira as mantas do toicinho; e a Brites, do Calvário, para cuidar das morcelas e repartir as miudezas.

— Hei-de mandar o rabinho à Maria Antónia, coitada, que anda agora com grande fastio — disse a senhora.

Emquanto o tio Pedro acabava de amolar a faca de dois gumes, o bicho grunhia e olhava de lado. — O rabinho, enrolado em alfa lá estava, à espera, para a Maria Antónia, que bem saboroso o havia encontrar, coitada!

A garotada ansiava pela morte do animal, que parecia desconfiado, sempre a olhar de lado...

Deitado sôbre uma caixa de vindima, seguro por quatro homens, com o focinho bem apertado com uma corda, por causa das dúvidas, a faca do tio Pedro chegou-lhe ao coração. Sangrou que foi uma beleza: e a tia Brites, do Calvário, aparava o sangue e mexia-o, para logo, para a *rechina*, para as morcelas.

Na agonia, ainda êle não havia bem acabado os grunhidos sufocados, já tinham começado a tostá-lo com tojos a arder! Depois, raspam-no, abriam-no e penduraram-no de cabeça para baixo, suspenso pelo tendão de Aquiles. E ninguém teve pena dêle. Nem mesmo as criancinhas, que o Nazareno preferia tanto.

Entrava o sôr Prior, que vinha convidar o compadre para fazer favor de ir, à tardinha, ajudá-lo a comer uma lampreia, que as beatas do convento da Senhora dos Remédios lhe tinham mandado de presente.

— *Ecce agnus Dei!*... — disse irónico o sr. Prior, em tom litúrgico, designando a prêsa.

— Nós cá os da justiça... — retorquiu o sôr Escrivão com um sorriso fino, impregnado de modéstia.

— Que grande bácoro, ó compadre!

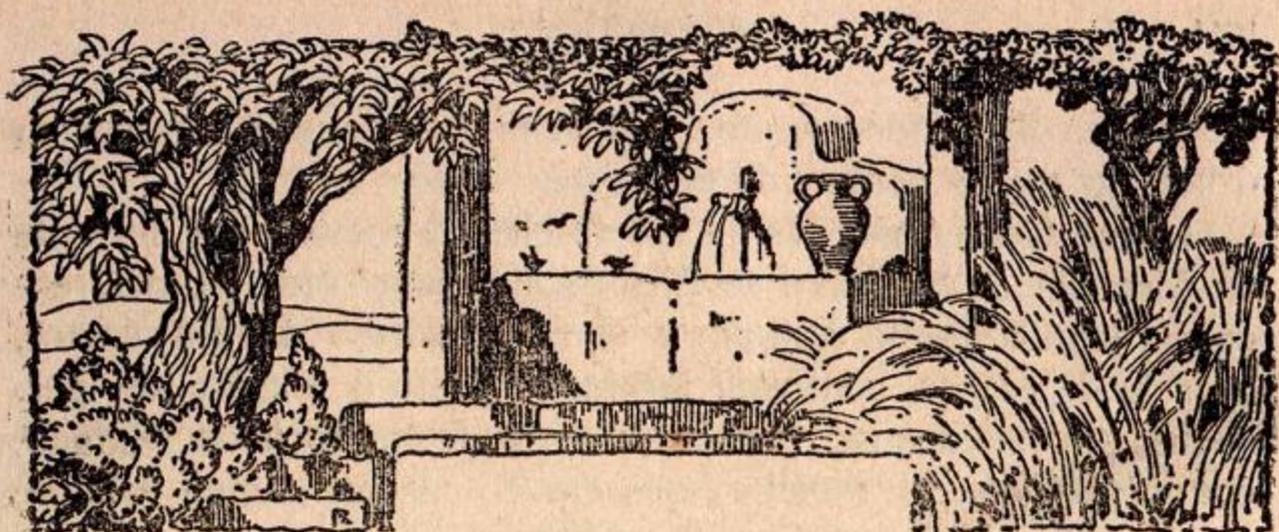
— A modos que é uma porca...

— É uma marrã, é! — certificou o tio Pedro, limpando o sangue da faca de dois gumes. — Pesa mais de oito arrôbas.

— Ó Brites! — vai lá buscar a balança romana! — ordenou o tabelião.

.....
E de mais a mais, cara como estava naquele ano a carne de porco...

A. M. RITA MARTINS.



Latino Coelho ⁽¹⁾

No dia 29 do mês passado, pela meia hora da manhã, faleceu na vila de Sintra, para onde costumava ir todos os verões, o grande sábio e grande homem de letras José Maria Latino Coelho, general de engenheiros, ministro de Estado honorário, lente de mineralogia na Escola Politécnica, secretário geral da Academia Rial das Ciências.

Postas as tréguas em roda do seu túmulo, a imprensa portuguesa deplorou o infausto acontecimento como uma verdadeira perda nacional, e sagrou o nome de Latino Coelho, como um daqueles que a história há-de transmitir com maior brilho às futuras gerações.

Já se vê pois que é difícil — e ainda que fôsse fácil, não seria tão grande a minha pretensão — acrescentar alguma coisa ao muito que dêle escreveram amigos e correligionários, competidores e antagonistas; mas filho de um país cuja língua foi em suas mãos o echo moderno das vozes de Vieira e Frei Luiz de Souza, educado na Escola Politécnica, onde se professam as matemáticas puras e as sciências naturais, não posso deixar de consagrar esta crónica à memória do prosador exímio, do grande artista da palavra, e do sábio para quem as matemáticas, segundo a sua própria frase, eram uma das mais gratas volup-

(1) Publicando este artigo, quasi inédito, e escripto logo depois da morte de Latino Coelho, a *Atlantida* presta homenagem à memoria do grande português, que o illustre escritor brasileiro José Antonio de Freitas, sócio da Academia de Sciencias de Lisboa, tão proficientemente analisa no seu magnifico estudo.

tuosidades do entendimento, e as sciências naturais alargavam o homem até os confins do universo.

Latino Coelho morava no rés-do-chão de uma casa defronte da Alameda de S. Pedro de Alcântara. Quem vem da rua, encontra logo à direita uma porta que dá ingresso à ante-câmara, ou sala de espera, com uma janela de peitoril munida de persianas, e comunicando por outra porta, fronteira à da entrada, com o gabinete de trabalho, que era ao mesmo tempo sala de visitas. São os dous únicos aposentos que conheci, e de que vou dar uma ligeira descrição.

Da janela da ante-câmara e das duas, que tem a sala contígua, avista-se o castelo de S. Jorge, a Graça, a Senhora do Monte; mas a alegria dêste formoso panorama, quando as colinas se douram, e um docel de safira cobre toda a cidade, contrasta salientemente com o aspecto carregado e tristonho da habitação, onde não entra no inverno um raio de sol.

Não se pode imaginar cousa mais simples do que a decoração da casa de Latino Coelho. No chão uma alcatifa modesta; na janela uma cortina de juta; seis cadeiras de palha; uma pequena mesa tendo em cima o busto em gêsso do bispo de Viseu, e, pendentes das paredes, duas cartas geográficas e três fotografias emolduradas em madeira. Eis a que se reduzia a mobília da sala de espera.

O escritório não destoava desta simplicidade. Tapete igual ao da ante-câmara; nas janelas cortinas brancas; nas portas reposteiros de juta; sofá e um jôgo de doze cadeiras; mais duas cadeiras de couro com pregaria amarela. Sôbre o fogão um relógio representando Ceres, e um modestíssimo candieiro de petróleo. Quatro grandes armários com livros, duas gravuras e uma oleografia da Tôrre de Belém constituíam todo o adôrno das paredes. Alguns bordados feitos pelas irmãs cobriam as costas das cadeiras; e em vez de um famoso retrato a óleo, obra de algum artista célebre, havia em uma parede um exíguo caixilho dourado, guarnecendo a fotografia de Latino, colocada entre os retratos de José Estêvão e de um parente já falecido.

Na casa de Latino eram pois desconhecidas as elegâncias e comodidades, de que se rodeiam os grandes escritores modernos, cujas luzes de estilo, cuja complexidade de carácter revelam-se a todo o instante nos caprichos da mobília, nos arabescos entalhados em madeira, no matiz vário das tapeçarias, nos reca-

mos dos estofos, no primor dos esmaltes, e no brilho das faianças. Um móvel porem reflectia o enciclopedismo do seu talento. Era a mesa oval posta diante do sofá, onde a par dos *Estudos sôbre cristalografia* de Sohncke encontrava-se um manuscrito sôbre *Fortificação*, onde a *Carta Constitucional* estava junto da *Mecânica* de Finger, onde os cadernos de vocábulos extraídos da *Eufrosina* marcavam as páginas do *Nabab*, onde o Camões se acotovelava com Darwin, onde viviam promiscuamente Cícero e Molière, Haeckel e Cervantes, Renan e S. Paulo, Jeremias, o eterno pranto, Rabelais, o riso imortal.

Quando Latino se sentava defronte da tal mesa, e principiava a conversar, mostrando-se ao cabo de tudo, interessando-se pelas cousas mais insignificantes e mais elevadas, passando sem esforço de um assunto para outro, lançando sôbre todos êles uma luz vasta, prestando culto a Newton e Laplace, recitando versos do Dante e do Alfieri, contando casos sucedidos com Fontes Pereira de Melo, analisando o último artigo do Sr. Mariano de Carvalho, todos os que o escutavam não sabiam o que fôsse mais de admirar: se a graça indefinível da sua linguagem, se a circunstância de poder um corpo tão franzino alojar um espírito tão robusto.

Dizia Alexandre Herculano: «o Latino sabe tudo, e o que não sabe adivinha». Efectivamente assim era. A pessoa, que escreve estas linhas, teve a fortuna de ser seu discípulo na Escola Politécnica, e a exemplo de todos os outros alunos, saía sempre da aula pasmado daquele monte de sabedoria. Baixinho, muito magrinho, vestido primorosamente, trazendo na gravata um alfinete de brilhantes, sempre de luva calçada (o que bem mostram todos os seus escritos) Latino ia para a Escola de carruagem, acompanhado do irmão e de um amigo chamado Mesquita. Entrava para a aula, cumprimentava os discípulos com um sorriso muito amável, e dizia na sua voz de tenor abaritonado:

— Então... queiram sentar-se.

Sentavam-se todos. Latino traçava a perna, mostrando a meia de côr e o sapatinho de laço, pigarreava, cofiava os bandós, e agora o verás! «O objecto da nossa lição é tal». Expunha uma teoria, e criticava-a, e discordava da opinião de um russo acabado em *off*, de um italiano acabado em *ini*, os alemães, os franceses, os inglêses viam-se gregos com êle, e, tomando nas mãos um exemplar mineralógico, apontava-lhe as propriedades físi-

cas, escrevia na pedra a sua composição química em harmonia com a última palavra da sciência, e muitas vezes nas lições de cristalografia deduzia fórmulas matemáticas com uma rapidez e proficiência extraordinárias. Se o corpo era dos que só se encontram em uma região, lá vinha a descrição topográfica e geológica dessa região, os principais acontecimentos históricos a que tinha servido de palco, os nomes de seus filhos que mais se tinham ilustrado, citava prosadores, citava poetas, citava o demónio.

Estas fenomenais erudições só podem ser adquiridas com o auxílio de uma memória prodigiosa, e Latino tinha-a.

Conta-se que D. Antonio Alcalá Galliano, que foi ministro de Espanha em Lisboa, há vinte e cinco ou trinta anos, depois de ler com atenção uma página de qualquer livro, repetia-a de cór sem alteração de uma vírgula; e por isso dizia um dos secretários da legação: «*Se se extinguissen todas las bibliotecas del mundo, D. Antonio las reproduciria todas*».

Não afirmo de Latino Coelho a mesma espanholada, mas o que digo é que lia muito, lia com método, e retinha tudo quanto lia.

Um notável matemático português, descobriu, a poder de estudo, e de trabalho, certas propriedades comuns a certas curvas. Foi a casa de Latino oferecer-lhe as primícias das suas lucubrações, e radiantes de alegria sentaram-se os dous a libar as flôres do dx e do dy . Chegados ao fim, diz Latino muito naturalmente:

— Olha, Fulano, o trabalho é magnífico, e o processo muito engenhoso: mas as propriedades das curvas foram já descobertas há 2 ou 3 anos, pelo professor X. da universidade de tal. Aqui as tens.

E mostrou-as em um livro (1).

(1) O caso passou-se com o eminente professor de mecânica Francisco da Ponte Horta, que fizera um estudo sôbre as curvas do segundo grau. Francisco Horta foi no meu tempo um dos grandes luzeiros da Escola Politécnica, onde juntamente com êle brilhavam — que saudades! — João de Andrade Corvo, António de Serpa Pimentel, José Vicente Barbosa du Bocage, Antonio Augusto de Aguiar, Agostinho Vicente Lourenço, Mariano Cyrillo de Carvalho, Conde de Macedo, Luís de Almeida e Albuquerque e outros.

Daquêle raro conjunto de varões ilustres ainda vivem, felizmente, os Srs. Augusto José da Cunha, Adriano Augusto de Pina Vidal e A. Schiappa Monteiro.

Um distinto oficial de artilharia, o Sr. Maximiliano de Azevedo, colaborador de Latino Coelho na *História militar*, fez para o teatro do Príncipe Rial o *arreglo* de uma peça intitulada *Os jesuítas*. Representada a peça, lembrou-se alguém de censurar o Sr. M. de Azevedo por chamar várias vezes *ordem* à Companhia de Jesus. O escritor português, que não fizera mais do que empregar a expressão do original, perguntou ao Latino se era êrro dar aquela denominação à Companhia.

— Não senhor, acudiu êle. Na terceira parte do *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* há um texto do grande Mariana, em que êle chama à Companhia *ordem*.

Foi buscar o *Compêndio*, e mostrou o texto.

Outra de género diverso. A Escola Politécnica adquiriu em tempos uns modelos de madeira que tinham pertencido a um mineralogista português, falecido em Paris. Procedendo-se, anos depois, à feitura do catálogo do museu, nenhuma das pessoas encarregadas de o elaborar se lembrava do nome do mineralogista. Sabiam que o apelido era Monteiro, mas ignoravam o resto. Como fôsse necessário remexer uma enorme papelada para o saber, decidiram esperar que viesse o Latino, que por fôrça havia de lembrar-se. E, com efeito, apenas lho perguntaram, disse logo: «Francisco de Paula Monteiro».

* * *

Como escritor Latino Coelho foi sem dúvida um dos que mais honraram a literatura pátria, e os seus escritos são o perfeito modelo de prosa portuguesa.

Poucos o igualam na maneira de tecer a púrpura com que haja de vestir-se o pensamento. O seu *estilo* baseado na harmonia, na côr, e na simetria — os três elementos da beleza literária — satisfaz completamente a todas as condições do estilo moderno: é *significativo* e *sugestivo*; tem a *imagem* que ilumina e vivifica o objecto de que se fala — tem o *ritmo*, que dá uma energia particular à prosa de Pascal, de Rousseau, de Flaubert, de Zola, de Fr. Luís de Sousa, de Castilho, de Garrett, e de Camilo.

Fazendo notar que a prosa francesa se vai tornando cada vez mais poética sem todavia ressuscitar a linguagem de convenção que tanto agradava ao século dezassete e século dezoito; observando também que a mesma lei de evolução que a torna poética, torna a prosa ao mesmo tempo científica, escreve Guyau: «A

transformação de que falámos tem suas razões sociais. O estilo não é sómente o «homem», é a sociedade de uma época, é a nação e o século vistos através de uma individualidade. Ora as sociedades modernas estão submetidas a uma lei de complicação progressiva que se encontra em todas as manifestações sociais, incluindo a arte. Os sentimentos modernos transformados pelas ideas scientificas e filosoficas são cada vez mais complexos; a expressão dos sentimentos deve portanto carecer de meios mais numerosos e mais variados».

Á semelhança da música, a literatura torna-se cada vez mais erudita e mais harmónica, mais livre nas suas regras e mais vasta no domínio das suas applicações.

Precisa pois de uma língua rica e flexível, capaz de todos os tons e de todos os acentos. A prosa é o grande meio de comunicação social, é a alma de uma sociedade sob a sua forma mais immediata e mais sincera; deve por consequência resumir tudo em si, a sciência e as artes, e, de entre as artes, aquella que é por excelência a arte da simpatia e da emoção.

Tal era a prosa de Latino Coelho. Para o reconhecer, não é preciso mais do que ler no seu *Luís de Camões* os capítulos que se intitulam *Amores e desventuras* e *D. Catarina de Ataíde*. São acabados modelos de prosa moderna, da prosa scientifica e poetica, em que a imagem fala aos olhos, o ritmo dirige-se aos ouvidos, e ambos fazem vibrar simpaticamente o espirito, e abalam o coração.

O mesmo se observa folheando qualquer dos seus numerosissimos escritos; e digo numerosissimos, porque, ao revés do que se afirma, Latino produziu muito. Percorrendo com os olhos a lista das suas obras, a maior parte da gente não considera no capital de tempo que elas representam. Quantos anos seriam necessários para conceber e dar à luz o grosso volume, que precede a tradução da *Oração da coroa*, de Demóstenes, e que mais parece o trabalho de uma academia, do que a obra de um académico?

Que tempo exigiram os três volumes da *História militar*, em que se encontra o estudo minucioso das épocas, o desenho dos caracteres, a explicação dos factos, e o restabelecimento de verdades, que andavam adulteradas? E os elogios academicos? e as biografias? e o livro sobre Vasco da Gama, cujo primeiro volume é um monumento de erudição? E o sem número de pedras

preciosas, que o delicado joalheiro encastou nas colunas dos jornais literários? Mas, ainda que Latino Coelho não tivesse deixado tudo isso, bastava a sua obra de jornalista para testemunhar a sua fecundidade, e para lhe dar um lugar proeminente entre os primeiros escritores contemporâneos.

Mr. de Sacy escreveu a respeito de si mesmo: «Durante toda a minha vida ainda não fiz outra cousa senão artigos de jornais e ainda não escrevi senão para um jornal, o *Jornal dos Debates*. Há 30 anos que trabalho para êle. Eis toda a minha história».

Escreveu artigos durante 30 anos, não escreveu mais nada, mas escreveu por tal forma, que a Academia Francesa recebeu-o no seu grémio, como há poucos anos recebeu J. Lemoinne, que também nunca foi senão um jornalista.

Pois Latino ficava ombro por ombro com os dous eminentes vultos da imprensa parisiense. A sua colaboração diária no *Jornal do Commercio*, na *Revolução de Setembro* e em vários outros jornais, daria volumes e volumes sôbre direito público, sôbre direito constitucional, sôbre questões militares e financeiras, sôbre todos os assuntos que nos últimos quarenta anos impressionaram o mundo em geral, e a sociedade portuguesa em especial. Colijam-se os artigos, faça-se a edição de todos êles, e ver-se-há então a qualidade e a quantidade de trabalho que deixou o honrado obreiro da civilização, que tão estreitas afinidades tinha com êsse outro sábio, Emílio Littré.

São, com efeito, muito íntimos os pontos de contacto entre os dois. Assim como Littré, a propósito dos animais fósseis, citava as homílias de S. Gregório Nazianzeno, assim também no concurso para a cadeira de zoologia da Escola Politécnica (em que foi provido o meu talentoso amigo Fernando Matoso dos Santos, que actualmente se acha no Rio de Janeiro) Latino Coelho citava Santo Agostinho a propósito da monera e do transformismo. Falando do calor da terra, Littré misturava Lucrecio com Lord Byron e a mãe dos Macabeus; Latino juntava Séneca e Victor Hugo, discorrendo sôbre a lei bela e simples da gravitação. Mas, para me não alongar em particularidades, notarei que ambos encontraram no estudo das sciências a mesma sublimidade e a mesma poesia; ambos admiraram com entusiasmo e escreveram com eloquência sôbre o génio de Humboldt; ambos deixaram os seus nomes vinculados aos dicionários das suas respectivas línguas; ambos conheceram tanto a fundo as transformações que,

como organismos vivos, experimentaram os seus idiomas pátrios, que Littré com uma correcção impecável traduzia cantos do Homero no francês de passados séculos, e Latino imitava com tamanha perfeição o estilo do Padre Vieira, que, intercalando um trecho da sua pena no sermão de Santa Catharina ou de uma das domingos da quaresma, era depois impossível conhecer os períodos do facundo jesuíta e os do inimitável panegirista do Camões.

Afóra êstes, Latino Coelho e Littré tiveram outros pontos de contacto mais invejáveis, a que me não é lícito deixar de referir-me: a religião da honra e o culto da família.

A intelligência, sendo um instrumento ao serviço da alma, tira grande parte do seu valor do ente moral que a emprega; e por isso, ainda que seja bela e forte, murcha e extingue-se quando a alma se avilta.

Mas, quando a um engenho privilegiado se reúne uma alma nobre e uma virtude imaculável, então a intelligência brilha como sol em céu limpo de núvens.

Isto que succedeu a Littré, succedeu também a Latino Coelho. O estudo foi a sua única distracção; a honra foi o primeiro dos seus deveres. Por êsse motivo, nas lutas mais acêsas da pena e da palavra ninguém pôs uma nódoa, ninguém lançou uma suspeita sequer sôbre a sua honra, que êle sempre manteve branca como leite, pura como os cristais cujo estudo tanto o namorava. De aqui proveio a sua autoridade na imprensa, no parlamento, no professorado, na academia, de aqui proveio até a usura com que os membros da sua família recompensavam os extremos da sua fraterna dedicação.

Latino Coelho, nos últimos tempos, vivia completamente segregado do mundo. Meter o pé na sua casa era mais do que meter uma lança em África. Uma das grandes vitórias que tenho alcançado, foi conseguir de um dia para o outro, que êle recebesse o malogrado Silva Jardim, que desejava muito conhecê-lo; mas para isso foi necessário escrever-lhe uma carta, pedindo com instância que marcasse hora, e dizendo que eu próprio iria buscar a resposta, porque Silva Jardim partia para França no dia immediato. Marcou a hora, e disse-me depois com a requintada polidez que lhe era habitual: «Agradeço-lhe muito ter-me proporcionado o ensejo de conhecer um dos filhos mais illustres da República Brasileira».

Mas... continuemos. No convívio dos seus autores predilectos, e nos santos ócios da família cifrava-se todo o seu viver. Era um idolo dentro do seu lar. O José, antigo criado do Latino, era-lhe devotado e fiel, como um Terra Nova; as irmãs bebiam os ares por êle; e o Sr. Francisco Xavier Latino Coelho, um homem inteligente e ilustrado, levava a admiração e a estima ao ponto de fazer consistir a sua felicidade e o seu contentamento em viver em uma espécie de feudalismo intelectual, reconhecendo por suserano o irmão glorioso e amantíssimo.

Latino Coelho falava e escrevia quási todas as línguas europeias. Em quanto esteve no ministério (e cumpre dizer que foi o único homem prêso para ministro) aprendeu polaco, e persuadiu el-rei D. Luís a que estudasse russo.

Não tendo espaço para falar do orador e do humorista, limitar-me-hei a dizer que luziu no parlamento como estrêla de primeira grandeza, e que na leitura de Aristófanes, de Cervantes, de Rabelais, e de Swift, parece haver encontrado o segrêdo da sátira, que flagela os abusos, e que lhe saltava dos lábios ou da pena sibilando como setas agudas. Mas, até nesse género, nunca se desmandou, nunca proferiu ou escreveu um plebeísmo.

Os leitores talvez estranhem que eu, contra os meus hábitos, tivesse consagrado uma crónica inteira ao mesmo assunto; mas eu lhes digo. Vendo desaparecer para sempre o homem de letras, cujo estilo foi feito de todas as harmonias que lhe deliciaram os ouvidos, e de todas as côres que lhe impressionaram a retina, era minha obrigação, como filho de um país onde se escreve e se fala a mesma língua, que êle falou e escreveu com tanto apuro, rememorar aos meus compatriotas as suas virtudes e os seus merecimentos. Porê m há mais. Eu que, como particular, devi a Latino Coelho finezas que nunca hei-de esquecer; eu que, como brasileiro, serei etermanente grato à sua memória, pelo muito que êle queria ao meu Brasil, não podia deixar de render-lhe a minha modesta homenagem, na ocasião em que o seu espírito luminoso e justo subiu à pátria comum da luz e da justiça.

JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

Espectros

Acorda! é tempo! O sol, já alto e pleno,
Afugentou as larvas tumulares . . .

ANTERO DE QUENTAL.

Os fantasmas das sombras são mais cruéis do
que as cruéis realidades do dia.

ALEXANDRE HERCULANO.

— «Pendo a crer — diz Madame Alving nos *Espectros*, de Ibsen, — que todos nós somos espectros. Não é sómente o sangue de nossos pais que em nós corre, é ainda uma espécie de idea desfeita, uma espécie de crença morta, e tudo mais que de aí se segue. São coisas que não vivem, mas que nem por isso deixam de estar presentes em nós mesmos, e de que nunca conseguimos libertar-nos. Se tomo um jornal e começo a ler, vejo logo fantasmas levantando-se dentre as linhas . . . Parece-me que a terra está cheia de espectros, e que são tantos como os grãos de areia no oceano. E depois, temos um mêdo tão miserável da luz, todos nós!»

Para mim, está aqui a chave de todo o drama: a doença hereditária de Osvaldo é simplesmente o símbolo, a representação material dessas crenças mortas, dêsse formalismo estereotipado, dessas mentiras convencionais que se criaram em outras épocas, que tiveram nelas a razão de ser, e que hoje se mantem sobretudo pela insinceridade de todos nós, pela fraqueza das consciências encarnada no pastor Manders. O tema real da peça não é a doença hereditária de um indivíduo: são as doenças hereditárias da sociedade. ¿Porque foi um acúmulo de angústias a vida conjugal de Madame Alving? Porque o casamento de conveniência (um espectro) agenciado pela família sob a tirania de costu-

mes velhos (outros espectros) e que ela aceita por sujeição a um falso dever de obediência (ainda um espectro) sendo um acervo de mentiras desatou-se em frutos de mentira; porque a alegria de viver («a mesma coisa afinal do que a alegria de trabalhar», diz Osvaldo) e a exuberância da vida do marido foi abafada, desviada, e por último pervertida, pelo ambiente social saturado de falsidades; porque a educação de Madame Alving e dos amigos de seu marido, — como a de todos nós, não é verdade? — redundou na sistemática imposição de uma tirania de Fantasmas.

A tirania dos Fantasmas: em grande, na moral e nas doutrinas, na política e nas instituições, ela morde no nosso espírito através da história mal compreendida, que nos impõe o apreço absoluto de sentimentos, de factos, de personalidades endeusadas (há que séculos!) por homens cujas ideas e sentimentos se descasam inteiramente das condições da vida de hoje, mas cujos juízos continuamos a aceitar como prestantes para todo o sempre, reportando-lhes valores absolutos para muito além da sua época; revela-se na incongruência histriónica entre aquilo que imitamos e o que somos no nosso íntimo, entre a quotidiana realidade e os moldes históricos empalhados. Em público ostentamos atitudes que teem sua raiz e razão de ser no ambiente social dos Afonsinhos, ou mesmo na idea que dele fazia — e nos transmitiu — um frade escritor do século XVII. Encofram-nos na história para surgir dela à luz do dia como uma garrafa de Pôrto velho, sujos de poeira e de teias de aranha: por isso para a maioria dos humanos que sabem ler e escrever todo o herói vetusto é um figurino eterno, toda a façanha é um absoluto, e todos os factos decorridos são igualmente factos históricos. Histórico, — todo o passado? Mil vezes não, senhor arqueólogo: um facto define-se pela sua função no fluxo de vida em que actuou, e a história só é viva quando os sucessos são considerados em relação àquilo que veio depois, e ordenados por conseguinte numa série processual, como agentes de transformação e como factores de desenvolvimento da consciência da humanidade. Só são históricos portanto os factos que tiveram qualquer efeito no espírito humano sobrevivendo, e a sua historicidade é a sua função humanizadora, a sua energia de progressão, a sua capacidade de servir de degrau à ascensão futura da humanidade. Os outros são auxiliares para o estudo dos primeiros, — ou

entretenimento para caturras. Por isso uma acção é tanto mais histórica quanto maiormente cooperou para tornar obsoletas as ideas, os sentimentos e as personagens da sua época, quanto menos quantidade de presente e de passado e maior quantidade de futuro em si conteve. Tanto o tradicionalismo como o revolucionarismo de bota-abaixo — êsses dois eternos inimigos do verdadeiro revolucionário — traem a história e a condenam. Criando se destroi o que é caduco: «botar abaixo» é sufocar os germes de renovação sob as ruínas com que se cobre a terra, e prolongar os alentos da vida velha sob falsos aspectos de vida nova; refluir para um passado reverte em negar-lhe valor histórico, em julgá-lo incapaz de ter feito o presente menos passado do que êle próprio, e de haver servido de degrau às gerações subsequentes¹. O passado valeu pelo que se negou — afirmando o futuro. São portanto os sucessos posteriores que nos revelam o significado de um facto histórico real; o presente e o porvir julgam e valorizam o passado, e a altura de um herói é a porção de verdadeira actualidade que a sua idea conservará para as épocas porvindouras. Por isso a representação de um facto histórico se metamorfoseia com as gerações, porque à medida que o tempo corre é que preluzimos o auroral de cada noite que passou. Factos retumbantes houve, mas estéreis, que continuaram a empachar a história com a sua nulidade barulhenta; outros de que não suspeitamos o significado, porque só factos posteriores o revelarão. A quasi todos os não vemos como um factor de desenvolvimento, mas como uma pedra inerte, uma coisa em si, uma estátua morta. Estes factores vivos de um momento que empedramos em absolutos cadaverizados na eternidade — são os fantasmas que nos tiranizam; são as «larvas tumulares»; — são os Espectros.

Um exemplo da história da educação:

Na época do Renascimento, como sabeis (em virtude de condições especiais que não é necessário relembrar) o estudo do latim e dos escritores clássicos volveu-se o objecto da cultura, o principalíssimo instrumento do intercurso social. Imitar os latinos

¹ Sobre a mania tradicionalista, releiam-se as críticas que lhe faz Herculano em *Solemnia Verba* (p. 109-117 na ed. de 1907).

foi a regra, e o discurso latino um ornamento de todos os actos da comunidade. O funcionário que tomava posse ouvia ou dizia um discurso latino sôbre os deveres do seu cargo, e os próprios *condottieri* eram arrazoados ciceroneamente pelo secretário de Estado diante do povo de Florença. O latinista declamava no templo a oração fúnebre, pronunciava o discurso nas festas dos santos, na investidura dos bispos, nas primeiras missas, nos casamentos, nos enterros. Eram modelos no discurso Tito Lívio e Cícero; Cícero e Plínio o moço na correspondência. Carteavam-se as pessoas em latim, presenteavam-se entre si com dissertações latinas, e as personagens conhecidas escreviam para o público em latim. Coligiram-se para os menos doutos formulários de epístolas latinas; as famosas *Elegantiaë linguæ latinæ* de Lourenço Valla são uma colecção de belas frases, expressões escolhidas, movimentos oratórios, e de conselhos sôbre o emprego de cada palavra, boleio de frase ou figura de estilística. Chegou-se a termos de só admitir Cícero como impecável, e Bembo e seus amigos não se compadeciam com usar palavra que não figurasse nesse autor. No seu tempo, o renome de Petrarca não lhe veio da parte da sua obra que hoje conhecemos e admiramos, mas dos seus escritos em latim, e Æneas Sylvius deveu o pontificado ao seu talento de orador latino.

O conhecimento da latinidade era portanto indispensável como hoje ler e escrever; era uma prática comum, uma capacidade vulgar, um instrumento quotidiano, uma necessidade vital. Por isso foi procurado por toda a parte como um apetrechamento exigido pelas condições daquela época, ou como um meio naquela época indispensável para a vida do pensamento. A esta procura, necessária, indispensável, espontânea, verdadeira, correspondeu uma oferta não menos necessária: o gymnásio humanista, que a realizou, não teve nada de fictício: ressurtiu duma realidade; era um meio para a satisfação duma exigência primacial. Depois a vida humana evolucionou, vieram outros interêsses, necessidades e instrumentos: e se é certo que novas matérias a ensinar se foram sobrepondo às primitivas (como meios consentâneos às novas exigências intelectuais ou ao fornecimento de novos métodos e utensílios de trabalho) a estrutura contudo ficou a mesma, a humanista, quando a sociedade o já não era, e nunca mais a escola secundária foi uma realidade social; nunca mais um instrumento adequado. O que era um meio tornou-se um fim;

arbitrário, fantasmagórico; deixou a oferta de satisfazer a uma procura, e a ferramenta antiga aparece-nos agora como um Espectro, como um arcabuz obsoleto renitente ao asilo de um museu.

Olhai em tórno de vós a sociedade. Não há ninguém a falar latim; há a oficina e o escritório, o capitalismo e a grande indústria, a democracia e o município, a cooperativa e o sindicato, o movimento operário e o socialismo, o mercado mundial e a concorrência, o livre-cambismo e o proteccionismo, o direito internacional e o pacifismo, — e outras realidades, instituições e problemas dominantes que substituíram a frase latina nas preocupações da gente culta, *que criaram problemas morais novos*, e de que não só nos ocupamos particularmente por interêsse privado e profissional, mas sôbre que votamos como cidadãos. Porque — e eis uma diferença fundamental que a nossa escola desconhece — os homens já não são vassallos mudos de um govêrno que os não consulta (como quando se fundou o liceu humanista), mas participantes da governação chamados ao meneio quotidiano de tais instituições e de tais problemas. Perante esta inteira renovação dos problemas concretos da moral, pouco valem à educação os antigos preceitos dos moralistas, desde Epicuro a Marco Aurélio, ou os exemplos abstractos e sedícios de quaisquer heróis plutarquianos; carece-se de habituar a juventude à acção moral de todos os dias, numa sociedade semelhante às adultas *actuais*.

Vimos o que há na sociedade. Mas

Para além do universo luminoso,
Cheio de formas, de rumor, de lida,
De fôrças, de desejos e de vida,
Abre-se como um vácuo tenebroso.

A onda dêsse mar tumultuoso
Vem ali expirar, esmaecida...
Numa imobilidade indefinida
Expira ali o ser, inerte, ocioso...

O poeta descreveu assim o Nirvana, o céu da sabedoria oriental; mas nós, os do Ocidente, realizamos o Nirvana no liceu:

Abre-se como um vácuo tenebroso:
Numa imobilidade indefinida
Termina ali o ser, inerte, ocioso ..

O universo das escolas é um andaime de abstracções: nada «de formas, de rumor, de lida». Não espereis encontrar nelas o que encontrais na sociedade: comparai as preocupações da sociedade com as lições do professor, a actividade do mundo real com a actividade estudantil, um problema da vida adulta com um problema discutido em aulas, — e vereis que os dois mundos se não correlatam. Educar uma criança enviando-a à nossa escola é como preparar um automobilista metendo-o no museu dos côches riais. O mestre pressupõe que o aluno não viverá da vida de hoje, não terá parte numa emprêsa, não se empregará num mester usual, não será operário nem patrão, nem individualista nem socialista, nem cidadão, nem munícipe, nem vereador, nem cousa nenhuma; não colaborará, finalmente, em alguma instituição da actualidade, nem intervirá nos graves problemas que se impõem à nossa época. — Num comunismo burocrático (dizeis vós) a escola supõe implicitamente que o aluno será um funcionário. — É certo, mas isso mesmo espectralmente, como se os despachos das alfândegas fôsem teses de abstracções redigidas em latim clássico. Parece que o primeiro cuidado do educador devia ser investigar e definir, tanto quanto possível, as necessidades fundamentais da sociedade contemporânea e dos indivíduos desta sociedade, e depois analisá-las para estatuir por que métodos seriam satisfeitas pelo trabalho educativo, de maneira que na escola se reproduzissem os problemas da sociedade. A êste exame seguir-se-ia uma reforma do *espírito* escolar, não segundo um ideal abstracto de eruditos enciclopédicos ou de revolucionários efervescentes, mas segundo as reais necessidades do desenvolvimento social. Se assim não sucede, e os programas são uma oferta de conhecimentos que a sociedade não procura e de soluções que não exige, é porque as instituições (sem embargo dos rebocos exteriores) se fossilizam no seu espírito enquanto a vida se transforma; se a escola não reproduz a vida de hoje é porque segue fabricando em suas aulas, conscienciosamente, sócios para a Academia dos Singulares e súbditos para o senhor D. João V; porque foi instituída para isso antigamente e não mudou; porque é a jangada de um navio naufragado há muito tempo, cheia de espectros de humanistas como uma carcassa de Fantasmas.

Espectros são os objectos de instrução e os processos de instruir, a atitude do discípulo e o doutorismo do professor, a maneira de julgar e os sentimentos inculcados. Se o historiador se

insinua no passado pela experiência do presente, o professor inocula no presente o defuntismo do passado; um embebe-se da vida de hoje e por isso logra ressuscitar os mortos; o outro vive dela tão diminuto que alcança por fim cadaverizar o vivo. Aliás não admira, desde que o professor é exactamente o enclausurado da nossa época, o produto mais acabado do ambiente universitário, que não saiu do seu claustro um só momento para o *struggle-for-life* da grande arena. Para pilotar os jovens no vasto mundo — escolhemos cenobitas.

Ora mesmo supondo-lhes os talentos de pensadores ensimesmados (muito diferentes, aliás, dos necessários ao mestre escola) note-se que a solidão cogitativa só lhes seria útil e fecunda quando a abordassem já munidos de larga experiência a meditar, de um sólido alimento-realidade sôbre que exercer o suco gástrico: de contrário elaboram no vazio e espectralizam o organismo, — o que há de pior para educadores. Ainda aqui o teatro de Ibsen nos dá uma nota característica: Norá, na *Casa de Boneca*, decide fugir e isolar-se para saudar os enigmas que lhe apresentou uma dura experiência conjugal: é o problema educativo *depois da experiência*. Pois não foi assim que fez Descartes? «Et me résolvant de ne chercher plus d'autre science que celle qui se pourrait trouver en moi-même ou bien dans le grand livre du monde, j'employai le reste de ma jeunesse à voyager, à voir des cours et des armées, à frequenter des gens de diverses humeurs et conditions, à recueillir diverses expériences. . . Car il me semblait que je pourrais rencontrer beaucoup plus de vérité dans les raisonnements que chacun fait touchant les affaires que lui importent, et dont l'évènement le doit punir bientôt après s'il a mal jugé, que dans ceux que fait un homme de lettres dans son cabinet, touchant des spéculations qui ne produisent aucun effet, et qui ne lui sont d'autre conséquence, sinon que peut-être il en tirera d'autant plus de vanité qu'elles seront plus éloignées du sens commun. . .» E como «pendant que je ne faisais que considérer les mœurs des autres hommes je n'y trouvais guère de quoi m'assurer, et que j'y remarquais quasi autant de diversité que j'avais fait auparavant entre les opinions des philosophes», — ei-lo que se decide a sujeitar tudo à sua «dúvida metódica», que outra coisa não é, ao cabo de contas, senão o recurso para a realidade contra toda a espécie de Fantasmas.

Ora, a grande caverna dos Fantasmas é o Estado, — espectro que de espectros se alimenta e onde se geram tantos espectros, desde a superstição legislativa até ao patriotismo agressivo e místico. O Estado impõe-nos o seu próprio culto, o do Passado e o da Raça, — outro fantasma a que se abraçam, por instinto, todos os adoradores da Autoridade. Ainda recentemente denunciava Liebkecht no Reichstag o crime de o Estado usar a escola para impôr o seu culto e determinada política: «Há anos que nas escolas superiores se inoculava o ódio à Inglaterra. Que temas se davam aos rapazes? Os de artigo de fundo patriótico». ¿Pois não foi êste papel de servidor do Estado que o Kaiser assinou à escola alemã no seu célebre discurso sôbre a instrução pública? «Os colégios e as universidades deviam ter instruído a geração nova de maneira que a juventude da minha idade tivesse já preparados os utensílios com que eu pudesse trabalhar no Estado, a fim de me tornar mais rápidamente senhor do movimento»; e a diante: «careço de soldados; cumpre aplicar às escolas superiores a organização dos institutos de educação militar, das nossas Escolas de Cadetes»; e finalmente, «se a escola houvesse feito o seu dever, ela teria, antes de tudo, travado o duelo com a democracia...»

Eis aí está: travar o duelo com a democracia. Não se riam, porêm, os pseudo-democráticos «latinos». Como escreveu o comentador francês dêste discurso, «é exactamente o mesmo que dizia em França a minoria actual quando estava no poder; a maioria proclamava: travar o duelo com os monárquicos e os clericais. É sempre a mesmíssima fórmula nos diversos partidos e nos dois países: tornar a escola e a instrução pública um instrumento de dominação política... O imperador da Alemanha tratou a escola como o nosso govêrno, e soberanamente, à prussiana, como nós a tratámos soberanamente, à jacobina, por isso que estas duas maneiras são essencialmente idênticas». Quer o estadismo da Alemanha, quer o estadismo dos franceses (monárquico um, jacobino o outro) procedem da falta de respeito pela consciência individual, e da ausência daquele temperamento de razoabilidade que caracteriza o inglês. Confessemos que é êste, e não a França — por gratos que sejamos às suas teorias e à generosidade dos seus intentos — o verdadeiro representante do espírito do futuro.

Estadismo monárquico e estadismo jacobino escravizam a educação aos espectros do absolutismo, e divorciam-na das con-

dições da sociedade do nosso tempo. A guerra actual o está revelando: porque se o povo alemão, visto de longe, nos parece um bloco homogeneíssimo identificado com a educação imperial, mais de perto rastreamos os filões que nêle raiou tímidamente o jóven espírito que trabalha o mundo. Conforme notou Romain Rolland, os «intelectuais» que fanfarream aos quatro ventos com estridências belicosas são os homens do Passado, a velha guarda das Academias e das Hochschulen, os literatos, artistas e cientistas consagrados; enquanto os representantes da juventude, se é certo que também se deixaram a princípio contaminar do guerreirismo, logo exorcismaram os seus Espectros ao contacto da realidade. É o que sucedeu com tantos moços escritores, como Fritz von Unruhe, Andrea Farm, Ludwig Mark, Dr. Owglass, Hermann Hesse, Franz Wefel. «Sê bom, sê bom», exorta um dêles: «a ternura é sabedoria, a doçura é razão». Fritz von Unruhe, que se alistara ululando: «A Paris, a Paris!», já em Setembro no Aisne compunha a poesia *O Cordeiro*: «Cordeiro de Deus, vi o teu olhar dolorido... Traze-nos a paz e o repouso, guia-nos depressa ao céu do amor!» No poema dramático *Vor den Entscheidung (antes da decisão)* em que notou as suas impressões e transformação moral, desenrola scenas repugnantes de guerra, as trincheiras lamacentas e sangrentas em que os soldados morrem com imprecações, os oficiais a embebedar-se com champanha à volta de um morteiro 42, para se atordoarem até caírem, arrasados de fadiga... Naquela primeira scena diz um soldado:

Lá longe êles riem,
Festejam as vitórias...
Matam-nos como gado no matadouro
E dizem: «É a guerra!...»
E no fim os espertalhões
Festejar-nos-hão durante três anos
Mas quando o primeiro inválido encanecer
Já troçarão dos seus cabelos brancos...

E o combatente horrorizado cai de joelhos e reza:

Tu que dás a vida, tu que a tomas,
Como te havemos de reconhecer?
Nas trincheiras juncadas de corpos mutilados não te encontro...
Não chega a ti o grito horrível dos milhares de homens
Sufocados pela morte?

Outro poeta, que a princípio cantara também a guerra, e também combatente, anota pouco depois no manuscrito dos seus versos bélicos: «Escrito na embriaguez das primeiras semanas. A embriaguez passou, ficou a fôrça; retomaremos a posse de nós mesmos e amar-nos-hemos».

Esta mesma observação não desdiz nas revistas: enquanto as velhas e consagradas paparroteiam de carnífaces, a pluralidade das dos jóvens mostram-se dignas do nosso tempo: a *Die Aktion*, de Berlim, azorraga os cantores do chauvinismo, publica traduções de poetas franceses, reproduz os painéis da escola francesa e editou um número especial consagrado a Péguy, «deplorando a morte dêste grande homem, como um dos nossos»; a *Die Weissen Blätter* reapareceu em Janeiro de 1915 depois de quatro meses de interrupção, declarando-se «disposta a começar a reconstrução no meio da guerra, e a concorrer para que se prepare a vitória do espírito» num momento em que a «comunidade europeia parece destruída».

De todos os jóvens escritores que assim propugnam o ideal humano no meio da abdicação universal, o mais decidido, eloquente e arrojado foi Guilherme Herzog, o director da *Forum* de Munich. A despeito das talas da censura o seu braço nervoso foi certo, jogando o venábulo aos 93 «que se julgam Ajaces porque zurram mais alto», aos políticos à Hæckel que repartem o mundo, aos bardos patriotas doestadores do inimigo, aos Ostwalds, aos Lassons, aos universitários, aos fanfarrões, e a êsse monstruoso Tomás Mann contra quem defendeu a França, a sua civilização, o seu exército. O mais interessante é que a *Forum* era lida nas trincheiras, e recebia de lá aprovações... Era, não o é: porque o Estado, guarda do patriotismo defuntista — suprimiu-a.

Mas onde a luta da consciência de hoje com os fogos-fátuos do cemitério histórico se revela trágica e significativa é na correspondência de alguns combatentes. Há meses escrevia Förster para a *Nova Gazeta de Zurich*, a propósito de um matamoios senhor Høensbroek: «Convencei-vos de que o nacionalismo estreito dêste senhor pertence a uma geração que verá o seu papel terminado depois da guerra. Disse com razão Romain Rolland que o pensamento europeu se encontra hoje nas fronteiras e que os «intelectuais» que parolam por detrás delas não são os seus verdadeiros representantes. Cada vez eu vejo mais, pelas cartas dos

soldados e dos oficiais em campanha, que da guerra nos voltará uma Alemanha muito diferente daquela que lhes apresentou a prosa do snr. Høensbroek. Exprime-se nela constantemente a esperança de que depois da luta será possível reconciliar a França e a Alemanha . . . »

Pouco se conhece por enquanto dessas cartas. Das que saíram publicadas, retenhamos como amostra algumas passagens características. Eis, por exemplo, o que diz um soldado alemão a um professor suíço :

20 de Setembro

«Escreve-me um amigo: «Dê-nos Deus a paz bem depressa! Se me fôr concedido continuar entre os vivos, dedicarei todas as minhas fôrças a tirar desta guerra um capital moral para o bem da humanidade e da cristandade, para quem, durante 2:000 anos, o cristianismo foi letra morta. Dedicar-me-hei inteiramente ao pacifismo. . . »

«Outro amigo escreve-me: «A 20 e 25 de Agosto tomei parte em duas grandes batalhas. Desde então soffro moralmente até ao esgotamento completo, físico e psíquico. A minha alma não encontra repouso . . . Procuro um apoio num mundo superior ao nosso. As relações entre os povos parecem-me impregnadas de bestialidade. Esta guerra revela quanto de bruto existe ainda no homem, e tal revelação nos fará dar um grande passo para fora da animalidade. E o que nós ganharmos para a Alemanha, todo o género humano o aproveitará».

17 de Dezembro

«O desejo da paz é intenso em nós — em todos pelo menos que se encontram na frente, obrigados a assassinar e a deixar assassinar. Os jornais falam outra linguagem. Segundo êles dizem, «a custo se consegue moderar o ardor dos combatentes», etc., etc. Pois dizendo-o mentem, consciente ou inconscientemente. X, em um dos seus últimos sermões, combate «a lenda que pretende que o ardor guerreiro vai esfriando». Êle deve-o saber, que nos conhece melhor do que nós mesmos. Não podem calcular quanto êsses palavriados nos indignam!...»

Os entusiastas da guerra que venham, porque aprenderão a calar-se . . . »

Mais valiosas ainda são as cartas do Dr. A. Klein, professor da Oberrealschule de Giessen e tenente da Landwehr, morto na Champanha a 12 de Fevereiro. Numa delas escrevia :

« Ah ! caros amigos, quem está aqui não fala tão complacentemente de morrer, de sacrifício, de vitória como aqueles que por detrás de nós tocam os sinos, declamam discursos e redigem os jornais. Quem está aqui resigna-se como pode à dura necessidade do sofrimento e da morte, se tal fôr o seu destino ; mas sabe, vê que nobres sacrifícios, que inúmeros sacrifícios foram já realizados, e que já temos destruição de mais, tanto do nosso lado como do outro. Precisamente quando se deve, como eu, encarar o sofrimento, *sentimos que alguma coisa nos une com os que estão defronte de nós, do outro lado* (e que também vos une a êles, meus caros, pois não é verdade ?). Se voltar de aqui (o que já quasi não espero) o meu mais caro dever será mergulhar no estudo do pensamento dos que foram nossos inimigos. Quero reconstruir o meu ser sôbre uma base mais larga. E creio que depois desta guerra será muito menos difficil ser humano ».

Em outra narrava êle o seu encontro com um prisioneiro francês :

« Ontem à noite passei por uma comoção extraordinária. Tive ocasião de ver um transporte de prisioneiros, e conversei com um dêles, um colega professor de filologia antiga no colégio de F . . . Homem tão aberto, tão inteligente, de tão bela figura militar, como todos os seus companheiros, apesar de terem acabado de passar por uma prova terrível — o fogo das metralhadoras . . . Foi para mim uma demonstração do absurdo da guerra. Pensei como gostaria de ser amigo dêsses homens, tão próximos de nós pela educação, pela maneira de viver, pelos pensamentos e pelos interêsses. Pusemo-nos a

conversar acêrca de um livro sôbre Rousseau e discutimos como dois velhos filólogos . . . Como somos semelhantes em fôrça e valor! E que mentiras nos impingem os jornais sôbre as tropas francesas cansadas e esgotadas! Tão verdadeiro, tão pouco verdadeiro como o que dizem os jornais franceses a nosso respeito. O colega francês demonstrava na sua conversa um espírito tão reflectido, tanta compreensão e estima pelo espírito alemão! Seremos assim feitos para amigos, e vermo-nos obrigados a conservar-nos desunidos! . . . Senti-me desnorteado, aniquilado, meditei, meditei . . . E não pude sair do meu enleio por mais sofismas a que recorresse. Nenhum fim, nenhum fim para esta guerra, que há seis meses devora homens, fortunas, felicidade! . . .»

¿ Que diremos nós a tudo isto, se ainda não afogámos a consciência debaixo das águas paludosas do Arranjavidismo e da Insinceridade? Diremos que a mentira senhoreia o mundo, e que todos nós somos *históricos*: «Não é só o sangue dos nossos avós que em nós corre, mas todas as ideas desfeitas, e as crenças mortas, e toda a geração das crenças mortas, — essas coisas que não vivem mas que nos dominam, e das quais não vingamos libertar-nos». Contra êsses Espectros se batem hoje todas as verdadeiras consciências: a Fatalidade da tragédia é a tirania do Passado, com suas ideas de cadáver e seus corruptos sentimentos. Se deixaram de nos sopear as necessidades primitivas que impeliam os povos a bater-se, sujeitamo-nos aos fantasmas das ideas que na antiga luta se geraram. As fronteiras económicas perduram e mantem os povos em antagonismo para que milhões de homens vivam mal em holocausto a uma quimera, e o exclusivismo nacionalista é um fogaréu inquisitorial soprado para lucro duma minoria: no poste dos condenados agoniza a Humanidade; e acima de todos, num palanque, com o seu gládio e diadema ou o seu lustroso chapéu alto — ri sua magestade el-rei Sancho. O Estado, que nasceu da guerra, sustenta-se pela guerra e perpetua a guerra.

Que nasceu da guerra. Com efeito, nas pequenas sociedades rudimentares que puderam esquivar-se de conflitos por motivos especiais, não aparece o mastodonte a que chamamos governação. Nas outras a autoridade, temporariamente reconhecida como che-

fatura numa guerra, expande-se e fortalece-se à proporção dos actos de conquista, e quanto mais agressiva com os estrangeiros mais tirânica se revela com os seus próprios nacionais. Estabelece-se desta forma um férreo circuito de prepotências: a força exterior acrescenta a interna, e a necessidade de dominar os súbditos cria um organismo militar e a guerra exterior que o justifica. Uma vez instituído pela guerra, o Estado domina como «a ficção por meio da qual toda gente quer viver à custa de toda gente», segundo a definição de Bastiat. Em torno dêsse Moloc turbilhonam em suas rondas os fantasmas dionisíacos do Patriotismo arqueológico, tonitruante e palavroso. «Imitemos os avoengos!» — quer dizer, renovemos as proezas do velho Estado, para maior lucro dos hierofantes que guardam as chaves do paiol dos géneros. Pela idea da hegemonia sôbre o estrangeiro os pastores distraem o rebanho da realidade da grilheta; persuadem-no da necessidade do Estadismo que o conserva em sujeição; e levam a carneirada a concorrer para o arranavidismo dos pegureiros. Conta-se que ao saber da declaração de guerra da Grã-Bretanha, não sei que teutónico exclamou que estavam por terra os Hohenzöllerns. A frase é talvez exagerada, mas definiu concisamente uma das escoras do Estadismo: o prestígio militar. Apagada essa auréola na derrota, vê-se que a escora tinha caruncho e deita-se à margem o estafermo; mas fica a segunda, mais resistente...

A segunda escora, mais resistente, é a da definição de Bastiat: a esperança de viver por meio do Estado à custa dos amáveis compatriotas¹. Delicioso! O pior é que recorrendo a S. Ex.^a lhe damos a força com que nos dominam: devem-no estar vendo a esta hora os socialistas alemães, pelo menos aqueles que com Liebknecht e Haase perceberam o lôgro em que caíram. Se o capitalismo deve ser contido na justiça, sobretudo, pela acção educativa no operariado, pela sua ascensão em dignidade, e pela intervenção consciente, prestigiosa e *directa* das associações de trabalhadores junto dos representantes do capital, — os que recorrem ao Estado afiem o gume com que os forçarão, na hora propícia, a servir os vãos «imperialistas». ¿Pois não digo bem, Liebknecht amigo?

Ora para sermos justos devemos pôr barba por barba o Esta-

¹ Em geral, são as ambições económicas os mais enérgicos elementos das ambições políticas de que falámos.

dismo monárquico com o Estadismo jacobino: — para sermos justos, e também para defendermos a Democracia dos Iscariotes que a comprometem. Foram os espectros do Absolutismo que sugeriram a Rousseau as fórmulas vêsgas do *Contrato*, evangelho de demagogos: «As cláusulas do contrato social — diz êle — reduzem-se todas a uma só: a alienação total de cada associado com todos os seus direitos a toda a comunidade... Cada membro da comunidade dá-se a ela no momento em que se forma, êle e todas as suas fôrças, das quais os bens de que está de posse fazem parte... Como a natureza dá a cada homem um poder absoluto sôbre os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sôbre todos os seus». É a mais macabra das tiranias a favor do bando de menos escrúpulos: e se não compete lembrar agora a orgia despótica dos terroristas, armados dêsse lúgubre Estadismo, durante as loucuras da Revolução, não esqueçamos a persistência deplorável do espectro jacobino, se quisermos compreender a francofobia que, entre os neutros (apesar da justiça incontestável da causa dos franceses) anima alguns limpos caracteres e sãs inteligências que não são facciosos, reacionários, clericais, ou absolutistas. Julgamos lícito pensar (pospondo os indivíduos que nesses países execram qualquer dos beligerantes por simples efeito de sugestão ou por mero facciosismo de campanário) cremos lícito pensar que se uns detestam na Alemanha, em grande parte, a sobrevivência de um espectro — o do Estadismo monárquico e belicoso¹ — o que aliena em outros a simpatia à França é também em grande parte a sobrevivência de outro espectro: o do Estadismo jacobino, com seu cortejo de podridões. Vimo-las há pouco nos deputados que atacaram Gallieni — nesta ocasião, e nada menos! — para lamber as botas a uns taberneiros. É aí, nesse muladar em efervescência da tirania dos incompetentes (morais e intelectuais) em que o jacobinismo atolou a França desprestigiando o nome da nação cultíssima e a própria idea da Democracia, — é aí que está o núcleo resistente dos sentimentos progermânicos: e por isso nós os de-

¹ Não esqueçamos as responsabilidades de Napoleão na existência dêste espectro. «Os armamentos da Alemanha — diz Fœrster — foram a resposta dos pensadores e dos poetas à humilhação dos alemães por Napoleão Bonaparte. O militarismo e o imperialismo napoleônicos é que transportaram de Weimar para Potsdam o centro de gravidade da Alemanha, e colocaram a tradição militar prussiana no âmago da vida nacional».

mocratas é a dissipação definitiva dos espectros do jacobinismo que devemos desejar com mais afinco, se quisermos arrancar aos retrogradistas o último fio dos seus argumentos. «S'il y eut en France — escrevia Loisy há pouco tempo — des gens qui voulaient mener tout le monde à la messe, et d'autres qui voulaient, non moins ardemment, empêcher tout le monde d'y aller, ces deux variétés de fanatiques se sont évanouies sur le front, où l'on n'a plus qu'une même volonté tendue contre l'envahisseur. On peut donc espérer qu'après la guerre, s'il subsiste d'anciens chefs du mouvement clérical et du mouvement anticlérical qui soient disposés à continuer leurs précédents combats, ni les uns ni les autres ne retrouveront leurs troupes, ce qui les obligera eux-mêmes à déposer les armes. S'il devient ainsi impossible de fanatiser le clergé contre la nation et d'ameuter la nation contre le clergé, le pays s'en trouvera bien».

Digamos com maior generalidade que o máximo proveito do sacrifício seria que se abismassem na batalha tanto o espectro imperial como o espectro jacobino. Só assim irá a vitória à verdadeira Democracia; só assim a Europa, terminada a luta, veria que ela foi uma tromba de Espectros que rolou a morte e a devastação sobre os seus flancos de procela, que apagou por meses aos olhos dos homens o céu estrelado da razão pura, mas para além da qual continuou brilhando, — de forma incombaldida e de luz inexausta, — a constelação ideal dos princípios eternos. Não esperemos contudo demasiado no milagre: a educação é lenta, e o que bruxoleia no horizonte é talvez o dilúculo de uma verdadeira aurora, mas semelhante ao despedir angustioso dum último luar que resplende em trevas:

É tudo, em tórno a mim, dúvida e luto;
E perdido num sonho imenso, escuto
O suspiro das coisas tenebrosas...

Genebra, 22 de Abril de 1916.

ANTONIO SERGIO.

Revista do Mês

O EMBAIXADOR DO BRASIL

A «*Atlantida*» teve a honra de ser recebida, na pessoa dos seus director e editor, pelo homem eminente que hoje desempenha em Lisboa o cargo de Embaixador do Brasil. A entrevista foi rápida, mas cordealíssima. Com aquele raro encanto de espírito e de conversa que é de há muito conhecido, o Dr. Gastão da Cunha falou-nos sobretudo de Portugal, do Portugal de tradição, de arte e de sentimento que êle tanto ama — desde Coimbra, onde se formaram os seus dois avós e onde êle-próprio foi perscrutar e viver a suprema beleza, até às fontes suavíssimas das velhas ruas de Lisboa. . . Diz-nos também a sua simpatia pela República e pela sua obra patriótica! Mas as ocupações que ainda o assediam por causa da instalação da Embaixada e de todos os mil problemas de carácter diplomático e social que o preocupam, num meio até certo ponto desconhecido para S. Ex.^a, não lhe permitiram que falasse à «*Atlantida*» do assunto que acima de todos nos interessava ouvir tratar pelo Dr. Gastão da Cunha: — a aproximação luso-brasileira. Dentro em pouco esperamos, porém, dar aos nossos leitores o prazer de encontrar aqui a opinião do ilustre plenipotenciário a tal respeito. Da breve conversa adquirimos, no entanto, uma consoladora certeza, que nos permitimos expôr sem de qualquer modo querer criticar ou diminuir a acção dos predecessores de S. Ex.^a: — pela primeira vez, o Brasil tem em Portugal um grande representante, capaz de realizar uma grande obra de mútua interpenetração moral e material, como a sonham e desejam as duas democracias irmãs.

Que nenhum obstáculo ou impecilho venha perturbar as magníficas intenções do Dr. Gastão da Cunha, são os votos sinceros da «*Atlantida*», que antecipadamente o aplaude com fervoroso entusiasmo!

AFIRMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

V

OS QUADROS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Um dia que folheava com encanto a *História da Suíça* para as escolas primárias, o precioso álbum de Girard, onde os pequenos suíços aprendem as glórias dos seus maiores e as belezas da sua terra, quási com o único esforço de olhar, atentos, as gravuras que reproduzem os seus monumentos ou representam os seus heróis, artistas e escritores ou ainda desenrolam o espectáculo épico das suas batalhas, numa profusa figuração das coisas, dos homens e dos factos, invadiu-me o desgosto de não haver em Portugal uma obra semelhante para alegria e educação dos nossos filhos.

Essa obra poderia ser, entre nós, bela como a de nenhum outro país, pela razão de que Pátria nenhuma no seu esforço civilizador gerou como esta feitos mais aureolados de grandeza e maravilha. E o meu desgosto, naquela hora já distante, enraizava-se na convicção de que só uma sociedade envilecida deixava, como a nossa, de se aquecer, no íntimo do seu lar, ao fogo da tradição.

Um povo que não leva as suas crianças a sagrar nessa castália dos heroísmos e virtudes profundas é como um impenitente filho pródigo, longe da bênção paterna e da graça de Deus.

E meditava então que para se fazer uma boa e bela obra de educação pela história nacional, em que os sentidos e faculdades da criança, a sua pequena e inquieta vida se prendessem, era necessário, não só o talento e o tacto dum educador e dum artista, mas uma grande vontade e fôrça de inovação, capazes de vencer a pantanosa e rotineira indiferença geral.

Eis porque inscrevo o aparecimento dos *Quadros da História de Portugal* e a boa maneira por que o público os recebeu no número dos factos que atestam o ressurgimento nacional. Quando me refiro ao favor do público não quero simplesmente aludir à imprensa, onde, por via de regra, a falta duma crítica séria desvaloriza os malbaratados elogios por tudo o que aparece, seja bom ou mau; mas sim e antes ao interesse palpável do público-povo, que eu vi em dias sucessivos acorrer à exposição dos originais no Nacional, presos todos os visitantes duma enlevada atenção nos quadros de Roque Gameiro e Alberto de Sousa.

Essa vasta documentação pela Arte da História pátria foi ordenada em oito quadros parietais, cada um dos quais representa àlém dos factos mais representativos de cada ciclo da vida nacional, os costumes, armas, selos, móveis, monumentos, bandeiras, — todas as grandes e pequenas coisas, cujo conjunto e variedade afirmam a civilização dos povos.

A escolha e a representação dos assuntos são boas ; a disposição e o aspecto do conjunto, magníficos.

A bela iniciativa e o trabalho de ajuntar, escolher e organizar materiais e factos pertencem a dois professores de história ; a sua realização artística a dois, não só dos nossos melhores aguarelistas, Roque Gameiro e Alberto de Sousa, mas ainda de todos os que mais se teem dedicado à aguarela histórica.

Só quem conheça o atraso em que entre nós se encontra o estudo da indumentária, armaria, mobiliário, náutica, numismática e esfragística nacionais, pode avaliar do gigantesco esforço que representa a figuração artística das coisas e factos da nossa história, realizada nestes quadros. Os raros que, entre nós, cultivam aquelas estranhas sciências hão-de ter considerado com espanto esta obra.

Lá fora existem de há muito sôbre a indumentária civil e militar histórica, primeiro material necessário a êste género de trabalhos, as obras clássicas de Quicherat, Hefner Alteneck, Mercuri, Viollet-le-Duc, Hottemroth ; e perto de nós a França tem, entre outras, as obras preciosas *Les Arts somptuaires*, de Louandre e *Le costume en France*, de Ary Renan, e a Espanha, a par dos trabalhos de Mélida a bela *História del Luxo*, de Sempere.

Em Portugal não sucede assim. E não por falta de materiais. Esses são imensos. Desde a geografia de Estrabão ou da *Cronica Gothorum* até ao *Livro Vermelho*, de Afonso V, à curiosíssima *Fastigimia*, há tão poucos anos publicada pelos cuidados de José Sampaio, ou à prestimosa revista *Terra Portuguesa*, onde os seus directores Virgílio Correia e Alberto Sousa tantos documentos vão ajuntando ; já dispersos pelas páginas do *Portugaliae mon. hist.* ou pelos livros das *Ordenações*, quer nas iluminuras dos manuscritos, nas estátuas dos túmulos, nos quadros dos primitivos e dos modernos, nos azulejos, nos selos e nas moedas os materiais são em quantidade inúmera, mas tão dispersos e enlaçados na obra geral que o separá-los e coordená-los é fadigosíssima tarefa.

Eis o que torna dum valor inestimável os presentes *Quadros* — a primeira tentativa do género em terras de Portugal e tão perfeita e completa que leva vantagem às suas congéneres, que do estrangeiro conhecemos, — em valor absoluto de Arte.

Frisemos bem esta nota. Com efeito, os quadros parietais, franceses ou alemães que conhecemos, singem-se mais ao tipo da imagem infantil, na simplicidade geral do traço e do colorido: de aí o seu carácter de ingénuas figurações, de um valôr artístico muito inferior. Levarão vantagem aos nossos como quadro educativo? Talvez, para as primeiras idades. Não certamente para o ensino secundário, onde se nos afigura que os *Quadros* de Chagas Franco e João Soares, tão completos como são, podem prestar os seus melhores serviços.

Não regateamos, pois, os louvores a qualquer dos dois professores e dos dois artistas, de cujo esforço combinado esta bela obra nasceu, nem mesmo aos editores, que corajosamente prestaram o seu indispensável concurso para a sua realização.

É ela todavia isenta de defeitos? Não é, nem o podia ser, dadas as particulares condições em que se realizou. O primeiro defeito da obra deriva de não ter unidade de factura, quer pelo que diz respeito ao artista, quer pela oficina.

O facto de serem dois artistas diferentes em prática, em educação e em colorido traz uma desigualdade manifesta aos quadros que se alterna dum para outro. Roque Gameiro, velho aguarelista, muito experimentado em trabalhos vagamente semelhantes excedeu-se, e tem ali algumas das suas melhores aguarelas, apresentando alguns quadros de conjunto, dum trabalho de composição tão largo, equilibrado e perfeito, que se diriam destinados a obra de maior vulto, como já António Arroio fez notar. Alberto de Sousa, que é como o precedente um dos nossos melhores aguarelistas, tão consciencioso e perfeito na representação da paisagem e dos costumes regionais, tão estudioso da história e da indumentária, apresenta-se, todavia,—hemos que confessá-lo,—inferior à sua obra restante, sem deixar de ter de quando em quando principalmente nos incidentes,—certos costumes, um coche, um tapete,—a marca do belo artista que é.

Por outro lado Roque Gameiro, falho de quando em quando na documentação própria, encosta-se, como era inevitável, aos indumentaristas estrangeiros. Assim, nas duas figuras que nos dá a representar os Lusitanos, uma, a do guerreiro é pobre em armamento, a outra reproduz demasiadamente o costume do galo-romano. No quadro, que representa o Feito de Egas Moniz, o tipo de Afonso VII, para ter que cingir-se ao do monarca francês da época, perde em verdade histórica. Os seus 24 ou 25 anos, que então deveria ter e a figura de um imberbe com que as suas moedas o representam, não permitem supôr o homem barbado e quarentão, por que o artista o figurou. É de estranhar também que dos seis filhos de Egas e Tereza Afonso apareçam apenas dois, sendo certo que esta nota não perdia por mais carregada.

No belo quadro, que representa a Tomada de Lisboa, há também pequenas deficiências ou inexactidões. Assim as barcas normandas, ainda que reproduzindo a forma do melhor documento coevo, — a tapeçaria de Bayeux —, podiam ser mais variadas e grandiosas na forma e na côr, e nem, se levássemos a exactidão até ao rigor, deveriam estar ancoradas à beira-rio, pois o *Indiculano* expressamente declara «... mox anchoratis in alto navibus...», ao descrever a disposição da armada.

Podíamos acrescentar mais. Mas tudo isto são pequenas coisas, que desaparecem perante a beleza de conjunto de quadros, como o que representa Gil Vicente na côrte de D. Manuel e D. João II visitando os estaleiros, ou a perfeita exactidão com que aguarelou até às minúcias a batalha de Montes Claros.

Alberto de Sousa, ao contrário, conhecendo bem a indumentária nacional, abusa todavia de alguns documentos. Assim é que num dos seus quadros gerais se multiplicam demasiadamente os costumes do políptico de Nuno Gonçalves. Pequenas inexactidões também as tem. Assim a disposição da batalha de Aljubarrota não condiz inteiramente com a verdade; nem se percebe por qual motivo entre os combatentes não se avista o tabardo verde de Nuno Álvares.

Podíamos ainda, no tocante a pequenos defeitos, estranhar a mínima parte que em tantos quadros cabe à representação de artistas e escritores nacionais.

São todavia êstes defeitos corrigíveis em futuras edições; e por um dos autores sabemos que é essa a sua intenção.

Para terminar diremos que só homens de grande fé e entusiasmo, auda-

ciosos e inovadores, crentes no ressurgimento nacional, como aqueles dois que esta obra conceberam, se lhe podiam abalançar. Ainda bem que não estão isolados; antes veem juntar se à legião cada vez mais numerosa dos que se venceram de que o maior e melhor esforço de reconstrução da Pátria está na educação das futuras gerações, para que delas surjam mais nobres e fortes portugueses de que nós todos os de hoje somos...

JAIMF. CORTESÃO

CARTAS DO BRASIL

— «A caminhar só, e a essas horas nocturnas aqui pela Avenida Beira-Mar? . . . » interpelou-me X, fazendo me parar em frente ao Palácio Monröe, naquela belíssima noite em que eu decidira passear em frente ao mar e reflectir serenamente e solitário nas coisas da vida.

— «Não estou só, respondi-lhe, nunca estamos sós quando estamos reflectindo; os nossos pensamentos são a melhor companhia que podemos ter, principalmente numa noite como esta, em que até o céu nos está espreitando com êsses milhares de olhos scintilantes e prateados que são as estrêlas».

— «Queres que me vá?»

— «Não, fica, tu até me serás útil nessa peregrinação nocturna. Vem comigo e vamos seguindo a pé, acompanhando êsse tortuoso colar de focos eléctricos que costeia a Avenida toda e cuja projecção nas águas tranqüilas do Oceano dá-nos a impressão de estarmos assistindo a uma festa veneziana.»

Continuamos a caminhar vagarosamente em silêncio. De súbito, X começou a falar. Narrou-me o que lêra nos jornais da noite e entusiasmava-se com os telegramas chegados de Buenos-Aires com as notícias sôbre a acção no país vizinho do nosso Embaixador o Conselheiro Rui Barbosa. Estivemos a falar muito sôbre o assunto e como é de esperar que dentro em breve Rui Barbosa também visite a Portugal de caminho para a França, onde irá a convite do govêrno francês, resolvi nesta carta fazer alguma considerações sôbre a acção dêsse homem extraordinário agora na Argentina.

Rui Barbosa encarna a intelectualidade brasileira e encarna portanto todo o Brasil. Sua coragem inabalável, seu profundo saber e perfeito conhecimento dos homens e das coisas, aliados ao seu grande patriotismo, fazem-no o ídolo soberbo do povo brasileiro, que sente em Rui Barbosa o mais perfeito representante da sua mentalidade e da sua raça.

Escolhendo nesse momento ao grande brasileiro para representá-lo na nação argentina, o Brasil não fez mais do que querer demonstrar à América e ao Mundo que hoje em dia a sua acção de prestígio e paz na política americana é um facto.

Admirável foi a acção também dêsse velho sábio, que separa-se dos seus, deixa a penumbra estudiosa do seu gabinete de trabalho e vai viajar em representação do seu país para provar ao mundo que nós, os povos novos e que vivemos sob o cruzeiro do sul, procuramos unir-nos cada vez mais nestas horas angustiosas que a humanidade atravessa, tendo gestos que consolidem a nossa política de paz e de amizade.

Rui Barbosa é recebido em Buenos-Aires como creio que nunca o povo argentino recebeu a embaixador estrangeiro.

Quando sáí à rua o povo acompanha a sua carruagem dando vivas entusiásticos ao Brasil e ao seu representante. Nas conferências que fez, quando o seu verbo admirável e inflamado se referia à união das nações americanas e também à amizade que estas deviam ter pelas suas irmãs da Europa, que a estas horas perdem o sangue de seus filhos numa justa luta contra o barbarismo, não houve uma só pessoa presente que se não pusesse de pé e aclamasse Rui Barbosa como à própria expressão do direito e da grandeza.

Depois do tratado do A. B. C., assinado em Buenos-Aires em 1915, pelos ministros Lauro Müller, Murature e Lyra, respectivamente ministros das Relações Exteriores do Brasil, da Argentina e do Chile, maior se tornou a confiança dos dois povos argentino e brasileiro nas suas relações recíprocas. Esse tratado veio sobretudo prestar um relevante serviço, que é o da confiança das camadas inferiores dos dois países na amizade dos seus governos, o que permite uma maior expansão comercial e económica.

De facto, apesar da perfeita união das classes dirigentes, nas classes inferiores subsistia uma pequena desconfiança, reminiscências das antigas rivalidades hispano-lusas. A política cordeal e prudente dos governos aboliu completamente êstes ressábios e o tratado do A. B. C., apesar de alguns terem-no considerado quási desnecessário ou de pouco alcance, teve sobretudo essa grande qualidade de aproximar os dois povos comercialmente, pois depois de êle assignado mais fortes e cada vez mais garantidos se sentiram todos aqueles que poderiam entreter relações comerciais entre os três países sul-americanos.

A visita de Rui Barbosa agora a Buenos-Aires vem coroar essa obra de aproximação. Ao regressar terá lá deixado o nosso Embaixador nos argentinos a perfeita noção do que nós somos e o modo porque tratamos e sabemos apreciar os povos nossos irmãos e nossos amigos.

De volta, dizem, Rui Barbosa irá à França e passará em Portugal, país que êle admira e venera e cuja língua conhece e manobra com a maestria mais absoluta. Uma visita sua ao nosso país irmão só poderia ser da maior utilidade ao interêsse dos dois países e eu espero que se realize.

JOÃO D'ALÉM.

CRÓNICA DO NORTE

ORFEONS

Tivemos no Pôrto o orfeon de Condeixa, e fomos logo ouvi-lo, porque nunca faltamos a ouvir orfeons. Este trazia a chamar-nos e a atraír-nos, além dos coros que ia cantar, a sedução duma obra de alta significação social, o esforço dum homem raro, e por assim dizer o pórtico, modesto mas duma cativante beleza, para um edificio novo que é necessário construir em Portugal.

A primeira audição foi na Avenida das Tílias, no coreto que é uma elegante concha acústica, entre as árvores do parque. Tanto melhor. Orfeons querem-se ao ar livre, casados com a natureza de que são filhos, como o marulho das florestas, o soluço das águas e o hálito das flores, que é um orfeon de perfumes. A noite estava tépida, serena, nupcial, com estrêlas ardentes num azul muito escuro; e nós pensávamos que, se em vez das lâmpa-

das eléctricas, houvesse luar, o quadro seria perfeito, porque um orfeon cantando por uma linda noite, entre a bênção das árvores, deveria ter ainda, a alumiá-lo, um pedaço de lua . . .

Em belas palavras, Aarão de Lacerda apresentou ao público o Orfeon de Condeixa, e nós vimos então, pela primeira vez entre nós, reunido por uma cadeia magnética de solidariedade — e não há cadeia mais resistente e que menos se oxide do que a que prende os homens pela arte que melhor fala ao seu coração — vimos êsse grupo tam simpático de trabalhadores humildes, tendo à frente a figura quási atlética do sr. Dr. João Antunes, fisionomia ao mesmo tempo doce e voluntariosa, a que a cabeleira quási branca, à Liszt, põe como que um diadema de apóstolo e de artista.

Este orfeon tem, sôbre os outros, alguma coisa a chamar-nos e a guiar-nos: a sua organizaçso popular. Floresce-lhe mais espontânea, como uma flor silvestre, borbulha-lhe logo da nascente como água pura dum rio, a alma antiga de Portugal . . . Tem a comover-nos (e a ensinar-nos) a inquebrantável energia, tam namorada da sua terra, com que o sr. Dr. Antunes soube criar uma das obras mais belas e mais úteis que ainda se fizeram, não em Condeixa, mas em toda esta nossa amada terra portuguesa, tam linda que parece um açafate de flores poisado à beira do Atlântico.

Tam linda, tam heróica, tam profundamente poética — mas que precisa de se educar pouco a pouco, para saber aproveitar as energias fecundas dos seus braços e das suas leivas, e a poesia não menos fecunda dos seus grandes corações.

O illustre director do Orfeon de Condeixa viu com rara agudeza o problema da educação do povo: criou-lhe escolas, em que o espírito possa voar das crisálidas dormentes, em que a técnica dos profissionais possa aperfeiçoar-se — e ministrou-lhe no seu orfeon aquela parte de beleza, de bondade, de alegria e de sonho, sem que não há sociabilidade perfeita, nem educação colectiva que floresça e frutifique.

O orfeon triunfou belamente. O público, numeroso, aplaudiu-o com affecto. Se tem um ou outro senão, digam-no os músicos. Eles se irão pulindo. O que é certo é que os coros agradaram muito e comoveram. Estava realizado, e da maneira mais profícua, o seu desígnio essencial.

Nós preferimos sempre, em todos os orfeons, as canções populares, e em nenhum ficarão elas melhor do que neste, cujas raízes sugam na própria terra a seiva das suas flores — que são canções. Quer isto dizer que nos não seduzam os trechos de Beethoven, de Bach, de Palestrina, que lhe ouvimos? De modo nenhum. Toda a gente conhece o valor educativo dêsses coros, e é já banal falar-se nas vantagens variadíssimas dos orfeons. Entretanto, ainda nos mais perfeitos, nos de selecção mais rigorosa, são os temas do folklore os que mais entusiasmam. Porquê? Porque cada orfeon leva sempre, prestes a voar em música, a alma divina da pátria . . . Leva-a, para a exprimir em alegria e doçura, em arrulhos de amor, em hosanas de glória. Os coros trazem, emcarísticamente, a flor da raça. Sempre, nos que temos ouvido, a assistência electriza-se quando êles cantam as músicas em que se espelha uma pátria.

Agora, como quando o magnífico orfeon de António Joice cá esteve, foi com toadas portuguesas que o público vibrou com mais calor, obrigando a bisá-las. Ainda me lembro muito do grande Orfeon Russo, que aqui veio há

anos. Trazia a regê-lo um homem forte, que lembrava o excelente Teófilo Gautier, e no primeiro plano havia umas lindas raparigas com trajos característicos, esbeltas como lírios, que se diriam iluminuras arrancadas a um velho livro de horas. Como êle nos soube dar a alma daquela raça religiosa e trágica — a «hóstia explosiva» de que fala Anatole France — e como andava nas canções de melancolia bíblica, a humilhação do *mujik*, a desolação álgida da Sibéria, uma ânsia de liberdade e de justiça presa a um longo soluço de piedade — sempre, entre os escombros da miséria humana, a flor ideal da alma slava, feita de luar e sangue! Que maravilhosa coisa êsse orfeon não era! Dir-se-ia que Dostoievski tinha ensaiado os coros . . .

Também me lembro de outros, que tenho ouvido ao luar, em plena rua, na Galiza. Lá lhes andava nos ritmos, em melodias ingénuas, espelhando-se na música como a lua na água, o retrato mais íntimo daquele povo laborioso e humilde. Era uma incomparável delícia regional (sem deixar de ser humana), como os versos, que não morrem, de Curros Enríquez ou de Rosalia de Castro. Tudo vinha à flor das tonadilhas, lentas ou buliçosas — almas, costumes e paisagens . . .

A música é um eco do céu, não sei quem disse, querendo dizer de certo que é um eco das vozes mais profundas da natureza. Eu não sei de arte mais amorosa, mais criadora de bondade, mais comunicativa e social. «Este verbo cantar, exclama o poeta, é sagrado como o verbo florir ou o verbo resplandecer».

Num orfeon nós quereríamos, sem pôr de parte, insistimos, composições de grandes mestres, que êle exprimisse, sobretudo, as modalidades essenciais e eternas do sentimento popular.

JÚLIO BRANDÃO.

O MÊS LITERÁRIO

SONETOS de Julio Dantas

O autor da *Pátria Portugeusa* sabe muitas anedotas e conta-as com uma graça empoada, quasi ducal. As suas leituras dos crónicons e velhas histórias conventuais e seculares teem no provido de um sem número delas, encontrando-se hoje habilitado a reavivar-lhes o sabor e o perfume, quando queira e onde queira.

Os sonetos que acaba de publicar são todos anedóticos, parecendo que foram escritos expressamente para nos mostrar que o seu autor, quando faz versos, não sacrifica os nervos nem solta rédeas à fantasia. Não há nele a paixão, a vibração profunda de um ser que transcende a linha vulgar dos sentimentos. Finos, elegantes, preciosos e sobretudo exangues, como as belezas freiraticas que, entre o céu e o mundo, entre a prece e o pecado, se quedavam absortas num sonho tenue, vago em que os contrários se fundiam.

Deve ser delicioso ouvi-los recitar num *boudoir* a que corpos enfermiços de duquesas e princesas ainda dêem o prestígio de uma saudade que se desvanece, por entre os mistérios de um passado, convidando os retardatários a pálidos desejos espirituais. Admira-se neles, como uma poeira de luz sôbre um esmaecimento de outono, uma leve tintura pagã das formas que é bem o indício de que Julio Dantas pressente na vida o estremecimento amo-

roso que os nossos grandes poetas cantaram, quando a alma se lhes erguia, como uma flâmula heróica, no desvairo sublime de quererem subjugar o mundo com o seu próprio coração invencível.

Não se trata de uma obra de história, porque esta só se escreve serenamente, extraindo dos factos a ordenação e o ritmo que são a marcha imperturbável dos acontecimentos.

Gaziel buscou simplesmente, como uma testemunha, surpreender os rasgos momentâneos, as inquietações, as ansiedades, as dúvidas e tormentos que se acusavam na fisionomia turvada da grande cidade, para assim adivinhar o futuro equilíbrio em que a esperança havia de acender, nos peitos, promessas inextinguíveis de libertação.

As paginas de êste *Diario*, em que, às vezes, parecem flamejar línguas de fogo, tamanha é a febre de anotar que as anima, teem qualquer coisa de um augurio, pela larga penetração com que o seu autor, desprendendo-se das fugazes aparências que se sucedem desvairadas, se eleva ao conhecimento claro das realidades superiores que se escondem sob o tumulto das impressões. Quem o ler, depois da guerra, quando o trabalho e o estudo repuserem as coisas nos seus lugares e a razão na limpidez do raciocínio, encontrará nêle um feixe de imagens que ajudarão a reconstituir os lances de uma procela que os vindouros recordarão com assombro.

CUENTOS DE LA GUERRA, por Matilde Ras

A escritora que assina êste volume compreende que a guerra, que hoje flagela as nações, só se presta à chamada literatura de momento: anotação rápida de sensações que passam pelos nervos como os ventos pelas ramas dos arvoredos. Todavia, sentiu se tentada a fixar alguns dos aspectos transitórios do drama em que os povos estão apurando as suas razões de viver e morrer. E fê-lo com um senso feminino tão perfeito que, de vez em quando, o leitor julgará dar volta ao coração humano, seguindo os murmúrios ternos de qualquer regatinho arcádico.

Matilde Ras quis dar-nos as impressões diferentes e difíceis de enquadrar que a França atravessou, ao desencadear-se a longa tormenta em que se restaurou para a lide épica das batalhas. E escreveu os seus *Cuentos de la guerra*.

Lêem-se com agrado, mesmo com encanto, mas vê-se bem qua a sua auctora sabe que, entre a sua pena e a tragédia em que a alma de um povo atinge o máximo de tensão patética, existe uma realidade superficial, gesticulosa, gritante e incoerente que se prende nos olhos dos espectadores, como certas neblinas nas montanhas altíssimas.

A edição pertence à casa *Estudio*, de Barcelona.

DIARIO DE UN ESTUDIANTE EN PARIS, por Gaziel

Este livro abrange uma série movimentada de notas, aspectos, visões e clichés coligidos por um jornalista, que é ao mesmo tempo um temperamento irrequieto de pesquisador da vida difusa das multidões, que, em Paris, no período que vem desde o rompimento das hostilidades até à batalha do Marne, procurou apurar, no torvelinho desabalado das incertezas, a crise de senti-

mentos que os franceses ressentiram, antes que chegassem à calma heróica que lhes restituiu a posse soberana dos seus destinos.

A livraria Aillaud, do Chiado, cuja febre de editar merece assinalar-se pela escolha dos autores e esmero material dos volumes, tem quasi no fim a *História de Portugal* de Herculano, em oito tomos, dos quais estão publicados já sete.

Raramente se observou tamanho escrupulo em respeitar o facto e notas do mestre. A edição tem obedecido ás indicações sabias e proficientes de David Lopes, o professor ilustre da Faculdade de Letras. As gravuras e mapas que a acompanham são executadas sobre documentos autenticos, sob a direcção de Pedro de Azevedo, respeitado conservador do arquivo nacional.

Correia d'Oliveira acrescentou á serie *A nossa Terra* mais três volumezinhos, ilustrados pelo lapis prestigioso de Antonio Carneiro: *Á Lareira, Vida do Lavrador e D'Aquem e d'Alem Ondas*. Em todos êles, o olor suave da espiritualidade cristã e sonhadora de Portugal se respira em redondilhas em que o poeta parece ter fixado toda a alma de raça.

Lopes de Mendonça, num curto acto um verso — *Saudade*, dá-nos um doce elogio de dois corações que o amor um dia aproximou e que os fados pronto separaram. Ao fim de longos anos, êle e ela reencontram-se, mas para constatarem que o passado é irreparável e que nada mais lhes resta que a melancolia das recordações e memorias.

No proximo numero, referir-nos-hemos em especial ás publicações da *Renascença Portuguesa*, entre as quaes se destaca um livro de alto valor de Leonardo Coimbra. — *A Alegria, a Dôr e a Graça*. Não esqueceremos *O Conflito Internacional sob o ponto de vista de Portugal* de José de Macedo, *Os Grandes de Portugal* de Vila-Moura, *Manual de Instrução Agricola* de Artur Castilho, *Piquena Antologia Classica* de Teixeira Rego, *Duas Conferencias* de Oldemiro Cesar e outros.

JOAQUIM MANSO.

ECONOMIA & FINANÇAS

A OFENSIVA ECONÓMICA DOS ALIADOS

Atenta a extraordinária importância, presente e futura, das deliberações tomadas, face à «Conflagração Europeia», pelos governos aliados, bastas vezes nos temos referido a êsse assunto, que, aliás, e grandemente interessa também os demais Estados neutrais.

Agora, precisamente, o parlamentar francês Landry, um dos que mais devotada e prestigiosamente se tem dedicado ao estudo dessa verdadeira *ofensiva económica* dos países aliados, acaba de publicar um notável relatório, do qual vamos extrair algumas das suas valiosas considerações. São estas as que se referem à apreciação e crítica dos processos de combate económico, postos em prática pelos seus actuais adversários de trincheira e futuros adversários no campo da concorrência mercantil: os austro-alemães.

Os métodos do comércio de exportação alemães formam duplamente um todo :

a) — Pelo que respeita à integralidade da organização económica, toda ela posta em acção no sentido de assegurar a expansão comercial para o exterior.

b) — Pelo que respeita ao esforço sinérgico e concordante de todas as actividades e impulsos, individuais e colectivos, privados e oficiais.

Vejamos o primeiro aspecto do problema : *a expansão comercial assegurada pela organização económica integral.*

Seguindo exclusivamente para a Alemanha o método que Landry adopta de um modo geral para o exame da sua tese, pode dizer-se que os métodos do comércio de exportação alemães interessam, sucessiva e simultaneamente, a *produção, o transporte, o crédito e o comércio propriamente dito.*

1.º — *Produção.* — Em ordem a assegurar o desenvolvimento do comércio de exportação são as seguintes as práticas alemãs respeitantes e integradas no mecanismo da produção :

a) — Instrução técnica, dirigida no sentido de orientar a produção no conhecimento dos gostos e necessidades dominantes dos mercados e na orientação de reduzir os custos de todas as produções para a competência em preços.

b) — Propaganda e facilidades concedidas em favor das grandes empresas, laboratórios dos maiores progressos técnicos, cifrados nas garantias de juros, isenções, protecções aduaneiras temporárias, etc.

c) — Protecção dos inventos ;

d) — Estabelecimento de portos e zonas francas, com o carácter nitidamente industrial.

e) — Instituição de prémios de produção e de prémios simultaneamente de produção e exportação.

2.º — *Transportes.* — Em ordem ainda a desenvolver o comércio de exportação da Alemanha são as seguintes as suas práticas em matéria de transportes :

a) — Desenvolvimento paralelo e complementar da viação terrestre acelerada e da navegação interior.

b) — Instituição de tarifas combinadas entre companhias de navegação e administrações de caminhos de ferro, de forma a decompor o movimento exportador, pelo que respeita à intervenção do expedidor e consignatário em dois únicos tempos, referentes, respectivamente, ao início e termo da viagem.

c) — Instituição de tarifas reduzidas de exportação para os produtos cujo destino se prove ser o estrangeiro.

d) — Instituição de tarifas reduzidas de exportação com a consideração especial da qualidade dos produtos e do mercado do destino.

e) — Instituição de tarifas simultaneamente combinadas e reduzidas de exportação.

f) — Estudo especial das condições de comércio estrangeiro feito por intermédio dos transportes alemães no sentido da determinação das necessidades especiais dos consumidores.

g) — Facilidades alfandegárias que procurem facilitar o trânsito.

3.º — *Crédito.* — Em ordem igualmente a desenvolver o comércio de exportação são as seguintes as condições gerais do funcionamento dos chama-

dos bancos de exportação alemães (também em larga escala existentes na Inglaterra):

a) — Os bancos são destinados a resolver principalmente o crédito a longo prazo, absolutamente indispensável para a conquista dos mercados externos. Esse crédito vai vulgarmente até 18 meses e chega por vezes a 2 e 3 anos.

b) — Os bancos são geograficamente especializados, com dois centros de operações, na metrópole e no país onde os produtos são colocados, realizando aí um estudo sobre as suas condições e procurando conhecer também as condições de solvabilidade dos comerciantes.

c) — Os bancos orientam a sua política no sentido de facilitar as transacções (espírito êsse que deve ser também o de exportador, que por vezes chega a ficar a descoberto por algum tempo) usando os mais variados processos no sentido de se garantir, sem vexames e inconvenientes para o comprador, contra os perigos de insolvabilidade dêste.

d) — Os bancos são os agentes dos exportadores.

e) — Os bancos devem ter organizado um serviço completo de informações, para solícitamente as prestarem aos exportadores.

f) — Os bancos procuram de uma maneira geral sustentar todos os empregos que interessem ao comércio de exportação, (empresas transformadoras, transportadoras, comerciais), empregando nelas as suas disponibilidades.

4.º — *Comércio propriamente dito.* — Em ordem finalmente a desenvolver o comércio de exportação são as seguintes as práticas alemãs pelo que respeita ao comércio propriamente dito:

a) — Organização dos serviços para o conhecimento do mercado, das suas condições gerais, das condições particulares dos seus comerciantes, dos seus concorrentes.

b) — Organização de missões especiais, de inquéritos, de órgãos permanentes de informação para atingir êsse resultado.

c) — Instrução técnica dos caixeiros viajantes.

d) — Mostruários.

O segundo aspecto do problema que nos interessa, isto é, a *participação comum das iniciativas individuais, associativas e públicas*, entende-se na Alemanha, como escreve Landry, por uma compreensão nítida não só por parte dos particulares como do Estado de quais sejam os supremos interesses da expansão económica própria. Os sindicatos e os bancos, dentro da actividade privada, já realizam uma missão de patrocínio ao comércio de exportação. O Estado, pela instrução, pelos prémios, pelas alfândegas, pelas tarifas não se desvia de um duplo ponto de vista: preparar o futuro remoto por uma acção sinérgica de vários meios de providência e de alcance, todos êles conducentes a êsse fim; preparar o futuro próximo por uma série de providências, absolutamente liais e gerais algumas, menos liais outras, que se destinam à conquista estratégica de certos mercados.

Este é precisamente o ponto que dominantemente reclama a união dos aliados.

É legítima a exposição regular das próprias fôrças económicas. Sob êsse ponto de vista o esforço alemão não pode ser impedido em tempo de paz, como o não pode ser o de nenhum outro povo. As pautas alfandegárias de

cada país o defenderão contra a concorrência estranha sempre que não haja outro modo de estabelecer a competência. De resto, o que há principalmente a fazer, como acentua o mesmo deputado Landry, é pôr em prática os processos, que se verifica terem dado tão excelentes resultados.

Mas ao lado dos processos legítimos, a organização económica alemã pôs em prática alguns outros processos, estabelecidos com o único fim de arruinar as indústrias rivais viciando as condições da concorrência.

Entre êsses processos avulta o *dumping*, ou seja a venda no estrangeiro por preços inferiores ao custo da produção com o fim de derrotar os produtores rivais e a Alemanha dominar o mercado.

Como é sabido, o *dumping* estabelece-se com a indústria concentrada e os grandes lucros no interior e a protecção pautal exagerada.

Contra êsse e outros processos congêneres, é que se afigura indispensável a resistência solidária dos aliados, por meios absolutamente diversos daqueles, que podem subsidiariamente ser empregados para a defesa comum contra os processos lícitos do comércio alheio.

BALANÇO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA GUERRA

O tempo decurso entre o último número da *Atlantida* e o que ora vê a luz da publicidade marcou o segundo aniversário da *Conflagração Europeia*. Por toda a parte, ao sabôr das simpatias e ambições de cada um, elle foi grandemente celebrado, confluindo o entusiasmo esperançoso dos vivos com a recordação piedosa dos mortos, juntando-se o ímpeto ardoroso dos povos á meditação serena dos seus governantes. Celebremos, pois, e tambem a guerra, no sisudo e ponderoso aspecto, que nas columnas da *Atlantida* nos pertence, registando o seu balanço económico-financeiro em face de certos depoimentos trazidos recentemente a lume pelas estancias competentes dos vários países:

a) — *Despezas da Guerra*. — A sociedade para o Estudo das Consequencias Sociaes da Guerra (Selskabet for Social Forsken at Krigens Folger), com séde em Copenhague, publicou o seguinte quadro referente ao custo provavel da guerra no seu primeiro e segundo ano:

	Em milhões de libras	
	1.º ano	2.º ano
Austria.....	500	625
Bélgica.....	12	-
» contribuição de guerra.	49	19
Bulgaria... ..	5	25
Inglaterra.....	710	1825
França.....	640	960
Alemanha.....	885	1445
Itália.....	160	290
Russia.....	730	1350
Servia.....	23	23
Turquia.....	38	46

Ou seja na totalidade 3.757 milhões de libras para o primeiro ano e 6.613 milhões para o segundo ano de guerra.

b) — *Empréstimos de guerra.* — A mesma sociedade publicou o seguinte interessante quadro relativo aos empréstimos de guerra e por causa da guerra contraídos até 1 de janeiro do ano corrente pelas nações beligerantes e neutrais:

	Em milhões de libras	
	Longo prazo	Curto prazo
<i>Beligerantes</i>		
Austria	550	155
Bélgica	12	—
Bulgaria	10	12
Inglaterra	1037	380
França	605	595
Alemanha	1235	100
Itália	85	115
Rússia	315	200
Sérvia	—	40
Turquia	—	33
<i>Neutros</i>		
Dinamarca	7	—
Grecia	—	7
Holanda	28,5	13
Noruega	2	2
Romenia	—	12
Suecia	8	1
Suisa	7	—

Ou sejam 5.971 milhões de libras para as nações beligerantes, títulos a curto e longo prazo e 87 milhões para os neutros. Ou sejam ainda 6.058 milhões para beligerantes e neutros.

c — *Empréstimos alemães e austriacos* — Por serem menos conhecidos dos países da Entente, publicamos a seguir a nota dos empréstimos alemães e austriacos, desde o começo da guerra, tal como figura no *Statesman's Yearbook* de 1916 aparecido em Lisboa ha poucos dias.

Empréstimos alemães :

1.º — Setembro de 1914, 1 bilião de marcos em obrigações do Tesouro, 5 % reembolsáveis em 1 de outubro de 1920, emitidas a 97 1/2. Resultado: 1 bilião de marcos.

2.º — Setembro 1914 — Empréstimo Imperial, 5 % não amortisavel antes de 1 de outubro de 1924, emitido a 97 1/2. Resultado: 3460 milhões de marcos.

3.º — Março 1915. — Obrigações do Tesouro 5 % reembolsáveis em 1 de outubro de 1920, emitidas a 98 1/2 p. c.

4.º — Empréstimo Imperial, 5 % não amortisavel antes de 1 de outubro de 1914, emitido a 98 1/2. Resultado : do 3.º e 4.º empréstimo : 9061 milhões de marcos.

5.º — Setembro de 1915. — Emprestimo Imperial, 5 % não amortisavel antes de 1 de outubro de 1914. Resultado : 12.101 milhões de morcos.

6.º — Março de 1916. — Obrigações do Thesouro, 1/2 p. c. reembolsáveis em 1 de julho de 1932, emitidas a 95.

7.º — Março de 1916. — Bilhetes do Imperio, 5 %⁰, reembolsáveis em 1 de outubro de 1924, emitidos a 98 1/2. Resultado do 6.º e 7.º empréstimos.

Ou sejam 36.334 milhões de marcos conseguidos pelo Estado alemão desde o onício da guerra, em dívida fluctuante consolidada.

Empréstimos Austro-Húngaros :

1.º — Austriaco. — Novembro 1914. — Bilhetes do Thesouro, 5 1/2 p. c. reembolsáveis em 1 de abril de 1920, emitidos a 97 1/2. Resultado 2.200 milhões de corôas.

2.º — Húngaro — Novembro. 1914. — Emprestimo 6 %⁰ não amortisavel antes de 1 de novembro de 1920, emitido a 97 1/2. Resultado : 1.170 milhões de corôas.

3.º — Austriaco. — Maio de 1916. — Emprestimo 5 1/2 p. c. não amortisavel até 1925, emitido a 95 1/4. Resultado : 2.688 milhões de corôas.

4.º — Húngaro. — Maio 1915. — Emprestimo 6 %⁰ não amortisavel antes de 1921, emitido a 98, ou Emprestimo 5 1/2 p. c. não amortisavel antes de 1925, emitido a 91 1/5. Resultado : 1.120 milhões de corôas.

5.º — Austriaco. — Outubro 1915. — Obrigações do Thesouro não amorti-veis antes de 1 de outubro de 1930, emitidas a 93 3/5. Resultado : 4.202 milhões de corôas.

6.º — Húngaro. — Outubro 1915. — Renda 6 %⁰ não amortisavel antes de 1 de maio de 1921, emitida a 98. Resultado : 1.980 milhões.

7.º — Austriaco. — Maio 1916. — Bilhetes do Thesouro 4 1/2 p. c. reembolsáveis em junho de 1923, emitidos a 93. Resultado : 2.127 milhões de corôas.

8.º — Austriaco. — Maio 1916. — Obrigações a 4 1/2 p. c. não reembolsáveis antes de 1956, emitidas a 95 1/2. Resultado : 2.314 milhões de corôas.

9.º — Húngaro. — Maio 1916. — Renda 6 %⁰ não reembolsavel antes de 1 de novembro de 1921, emitido a 97 1/3.

10.º — Húngaro. — Maio 1916. — Bilhetes do Thesouro 5 1/2 p. c. não reembolsáveis antes de 1 de junho de 1926, emitidos a 91 9/10. Resultado de o 9.º 10.º empréstimo 1.800 milhões de corôas.

Ou sejam 19.601 milhões de corôas, como resultado dos empréstimos austro-húngaros, emitidos desde o começo da guerra.

Noticias & Comentarios

TEIXEIRA GOMES

É com um grande e sincero prazer que a «*Atlantida*» publica hoje um artigo de Teixeira Gomes, o artista maravilhoso do «*Agosto Azul*», o admirável criador da «*Sabina Freire*».

Nas páginas que os nossos leitores podem ler mais atrás, Teixeira Gomes é o mesmo grande escritor de sempre, o evocador cheio de brilho, de intensidade e de originalidade. A «*Atlantida*», como homenagem e agradecimento à preciosa colaboração, conseguiu do eminente pintor Columbano autorização para publicar o retrato de Teixeira Gomes, retrato que é, também, uma incomparável e genial obra de arte.

A INSTRUÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Da prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), recebemos três volumes notáveis, em que se podem verificar os enormes progressos que o Brasil, e sobretudo o Rio, está realizando em materia de Instrução. São elles: *O novo regulamento das Escolas Profissionaes; o novo regulamento da Escola Normal e seus programas; e o Projecto creando o fundo escolar e dando outras providências sobre o ensino*. Obra do Director de Instrução, o illustre pedagogista Azevedo Sodré, demonstram bem, todos os três volumes, o cuidado, o escrúpulo e a intelligência superior que os delinearam; e, mais ainda, o carácter prático que se conseguiu imprimir a todas estas reformas, de tão alta importância para o futuro da Pátria Brasileira. Em breve estudaremos mais largamente os trabalhos há pouco recebidos.

Hoje, apenas desejamos consignar aqui o seu grande valor e o nosso reconhecimento pela amável oferta.

EXPOSIÇÃO DE HENRIQUE BERNARDELLI

Foi um enorme sucesso a exposição que o ilustre pintor Henrique Bernardelli realizou no Rio de Janeiro, em Junho passado. Do brilhante crítico que, no *Páis*, assina com o pseudónimo de José António José, transcrevemos o seguinte trecho essa exposição: — A exposição de Henrique Bernardelli é no Curso Livre, pequena casa pintada ao sopé do morro do Castelo. Vai-se por uma travessa, entre o edifício do Derby e o edifício da Escola das Belas Artes. E, como a cidade até na paisagem faz-se de reminiscências estrangeiras, aquele canto, a casa, as trepadeiras, o morro em cima empavesado de frangalhos a secar, lembram de modo definitivo um trecho italiano de Génova ou de Nápoles.

Impressão risonha e extravagante, pois do *estudio* sai e entra uma sociedade em que há senhoras elegantes, cavalheiros dêstes que se consideram conhecedores para ter o direito de dizer tolices, homens graves, jovens pintores com imensas cabeleiras, senhorinhas das que aprendem a pintar e desgraçadamente pintam mesmo... Dentro do salão, apesar de seis ventiladores abertos, faz um calor de fornalha e há bem umas duzentas pessoas — prova da curiosidade admirativa pelo pintor.

Bernardelli está a conversar com o Sr. e a Sr.^a Laboriau. A Sr.^a Laboriau é, com o seu ar discreto, alma de escol, frequentadora, não por mundanismo, mas por prazer, das exposições, das conferências, dos lugares onde há arte e aperfeiçoamento do espírito. Depois é o pintor Augusto Petit, que empolga Bernardelli em francês, só falando francês, para dizer que vai ver a exposição.

Como falar ao pintor? Vale mais fazer o que Petit anunciou ser o seu intento...

A exposição Bernardelli parece ter tido uma intenção: a de mostrar a capacidade do mestre em todos os géneros, desde a paisagem à natureza morta, com passagem pelo quadro histórico, o retrato e o simbolismo decorativo. Há em exposição 136 trabalhos, de todos os géneros. Qualquer pessoa sem *parti-pris* não pode deixar de ter uma impressão global, aquela que o pintor almejava: o respeito pelas suas qualidades de técnica, pela segurança com que aborda todos os géneros sempre bem.

Eu admirava em Henrique Bernardelli um *portraitiste* exímio. A exposição tem dessa qualidade excelentes provas, como o retrato do *Pescador* e o *Costurando*. Ao lado dos retratos, entretanto, Bernardelli expõe uma tela que é a reprodução de uma mesa de cozinha com carne, legumes, curcubitáceas. *Çá crie le vrais*. Mas Bernardelli pintou-a apenas para mostrar o domínio num género que foi a glória de vários flamengos, foi interessantíssimo em Chardin e que não é absolutamente o género preferido pela sua alma de artista contemporâneo. Nessa modalidade, para espantar burgueses, Henrique Bernardelli expõe um galho de carambolas, tão parecidas que uma senhora afirmava serem as carambolas de Copacabana, um cacho de bananas, que seria *hors concours* numa exposição dos mestres de natureza morta, e um prato de cajús que fazia certo cavalheiro dizer para o filho, regalado e feliz:

— Vê se apanhas um daqueles cajús!

Apenas eu considero êsse realismo de mostruário pomónico inferior e

acharia, com o talento de Bernardelli, perfeitamente inútil ser por algumas horas um Chardin tropical.

Graças ao céu, porêm, depois de ver tais realizações, encontrámos na exposição, a par da técnica de mestre, aquela mesma capacidade intencional que faz de Henrique Bernardelli um dos nossos melhores pintores no retrato, na paisagem e no símbolo. Está no caso *O percursor*, aquele livre estudo de mar e céu, em que a caravela do fundo é o sêlo da civilização inicial; enfileira-se na mesma atmoféra de inteligência a série de retratos; e, na preciosa colecção de aquarelas, os admiráveis estudos de Diamantina.

Henrique Bernardelli espalha as recordações dos lugares onde habitou. Estão nas aquarelas muitas vistas dêsse lugar hóstil, onde não póde existir poesia e que se chama Terezópolis; estão em anotações magistraes as horas de luz de Copacabana. Diamantina deu-lhe o sentimento da saudade, do recolhimento, da velhice que se dissolve. Há uma vista de Diamantina humilde ao longe, num alto como a tristeza orante, miraculosa de sensibilidade. Há um outro trecho de rua em declive, as casas tropeçando uma na outra, os telhados que avançam, os animais que parecem guardar a sua tristeza — de um infinito encanto.

O poder da sugestão da velha cidade dos brilhantes! A delicadeza, a alma, a suavidade de pena no ar com que Bernardelli compôs essas aquarelas, guardando o segrêdo indefinido da antiga vila!

O VINHO DO PORTO NO BRASIL

Do magnífico livro *O VINHO DO PORTO, seu passado, presente e futuro*, do Sr. Júlio Eduardo dos Santos, transcrevemos, como homenagem ao seu erudito autor, as seguintes interessantíssimas páginas:

O Brasil é um mercado que nos deve merecer sempre, por muitas circunstâncias, uma atenção especial.

A nossa exportação vinícola para a grande república sul-americana é muito importante sobretudo em vinhos comuns. Se a concorrência cada vez maior de vinhos de outras procedências, mesmo da América do Sul, pode lançar sobre nós o receio da perda ou enfraquecimento dêsse importantíssimo mercado, o mesmo não sucede com o vinho do Pôrto. Se soubermos evitar as inúmeras falsificações, que o desacreditam, e remediar os erros que o comércio exportador português tem por vezes cometido, podemos não só conservar, mas estender e muito, a importância das nossas transacções com êste produto.

Os erros a que me refiro são os baixos preços, por vezes ridículos, com que são exportadas algumas caixas com vinho do Pôrto. Evidentemente que a sua qualidade não pode agradar. O verdadeiro Pôrto é um produto caro, aristocrático, e quem conhece a sua origem, os sacrifícios constantes feitos para a sua obtenção, para o seu tratamento subsequente, não pode pôr em dúvida esta verdade. Parece-me, pois, que em lugar de pretendermos colocar êsse privilegiado vinho, apresentando-o com um rótulo pomposo e um preço baixo, devemos procurar expandi-lo, com aquele rótulo representando na verdade a sua superioridade, mas com um preço em harmonia com as suas

nobres qualidades. De resto é este um princípio aplicável a todos os mercados.

Por vezes é difícil fazer a separação da matéria que deve ser tratada neste lugar da que fica melhor reservada para a Parte seguinte. Como, porém, as medidas que defendo adiante são de carácter geral, prefiro dedicar aqui mais algumas palavras ao mercado do Brasil.

A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, na patriótica intenção de contribuir para a expansão do comércio português nos mercados brasileiros, promoveu há pouco um inquérito sobre o assunto, cuja edição acaba de aparecer e foi destinada a ser largamente distribuída em Portugal e no Brasil. É um trabalho valioso, prefaciado pelo cônsul geral de Portugal no Brasil o Sr. Alberto de Oliveira, e em que veem insertas numerosas respostas de comerciantes importadores brasileiros.

A confirmação da verdade que acima afirmei sobre a urgência de impedir as falsificações, tive-a ao ler o prefácio daquele inteligentíssimo funcionário, que diz :

«No importante capítulo dos vinhos verifica-se que a nossa exportação durante o decénio de 1902-1911 aumentou de 20 %, proporção que é também a do aumento do consumo no país durante esse período. De 34 mil contos francos que representam as compras do Brasil em 1911, 24 mil contos (mais de 70 %) couberam a Portugal. Nos vinhos finos tivemos o quasi monopólio. E se conseguirmos que desapareça, ou pelo menos se atenuem, as falsificações e adulterações com que somos deslialmente guerreados, a nossa exportação tomará ainda maior incremento».

A pag. 230 do Inquérito, sobre *Vinhos finos (Pôrto e semelhantes)*, lê-se o seguinte :

«A importação dos vinhos do Pôrto teve uma marcha ascendente até 1912, caindo no ano seguinte, em que houve uma baixa de 633.234\$000 réis. Cifra-se o movimento dos seis anos nos algarismos que seguem :

Anos	Portugal		Importação geral	
	Quilogramas	Valores	Quilogramas	Valores
1909.....	3.523.737	5.185.729\$000	3.777.788	5.420.571\$000
1910.....	4.339.680	6.548.682\$000	4.689.598	6.888.824\$000
1911.....	4.050.690	6.529.523\$000	4.314.750	6.816.206\$000
1912.....	4.237.404	7.023.538\$000	4.554.787	7.407.777\$000
1913.....	3.779.199	6.390.304\$000	4.112.397	6.742.447\$000
1914.....	2.068.811	3.668.449\$000	2.302.920	3.919.256\$000

A diferença anual, em média cerca de trezentos contos, que se nota entre a importação geral e a nossa, foi distribuída pela França, Espanha, Itália, etc».

Como se vê, o decréscimo na importação não foi apenas em prejuízo de Portugal.

.....
 ¿ Mas em que consistem as falsificações? Elas não são apenas pratica-

das por exportadores. Um dos grandes males é o desdobramento que os vinhos sofrem nos armazens brasileiros de venda a retalho.

Como remediar tudo isto? Quanto aos preços excessivamente baixos, quando elles revelem por sua exiguidade um lamentável abuso, alguém¹ lembrou que poderia adoptar-se a disposição do regulamento suíço (art. 168.º da ordonnance fédérale de 29 de janeiro de 1909) a qual determina que «as pessoas que oferecem à venda vinhos por preços baixos, em contradição manifesta com o custo efectivo dos vinhos que procedem dos lugares de produção ou dos mercados que indicam, devem fornecer à autoridade encarregada da fiscalização, quando esta a requisitar, a prova da origem e da procedência da sua mercadoria».

A propaganda, que adiante preconizo, tem uma capital importância no mercado brasileiro. A ida de simples caixeiros viajantes, que tantas vezes com uma inconsciência lamentável dirigem as suas negociações, é inconveniente. Preparam vendas imediatas, sem se preocuparem com o futuro. Ora a propaganda deve ser feita com probidade e com conhecimentos. Só assim se conseguirá terminar com as campanhas contra o vinho do Pôrto, como a que ainda há pouco fez uma parte da imprensa do Rio de Janeiro, o que determinou a publicação dum folheto elucidativo por parte do govêrno português, elaborado pelo illustre professor Ferreira da Silva.

Essa propaganda tinha manifestamente o intuito de fomentar o fabrico de imitações do verdadeiro vinho. Assim afirmaram que «a cana, o jenipapo, o caju, o ananás produzem vinhos em nada inferiores aos mais puros vinhos de uva. Estes sucedâneos dos vinhos generosos serão fonte de riqueza inesgotável para o país». São afirmações exageradas e inexactas, como muito bem disse o relator referido, mas revelam, sem sombra de dúvida, que não é o lado higiénico da questão, nem o da lialdade commercial, que se tem em vista, mas unicamente a defesa de produtos artificiais, a que só imprópriamente, e por abuso, se pode dar o nome de vinhos. Recebe o Brasil vinhos licorosos de diverso carácter e procedência, e nomeadamente o Madeira, o Xerez e o Marsala. Visam-se unicamente os vinhos do Pôrto. Eis outro ponto fraco do ataque.

Nas apreciações referidas salientava-se também a afirmação de que os vinhos do Pôrto eram *tratados* e por conseguinte ilegítimos, falsificados e nocivos à saúde. Só pode dar crédito a tais considerações quem não conheça o modo do seu fabrico e tratamento, e ignore que só com êsse tratamento condenado é possível fazerem-se vinhos generosos.

«Não basta, para condenar os vinhos do Pôrto — diz se no relatório citado — afirmar que os vinhos licorosos se distinguem, como os srs. Gautier, Halphen e Blarez sustentam, dos mostos abafados, *geropigas* ou *mistelas*, pela maior cifra de glicerina, de acidez volátil e de ácidos solúveis no éter, e pelo relativo abaixamento do azoto amoniacal. É preciso trazer dados analíticos em apoio desta suposta anomalia ou desproporção de elemento, e êsses dados, indispensáveis para a apreciação, faltam por completo.

«Ainda sob êste ponto de vista, o ataque feito aos vinhos do Pôrto não tem base séria, nem fundamento real, porque não assenta em dados concretos

¹ Prof. A. G. Ferreira da Silva.

e positivos, mas sim em imaginários desmandos de composição que não foram, como era indispensável, devidamente documentados.

«Parece até deduzir-se da leitura dos artigos contrários aos vinhos do Pôrto que os dados analíticos e as relações encontradas, até mesmo para os vinhos de pasto portugueses, são pouco conhecidos nas repartições técnicas do Brasil.

«Importa que lhes sejam transmitidos os que já existem reunidos e classificados».

Se me alonguei um pouco nestas considerações foi meu intento demonstrar que no mercado brasileiro, onde é preciso notar-se que a situação do comércio português exportador de vinhos é ainda excelente hoje, há bastante ignorância real ou propositada sobre o nosso primeiro produto vinícola. Por aqui se pode calcular o que sucederá nos outros mercados.

Eis aqui resumidamente qual a situação do vinho do Pôrto no Brasil, onde é necessário que se exerça uma acção tendente à refutação das falsidades que lhe atribuem e à moralização dos processos usados na exportação.

As conclusões xxvi e xxvii do livro referem-se também ao mercado brasileiro. Por isso são aqui transcritas :

XXVI. Sobre a exportação do vinho do Pôrto para o Brasil, deve ter-se em atenção ;

- a) que a propaganda a determinadas marcas, feita, como é hoje vulgar, por caixeiros viajantes, que se preocupam apenas com vendas imediatas e não com o prejuizo que a sua má orientação possa causar no futuro, é altamente nociva ao bom crédito do nosso primeiro vinho generoso ;
- b) que a preocupação de se enviarem para o mercado brasileiro vinhos do Pôrto por um preço ínfimo, o que origina não poderem possuir a nobreza dos autênticos, deve ser substituída pelo desejo de colocar produtos mais finos-fazendo-se para isso uma intensa propaganda a seu favor, na qual se deve mostrar que o verdadeiro Pôrto é um produto caro, isto é, deve combater-se a democratização do gosto, o que é aplicável a outros mercados ;
- c) que o processo dos brindes, tanto em voga, deve ser abolido, porque os beneficiados não são geralmente os consumidores ; é preferível, como o preconizou a Câmara Portuguesa de Comércio do Rio de Janeiro, que sejam concedidos aos importadores brasileiros bônus, descontos ou mesmo prémios pecuniários.

XXVII. No próximo congresso comercial luso-brasileiro, que se anuncia para breve, deve ser tratado com a maior largueza possível o assunto da expansão vinícola portuguesa nesse importantíssimo mercado sul-americano, onde por variadas razões deve Portugal disputar uma situação de destaque. Os viticultores durienses e os comerciantes exportadores de vinho do Pôrto devem fazer-se representar nessa reunião, e defender os seus direitos, quer sob o ponto de vista puramente comercial, quer sob o de futuras medidas de protecção no mercado brasileiro ao tipo *Pôrto*, porque a sua ausência poderia ser-lhes altamente prejudicial, o que o mesmo é dizer, nociva à economia portuguesa.

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL e BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I E II)

Cada capa \$30 Cada encadernação \$50
Pelo correio \$32 Pelo correio \$56

CADA VOLUME ENCADERNADO **1\$50**
PELO CORREIO **1\$56**

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Avenida Rio Branco, 128 — RIO DE JANEIRO

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 10

<i>Brasil e Portugal — A Guerra e a Preparação Militar Portuguesa</i> , entrevistas com os Snrs. Presidente da República e Ministro da Guerra	João de Barros
<i>A honestidade de Etelvina, amante</i>	João do Rio
<i>Sonho do Desejo</i>	M. Cardoso Martha
<i>Eça de Queiroz</i>	Augusto de Castro
<i>Versos</i>	Coelho de Carvalho
<i>Evocação</i>	Xavier Marques
<i>Nomen . . . Numen . . . Lumen</i>	José S. de Rezende
<i>Os Zepelins sobre Paris</i>	Paulo Osorio
<i>A dívida portuguesa</i>	Anselmo de Andrade
<i>Cego</i>	Delfim Guimarães
<i>Sóror Ágna</i>	Nuno Simões
<i>O pórtio-franco de Lisboa nas suas relações com o Estado de S. Paulo</i>	Vasco Morgado
REVISTA DO MÊS	
<i>Afirmções da Consciência Nacional</i>	Jaime Cortezão
<i>O mês literario</i>	Joaquim Manso
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>Teatros</i>	Avelino d'Almeida
NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS	
<i>Reprodução de:</i> Roque Gameiro.	
<i>Desenhos de:</i> Antonio Carneiro, Raul Lino, Santos Silva, Manuel Gustavo, Almada Negreiros, Hipolito Colomb e F. Mesquita.	
<i>Fotografias de:</i> J. Benoliel.	

CAXAMBÚ

A SOBERANA DAS AGUAS DE MESA

